



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANIELA OLGA ROSSI

**A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL NA
AVICULTURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA - PR**

DANIELA OLGA ROSSI

**A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL NA
AVICULTURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ruth Youko Tsukamoto

Londrina-PR
2011

DANIELA OLGA ROSSI

**A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL NA
AVICULTURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Ruth Youko Tsukamoto
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina

Prof Dr. Antônio Nivaldo Hespanhol
UNESP - Presidente Prudente

Prof^a Dr^a. Ideni T. Antonello
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 25 de novembro de 2011

A minha filha Sarah...

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus que nos permite ser instrumento das suas obras.

Agradeço este trabalho aos meus pais, a mãe Isaura e pai Mauro, por terem me incentivado sempre. Meus irmãos, Alessandro e principalmente o irmão Maycon, por ter me acompanhado e ajudado durante a pesquisa.

A cada um dos meus familiares e amigos, por entender os momentos de ausência.

À Wilian, companheiro, pelo constante apoio, incentivo e carinho.

À Cleuza Batista, Adriano Pereira de Almeida e Kleyton Kamogawa pela amizade construída no curso de mestrado.

Aos amigos Renata C. Andrade Bueno, Keli Farias, Gesualdo Borges e Gustavo Borges pelo interesse, apoio e carinho em todos esses anos de amizade.

Ao CEEBJA Linda E. A. Miyadi de Apucarana, escola na qual trabalhei durante o curso e os profissionais que a constituí, os quais contribuíram para nosso crescimento pessoal e profissional, principalmente ao Prof. Jorge e Prof. Esmair, por favorecer com mais tempo para realizar a pesquisa.

A orientação amiga da Prof^a. Ruth Tsukamoto, pela dedicação e pelo estímulo, mesmo nos momentos mais instáveis do curso de mestrado.

À Coordenação, aos professores e aos colegas de mestrado, pelas contribuições nos debates em sala de aula e pelos momentos de descontração que também contribuíram para aliviar as tensões.

À Universidade Estadual de Londrina, em especial, aos servidores do CCE, Edna e Regina, pelos trabalhos prestados e pela convivência durante toda uma trajetória na Geografia.

Ao Prof. Elizeu e ao Kleyton pelo apoio na confecção dos mapas.

Aos produtores rurais do município de Apucarana, os integrados avícolas que tiveram grande parcela de contribuição para que este trabalho pudesse ser realizado.

Aos funcionários da EMATER, SEAB, IBGE e Secretaria da Agricultura do município de Apucarana pela presteza em nos atender quando na solicitação de informações sobre o município.

Ao funcionário da empresa Big Frango, o técnico Anderson Aparecido Bárbara, pelas informações prestadas.

ROSSI, Daniela Olga. A monopolização do território pelo capital na avicultura do município de Apucarana - PR. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

A inserção do Brasil na tecnificação agrícola promove uma reestruturação produtiva do capital industrial, através de uma redefinição comercial e produtiva relacionada com a integração das indústrias que proporcionaram a passagem de uma tradicional produção agrícola brasileira para uma produção com valor industrial agregado. A presente dissertação visa discutir a sujeição da renda da terra do produtor de frango ao capital industrial e a monopolização do território pelo mesmo no município de Apucarana-PR. Nessa perspectiva a atuação da indústria avícola Big Frango por deter cerca de 80% dos avicultores do município que, predominantemente, desenvolvem suas atividades por meio da força de trabalho familiar. Nesse sentido, objetivamos verificar o perfil do produtor, as relações de produção estabelecidas no processo de produção e na comercialização junto à empresa Big Frango o que explica a apropriação da renda da terra não capitalista na reprodução ampliada do capital.

Palavras-chaves: Monopolização do território. Relação produtor – Indústria. Sujeição da renda da terra - Avicultura.

ROSSI, Daniela Olga. Monopolization of the territory by the capital in poultry in the city of Apucarana - PR. Dissertation (Master's Degree in Geography). State University of Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The insertion of Brazil in agricultural technification promotes a productive restructuring of industrial capital, through a commercial and productive redefinition related to the integration of the industries that provided the transition from a traditional Brazilian agricultural production to a value-added industrial production. This paper aims to discuss the submission of land income of chicken producers to industrial capital and the monopolization of the territory by the same industrial capital in the city of Apucarana-PR. From this perspective it was also analyzed the performance of the poultry industry Big Frango for holding approximately 80% of poultry producers in the city who, predominantly, develop their activities using the force of family labor. In this sense, we searched to verify the profile of the producers, the production relations established in the production process and trading with the company Big Frango which explains the appropriation of the non-capitalist land income in extended reproduction of capital.

Key words: Monopolization of the territory. Producer-industry relationship. submission of land income. Poultry.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das áreas plantadas (ha) das principais culturas (1950 - 2006)	34
Tabela 2 - Utilização das terras do município de Apucarana/PR (1975 - 2006)	36
Tabela 3 - Número e área de Estabelecimentos por Grupo de Áreas Total (ha) e percentual no município de Apucarana (1975 - 2006)	37
Tabela 4 - Criações de animais, números de produtores e número de cabeças - Apucarana (2009)	40
Tabela 5 - Número de empresas e volume de produção por regiões no Estado do Paraná (2009)	48
Tabela 6 - Número e Área de Estabelecimentos Agropecuários e Grupo de Área Total das Mesorregiões do estado do Paraná (2006)	53
Tabela 7 - Número de estabelecimentos por grupo de área (2006-2010)	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção da população rural-urbana do município de Apucarana-PR (1950-2010)	33
Gráfico 2 - Destino das exportações de carne de Frango (2009)	44
Gráfico 3 - Dez principais mercados consumidores da carne de frango do Paraná (2009)	45
Gráfico 4 - Produção de carne de frango (em bilhões de cabeças abatidas).....	46
Gráfico 5 - Exportação de frango de corte 2007-2010 (bilhões/Kg)	48
Gráfico 6 - Área da propriedade dos avicultores integrados entrevistados (ha)	72
Gráfico 7 - Atividades agrícolas encontradas nas propriedades dos entrevistados	73
Gráfico 8 - Nível de instrução dos produtores avícolas entrevistados	76
Gráfico 9 - Tipos de relação de trabalho nas propriedades avícolas Entrevistadas.....	77

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Porção leste relevo mais acidentado.....	71
Foto 2 -	Porção oeste relevo menos acidentado	71
Foto 3 -	Produção de palmito e banana.....	74
Foto 4 -	Produção de trigo	74
Foto 5 -	Nível técnico do aviário manual.....	80
Foto 6 -	Comedouro manual	80
Foto 7 -	Uso de casulos na fase inicial de manejo das aves	82
Foto 8 -	Aviário de nível técnico semi-automático	83
Foto 9 -	Comedouro automatizado	84
Foto 10 -	Bebedor automatizado do tipo nippel	85
Foto 11 -	Aviário automatizado com sistema de exaustores	86
Foto 12-	Composteira	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Linha "Grill Cheiro Verde", corte de frango	59
Figura 2 -	Planta Industrial da empresa Big Frango no município de Rolândia-PR	61
Figura 3 -	Planta Industrial da empresa Big Frango no município de Rolândia-PR	62
Quadro 1 -	Cultura Temporária e Permanente - Apucarana (2009)	39
Quadro 2 -	Produção Mundial de Carne de Frango	42
Quadro 3 -	Exportação Mundial de Carne de Frango.....	43
Quadro 4 -	Os cinco maiores abatedores de frango do Paraná em 2007	63
Quadro 5 -	Equipamentos utilizados nos diferentes níveis técnicos de Aviários	65
Quadro 6 -	Nível Tecnológico do Aviário e a jornada de Trabalho	79
Quadro 7 -	Tipo de ração para cada fase de crescimento das aves	81
Quadro 8 -	Tempo de trabalho gasto nos diferentes níveis técnicos de Aviários	87
Quadro 9 -	Investimentos e custo médio da região SO/PR para maio de 2009	94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de estudo - Município de Apucarana/PR	31
Mapa 2 - Países importadores de carne de frango do Estado do Paraná -	
2010	47
Mapa 3 - Localização das indústrias avícolas no Estado do Paraná	49
Mapa 4 - Mapa das mesorregiões paranaenses	52
Mapa 5 - Territorialização da avicultura integrada à indústria Big Frango	58
Mapa 6 - Localização dos produtores avícolas integrados do município de	
Apucarana/PR	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEF	Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango
COCARI	Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari
CNTP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SINDIAVIPAR	Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A RELAÇÃO CAMPO-INDÚSTRIA NO PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	20
2 A OCUPAÇÃO E O QUADRO AGRÁRIO DE APUCARANA/PR	26
2.1 A AÇÃO DA COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE APUCARANA	26
2.2 A ESTRUTURA AGRÁRIA DE APUCARANA: O USO DA TERRA E A DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA	35
3 A BIG FRANGO NO CONTEXTO DA AVICULTURA PARANAENSE	41
3.1 CONSIDERAÇÃO SOBRE A AVICULTURA PARANAENSE	41
3.2 A INDÚSTRIA AVÍCOLA BIG FRANGO: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	55
3.3 NÍVEL TÉCNICO E MANEJO DOS AVIÁRIOS	64
4 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE PRODUTOR FAMILIAR E O CAPITAL INDUSTRIAL	66
4.1 O PRODUTOR E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	70
4.2 As RELAÇÕES ENTRE PRODUTOR E A INDÚSTRIA AVÍCOLA.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS	106
Anexo 1 - Questionário com os Integrados da Agroindústria Avícola	107
Anexo 2 - Entrevista com a empresa Big Frango	113
Anexo 3 - Contrato de Parceria Avícola	116

Anexo 4 - Condições para habilitação de exportação de carne de frango para a China	123
Anexo 5 - Norte do PR deve ter mais 300 novos aviários até o ano que vem.....	126
Anexo 6 - Crise não afeta avicultura paranaense	127

INTRODUÇÃO

A inserção do Brasil na tecnificação agrícola promove uma reestruturação produtiva do capital industrial, iniciando um processo de reordenação territorial da produção no campo. Consequentemente há uma transformação das relações de trabalho através de uma redefinição produtiva e comercial. O sistema de integração entre o campo e a indústria proporcionou a passagem de uma tradicional produção agrícola brasileira para uma produção com valor industrial agregado, por meio da intensificação no uso de diferentes tecnologias.

A expansão das indústrias avícolas torna-se um tema importante na atualidade por ser um ramo da produção que se expandiu nas últimas décadas, principalmente no Paraná, devido à forte demanda de carne (frango) nos mercados interno e externo.

O Estado do Paraná atualmente é um dos maiores produtores de frangos no Brasil, e essa produção atende o mercado interno e externo. Tem como uma das indústrias representantes do Norte do Estado a Big Frango, localizada no município de Rolândia-PR, que em 2006 ocupava o segundo lugar das empresas paranaenses, contando com granjas integradas de 51 municípios, incluindo Apucarana que está a 32 Km de distância.

Apucarana é um recorte espacial da região Norte do Estado do Paraná que vem apresentando uma expansão na produção avícola, via integração dos pequenos proprietários de terras com a indústria avícola regional.

Trata-se de uma área em que o processo de ocupação agrícola foi baseado na cafeicultura até a década de 1960 e, após a tecnificação do campo sofreu uma substituição de culturas e mudando as relações de produção sob a égide do capitalismo monopolista. As culturas de *commodities* e a pecuária passam a ter expressão, mas dentre as unidades de produção familiar, a avicultura torna-se uma das atividades cada vez mais representativa.

A sua posição geográfica propicia que esses produtores tenham uma alternativa de renda nesse setor, pois além de Rolândia onde se localiza a Big Frango e a Granjeiro, há outros abatedouros tais como o Frangos Canção e Coroaves (Maringá), Jaguafrangos e Avebom (Jaguapitã) e Frango à Gosto (Arapongas) localizados num raio máximo de 65 km.

Por meio de leituras pertinentes ao tema, verificamos que a relação de produção mantida entre o produtor e a indústria de abate tem como base o sistema de integração¹ em que a indústria faz parte no processo de criação dos frangos até o momento do abate.

Nesse sentido, é necessário considerar, na lógica de reprodução e expansão do modo capitalista no campo, a questão da sujeição da renda não-capitalista do produtor familiar ao capital monopolista.

A partir dessas considerações delimitamos como objetivo geral analisar as relações de produção no campo em sua etapa monopolista, por meio da indústria avícola Big Frango, e os seus fornecedores de Apucarana para identificar o processo de monopolização do território pelo capital industrial. Delineamos como objetivos específicos, verificar a territorialização da indústria avícola no Estado do Paraná para entender qual é a representatividade da avicultura no Norte do Estado; verificar a apropriação da renda da terra não-capitalista e sua apropriação pelo capital, por meio do processo de monopolização do território pela Big Frango e caracterizar o perfil do produtor integrado e suas perspectivas na avicultura.

Para o encaminhamento da pesquisa foram seguidos alguns procedimentos metodológicos. Inicialmente, fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre reprodução e expansão do modo capitalista no campo, privilegiando as questões relacionadas à renda da terra e a sua sujeição ao capital no contexto da monopolização do território pelo capital.

Além da bibliografia para embasar a parte teórica fizemos um levantamento de obras pertinentes ao município e a avicultura em geral para compreendermos a área da pesquisa em foco.

Em seguida foram realizados levantamentos de dados secundários em Censos Agropecuários do IBGE, da Secretaria de Agricultura do município de Apucarana/PR, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Departamento de Economia Rural (DERAL), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) a partir dos quais analisar qualitativa e quantitativamente os elementos necessários para a compreensão do quadro agrário do município.

¹ Contrato entre o produtor rural e a indústria avícola, sendo que o primeiro disponibiliza a terra, infra estrutura para a produção e mão-de-obra, enquanto a segunda disponibiliza ração, pintinhos e assistência técnica.

Na parte empírica foram aplicados questionários com os avicultores do município de Apucarana/PR e entrevista com um representante da indústria Big Frango.

Os questionários aplicados foram por amostra qualitativa, levando em consideração a distribuição geográfica dos aviários, pois a maior concentração de produtores avícolas encontra-se nas áreas Leste, Oeste e Norte do município. Desta forma aplicamos o questionário em seis produtores a Leste, cinco a Oeste, quatro no Norte e três no Sul. Pelo conhecimento prévio da existência de diferentes perfis de avicultores, ou seja, aqueles mais tecnificados ou não, elegemos os entrevistados por meio desse critério. (Anexo 1)

Realizamos também, observações na organização das propriedades durante o trabalho de campo para verificar a disposição dos aviários em relação à residência, o padrão destas, o uso da terra com outras culturas e/atividades desenvolvidas paralelamente à avicultura, a topografia e o local que se faz a compostagem.

Para a análise dos resultados foi realizada uma sistematização dos dados levantados por meio da elaboração de gráficos, tabelas e mapas.

Com relação à indústria avícola, fizemos inúmeras tentativas no intuito de obter uma entrevista com o diretor da empresa ou um responsável administrativo, porém sem muito êxito. Portanto, a realidade mostrada nesta pesquisa sobre a indústria Big Frango foi obtida por meio de jornais eletrônicos, do site da empresa, de uma entrevista acessada pela internet do diretor do Grupo Big Frango e de uma entrevista com o representante da indústria, supervisor técnico, o qual apresentou dados mais específicos sobre técnica de manejo, sobre a relação entre a indústria e o produtor e as perspectivas do mercado interno e externo. (Anexo 2)

Este trabalho está dividido em quatro capítulos além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, realizamos algumas considerações teóricas acerca do tema nas quais contextualizamos a ação do capital monopolista no campo para entendermos o processo de subordinação e sujeição do produtor no processo de monopolização do território.

O segundo capítulo, *A Ocupação e o Quadro Agrário de Apucarana*, tratamos de abordar o processo de ocupação do Norte do Paraná,

consequentemente do município pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e analisar os elementos que compõem a realidade agrária de Apucarana.

O capítulo 3, *A Big Frango e o Contexto da Avicultura Paranaense* traça um panorama das indústrias avícolas no Estado do Paraná, e também trata especificamente a empresa Big Frango, pois conta com maior número de integrados no município estudado. Nesse sentido, trata também das exigências feitas aos produtores (manejo) além da questão da comercialização.

Por último, o capítulo 4, *As Relações de Produção entre o Produtor Familiar e o Capital Industrial*, procuramos demonstrar o perfil do produtor rural na avicultura e as relações de trabalho realizadas no interior da propriedade e tratamos sobre as relações de produção e a sujeição da renda da terra ao capital industrial avícola dos mesmos tanto no processo de produção quanto no momento da comercialização.

Trata-se de um estudo de caso sobre a avicultura paranaense com o objetivo de dar uma contribuição geográfica, mesmo que pequena, para a sociedade apucaranense e como professora, inserir esses conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da pesquisa, nos conteúdos trabalhados no ensino básico.

1. A RELAÇÃO CAMPO-INDÚSTRIA NO PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Um marco importante a ser abordado é a transição da agricultura no Brasil de “rudimentar” a tecnificada e a intensificação do processo de concentração de terras no Governo Militar por meio de políticas de incentivos à entrada de capital estrangeiro para a produção do pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Com ela, os países desenvolvidos sob o pretexto de eliminar a fome introduziram novas formas de cultivo através do uso de maquinários, adubos, defensivos agrícolas, invenção e disseminação de novas sementes, objetivando, assim, um aumento da produtividade e da produção agrícola.

Vale lembrar as palavras de Martine (1991, p.7), quando afirma que

diversos eventos atuaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a “modernização conservadora”, a fase ascendente do ciclo

econômico conhecido como o “milagre econômico”, a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos a produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas, etc.

Para tanto, muitas políticas públicas foram implantadas a favor dos proprietários capitalistas. Martins (1999, p. 78 e 79) afirma que

o regime militar, porém produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terras e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital, inclusive do grande capital multinacional. [...] uma reforma agrária orientada para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura.

A política de crédito agrícola foi essencial para que a produção agrícola monocultora fosse realizada em larga escala, uma vez que havia a necessidade do aumento das exportações brasileiras de *commodities* para conseguir divisas e, deste modo, cobrir gastos com importações de bens de capital e principalmente o pagamento da dívida externa, a qual já se fazia presente com o processo de internacionalização da economia brasileira. Assim, Brum (1982, p.153) explica que,

visando a desenvolver uma economia de mercado, voltada prioritariamente para o atendimento da demanda da camada da alta sociedade, abrem-se as portas as subsidiárias de grupos multinacionais, apela-se para um crescente e já assustador endividamento externo e para a dependência tecnológica. Para expandir a indústria é preciso importar bens de capital (máquinas, e equipamentos pesados). Para poder adquiri-los no exterior e pagá-los, torna-se necessário estimular a agricultura de exportação, em detrimento dos produtos agrícolas destinados ao consumo interno.

Essa política implementada durante o governo militar foi marcada por incentivos fiscais aos empresários, provocando uma tecnificação maior do latifúndio e, consequentemente, a concentração de terras ao invés de uma redistribuição das mesmas.

Comprovadamente, Martins (1999, p.80) explica que

O regime militar, por esses meios, procurou modernizar, mantendo-a, a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse a expropriação dos grandes proprietários de terras com a sua consequente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como sucedera em outras sociedades. Ao mesmo tempo, comprometeu os

grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas.

Mesmo com essa conjuntura excludente, os pequenos estabelecimentos se mantiveram no processo de produção agrícola desenvolvendo atividades adequadas ao tamanho da propriedade e disponibilidade de mão-de-obra.

Já no período entre 1980-84, o Brasil enfrentava uma crise econômica agravada por falta de créditos agrícolas, que provocou um crescimento no número de pequenos estabelecimentos agrícolas.

Assim, pela primeira vez desde o início da fase de industrialização da agricultura, voltou a crescer - e significativamente – o número de pequenos estabelecimentos agrícolas. (...) o relativo desinteresse do capital produtivo ou especulativo pela terra teria proporcionado um certo crescimento de categorias que antes caminhavam, aparentemente, para a extinção: os posseiros, assim como os parceiros e pequenos proprietários. Desta maneira, a crise teria reaberto um certo espaço para o pequeno produtor e para a produção de subsistência. No contexto da crise, esse espaço pode ter sido bastante importante para a sobrevivência de um contingente significativo de pequenos produtores e mão-de-obra rural. (MARTINE ,1991, p.13).

Apesar de a tecnificação ter concentrado as terras, os pequenos estabelecimentos mantiveram-se e ainda permanecem com destaque por desenvolverem os principais produtos agropecuários com maior ou menor grau de tecnologia.

Desta maneira, Oliveira (2001, p.512) expõe sua lógica em relação ao papel dos pequenos estabelecimentos, representada pelas unidades de produção familiar na economia brasileira, em que

[...] de um lado, a lógica ditada pela terra improdutiva nos grandes estabelecimentos; de outro, a lógica ditada pela terra produtiva nos pequenos estabelecimentos. [...] as pequenas unidades camponesas são as responsáveis diretas pela maior parte de volume de produção dos alimentos básicos da população e de várias matérias-primas industriais. O capital abre portanto, simultaneamente, o caminho para a sua expansão e a da produção camponesa.

A partir desta característica, de que a responsabilidade da maioria do volume produtivo e das matérias-primas é proveniente dos pequenos estabelecimentos, nota-se que o capital industrial avícola expandiu-se por meio do

sistema de integração ou “parceria”, sistema este implantado no interior do Estado de Santa Catarina, no início dos anos de 1960, pela empresa Sadia. Conforme Sorj *et al* (1982, p.34),

a razão fundamental da facilidade que a Sadia e demais empresas integradoras tiveram para impor essa forma de relacionamento contratual foi o caráter da estrutura fundiária, formada por pequenos produtores disponíveis e em condições sociais que não apresentavam outras opções.

No município estudado, as justificativas dos produtores sobre a escolha da avicultura devem-se ao fato de proporcionar uma renda a mais a ser gerada na propriedade, e com um tempo menor de retorno do trabalho empregado na avicultura e para a empresa contar com unidades de produção familiar próximas a área de abate.

É importante ressaltar que, nos estudos realizados por Tsukamoto (2000) sobre o Norte do Paraná a existência de estabelecimentos de até 50 hectares era significativa, cuja produção se baseava nas relações sociais não-capitalistas. De acordo com Oliveira (1990, p.67),

[...] o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contradiatoriamente necessárias à sua reprodução.

No processo de produção avícola, o produtor faz um contrato com a indústria denominada de “parceria”, dispondo da terra, da estrutura produtiva e do trabalho, gerando a matéria-prima que será entregue à indústria.

A partir desse “enlace” o produtor passa a se subordinar em todo o processo de produção, ou seja, até o abate, por meio das exigências a serem cumpridas, a iniciar pelo fornecimento dos pintainhos, pela não escolha do tipo de frango (macho ou fêmea) que irá criar, pelo momento que irá descartar o lote, pelo manejo requerido e orientado pela empresa entre outras obrigações.

Conforme Oliveira (1990, p.53),

no geral, como a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do

capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando consequentemente a produção à circulação.

É importante salientar que o trabalho familiar expresso pela relação não-capitalista de produção, ao se submeter às regras da empresa, está sujeitando a sua renda da terra ao capital.

Essa sujeição da renda da terra não preconiza a expropriação do proprietário do seu meio de produção, e sim os mantêm vinculados ao monopólio industrial.

Oliveira (2002, p.80) explicita essa questão escrevendo que

esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalhos familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários [...], convertendo em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas.

Na avicultura essa apropriação da renda da terra ocorre por meio de baixos preços pagos à matéria-prima produzida pelo produtor integrado. É desta forma, como explica Oliveira, (1990, p.67) “[...] a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.” Ainda sobre a questão do interesse do capital em manter relação com o produtor familiar, esta pode ser ratificada com as idéias de Martins (1991, p.163), na qual explica que

o excedente é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque é o trabalho que cria valor. Além do que, esse excedente não é entregue ao proprietário da terra e sim ao proprietário do capital. É da mão deste que aquele receberá a renda. Entre a produção da riqueza e a sua transformação em renda da terra existe a mediação do capital. Por isso, a renda da terra tem que se submeter ao domínio e as regras do capital [...].

O trabalho familiar possui uma singularidade, pois por meio do auxílio de toda a família objetivam a produção da melhor qualidade, o que, desta maneira, permite-lhes uma maior rentabilidade.

Percebemos, nesse processo, a existência da monopolização do território pelo capital, visto que a indústria está sempre em busca de território para

aumentar sua produção, mas sem que ela compre terras para produzir, para que não tenha que imobilizar o seu capital. Segundo Oliveira (2002, p. 106) “[...] esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital”.

Portanto a contradição gerada pelo modo capitalista de produção no campo se apresenta nas duas formas, uma por meio da territorialização, o capital se torna proprietário de terras e mantém como relação de trabalho, o assalariado; e a outra, pela monopolização do território, por meio da manutenção da relação de trabalho não-capitalista e assim passa a explorar o trabalho familiar e expropriar a renda da terra. Desta forma, no primeiro a renda da terra é gerada para o capitalista durante a circulação da mercadoria; no segundo ocorre a sujeição da renda da terra durante a produção.

Nesta perspectiva a partir das contradições, que sempre foram características do modo de produção capitalista, poderemos entender que a configuração atual na área estudada, são derivadas do capital industrial para dentro dos limites dos estabelecimentos produtores de aves como na (re)ordenação do território rural .

E partindo de elementos balizadores, que derivam das relações socioeconômicas os quais desdobram em relações de poder, nas contradições e identidades instalam novos significados para o território estudado.

Conforme Haesbaert (2004, p.44) há duas vertentes sobre a compreensão do território, ou seja, uma propaga a idéia de “território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o ‘território’ inspira [...]”. E inserido nessa amplitude conceitual, a ciência geográfica enfatiza a primeira idéia, a de materialidade do território.

E estendendo ao âmbito humano ou social Howard (*apud* Haesbaert, 2004, p.45) afirma “que não poderiam existir territórios sem algum tipo de limite (ou fronteira), que por sua vez não poderia existir sem algum tipo de disputa, de forma análoga ao que ocorre no mundo dos homens.”

Destacamos um elemento significativo na área pesquisada em relação à “demarcação” do território da indústria avícola por meio de placas encravadas na entrada o estabelecimento nas quais estão registradas o símbolo da integradora com a respectiva razão social juntamente com o nome do proprietário.

Esse fato é uma forma simbólica de anunciar o domínio deste capital no território em questão.

Com relação à concepção econômica o trabalho mais relevante é do autor Milton Santos, onde Haesbaert (2004, p.58) entendeu a partir desse autor que “o ‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território”.

O conceito de território sempre esteve próximo das idéias de apropriação e domínio do espaço. Ainda em Haesbaert (2002, p.120) citando Lefebvre, afirma que “no conceito de apropriação há [...], um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente ‘funcional’, e uma dimensão simbólica e afetiva.” Com relação ao conceito de dominação “tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar.”

A monopolização do território pelo capital se materializa por meio das relações econômicas, acordadas entre as partes, no caso o produtor e indústria avícola, criando um domínio por parte da segunda organizando o território, conforme as suas necessidades, mesmo que esse território não à pertença.

2. A OCUPAÇÃO E O QUADRO AGRÁRIO DE APUCARANA-PR

2.1 A Ação da Companhia de Terras Norte do Paraná e a Ocupação De Apucarana.

Uma das formas de ocupação do Norte do Paraná ocorreu por meio de companhias estrangeiras, em especial a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)², que atraiu inúmeras pessoas por meio de divulgações em jornais e folhetos de grande circulação nacional sobre a aquisição de lotes, o tamanho médio dos lotes eram de 15 alqueires³ com pagamento facilitado por prestações, destinados predominantemente para a cultura do café. Conforme Westphalen *et al* (1968, p.18),

a Companhia de Terras Norte do Paraná, contando com técnica superior, organizou modernamente a colonização da imensa área

² Conforme FRESCA, Tânia Maria. (2004) a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) de capital nacional passa a ser sucessora da CTNP no ano de 1944.

³ 15 alqueires equivalentes a 36,3 hectares.

que alcançaria 515 mil alqueires, dividindo-a em **zona** que, após os serviços de medição e demarcação, abertura de picadas e estradas, eram sucessivamente colocadas à venda. [...] As zonas, por sua vez, foram divididas em **glebas** e estas, reservadas as áreas para a localização de patrimônios e cidades, em **lotes coloniais**, cujo o tamanho médio, nas terras da Companhia, era cerca de 15 alqueires. Os lotes, em faixas alongadas, foram todos planejados com frente para a estrada que passava no alto dos espiões, e com aguadas, nos fundos, nos vales. (grifo nosso).

Toda essa área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi planejada com estradas e a criação de patrimônios, distantes apenas 15 quilômetros de uma cidade a outra garantindo a integração de todas as propriedades com os centros urbanos, facilitando o escoamento da produção. (Westphalen *et al*, 1968).

Conforme Cunha (2005, p.71),

nesta primeira fase de vendas, a CTNP fundou os núcleos urbanos de Londrina e Cambé (na época chamada de Nova Dantzig) em 1930, Rolândia em 1932, Ibirapuã em 1934, Arapongas em 1935, Mandaguari em 1937, Apucarana em 1938 e Bela Vista do Paraíso em 1939. Estes primeiros núcleos urbanos são os que iniciaram a estruturação do eixo Londrina-Maringá e que décadas mais tarde se tornou alvo do projeto de desenvolvimento regional: Metrópole Linear Norte do Paraná – METRONOR [...].

Nota-se que predominavam proprietários de terras que de acordo com Westphalen *et al* (1968, p.18-21),

milhares de colonos, com suas famílias, vieram desta maneira radicar-se no Norte do Paraná, tornando-se desde logo proprietários de suas terras, onde via de regra, plantavam café e tinham, ainda, pequena lavoura de subsistência. [...] a obra colonizadora das grandes companhias de terras que, com seriedade operavam seus negócios, e aquela do Governo do Estado como agente colonizador, constituem, no Paraná moderno, o eixo propulsor da repartição da terra e sua efetiva ocupação pelos proprietários privados. Elas se fizeram sob o regime de pequena propriedade, salvo em casos e áreas excepcionais e também, em função da produção agrícola, notadamente de café no Norte e dos cereais no Oeste e Sudoeste paranaense.

A colonização do Norte do Paraná pertence ao contexto no qual o Brasil se sustentava economicamente por meio da cafeicultura, porém toda a expansão do café se configurava embasada em aspectos naturais, neste caso o solo

e o clima, os quais favoreceram a marcha do café para essa região e, posteriormente, sua expansão para o Oeste do Estado.

Dentre os aspectos naturais, os quais possuem sua relevância em relação à produção agrícola, Müller (2001, p.89) utiliza-se desses aspectos para uma melhor delimitação da região, considerada Norte do Paraná, em que “aparentemente o solo (terra roxa) foi o elemento principal para a cultura cafeeira, porém como esse cultivo se expandiu para o Oeste de solos arenosos, a escolha mais rígida para a delimitação foi o tipo climático”.

Segundo a autora, o tipo climático do Norte do Paraná é subtropical, caracterizando também o Terceiro Planalto Paranaense e o tropical de altitude no Oeste Paulista. Seguindo o sentido sul do Estado o clima caracteriza-se com temperaturas mais baixas, principalmente com a ocorrência de geadas, tornando assim impraticável a cultura do café. “Sendo o clima fator decisivo, parece lícito adotar o limite climático do café como a própria demarcação do limite meridional do Norte do Paraná.” (MÜLLER, 2001, p.90).

Conforme o tema abordado nos estudos de Padis (2006), a expansão da produção cafeeira no Norte do Paraná ocorreu entre as décadas de 1930 até o fim de 1960 vindo a ser diminuída gradativamente a partir da década de 1970, pautada em um conjunto de fatores relacionados à economia interna e externa daquele período.

As questões internas como aponta Padis (2006) estão associadas à supercapacidade produtiva de café invendável e de baixa qualidade e entre os anos de 1962-1968 caracterizou-se por um período de concorrência com o mercado externo de produção de café associado às questões de ordens físicas como as geadas em 1962, 1963 e 1966.

Consequentemente, conforme Padis (2006, p. 176),

[...] levou o governo brasileiro a ampliar consideravelmente, entre 1965 e 1967, a política de erradicação de cafeeiros, a fim de diminuir a produção nacional e, consequentemente, adequar, a longo prazo, a oferta à demanda efetiva [...]. Essa política, segundo dados do Instituto Brasileiro de Café, resultou na eliminação de nada menos que 96.915.998 cafeeiros paranaenses, dos quais 36,7 por cento na região de Londrina (que compreende 88 municípios); 35,9 por cento na de Maringá (que engloba 40 municípios) e 27,4 por cento em Cianorte [...]

De acordo com Padis (2006), o âmbito externo se entrelaça a uma transformação a qual passou o Estado do Paraná, de produtor de café para outras atividades, incluindo as culturas voltadas à transformação agroindustrial. Foi uma transformação associada a uma conjuntura nacional e internacional de desenvolvimento industrial, (que já havia sido iniciada na década de 1930, principalmente em São Paulo), relacionada a um comércio pautado na Divisão Internacional do Trabalho, na qual se criava a necessidade da venda de produtos industrializados para países que não os tinham (nem desenvolviam), como no caso o Brasil, enquanto os mesmos apenas tinham a oferecer o produto agrícola “in natura”, no caso do café e o Estado do Paraná como produtor, fornecendo divisas para a entrada de tecnologias até então faltantes e necessárias para aquele período de desenvolvimento da industrialização brasileira.

Inserido nessa lógica racionalista do capital associado a uma política de incentivo à indústria, não tinha porque ficar mantendo apenas uma economia pautada em um único produto agrícola, produto esse que de acordo com Padis (2006, p. 199). “[...] em razão de ser o café uma cultura permanente, que exige grandes imobilizações de capital, que demora de três a quatro anos para produzir e que produz por um período médio de quinze anos.”, essa inflexibilidade econômica contradiz a lógica racionalista do capital, pois imobiliza o capital por um tempo consideravelmente longo até o café ser comercializado e se tornar rentável.

No final da década de 1960 e com maior expressão na década de 1970 ocorre uma transição da política brasileira, incentivando através de projetos públicos a tecnificação agrícola, tecnificação esta denominada de Revolução Verde, período quando o capital industrial passa a atuar fortemente na agricultura.

Cunha (2005, p.80) afirma que

o processo de evolução do capitalismo no Brasil nos anos 60 e 70 e as intensas geadas neste período trouxeram consequências como a mudança do uso do solo na região, onde a cultura permanente do café passou a ser substituída pelas culturas temporárias da soja, trigo e milho. A implantação de novas técnicas agrícolas, novos produtos, a utilização de insumos modernos, a mecanização crescente da agricultura e a implantação da legislação da atividade rural como o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que serviu mais para acabar com a relação de trabalho do que para regulamentá-la, provocaram uma maior liberação da população rural.

Essa transformação efetiva-se no município de Apucarana refletindo principalmente na substituição da produção de café pelas culturas temporárias, por pastagens, na introdução da avicultura de corte na década de 1980 e na intensificação na primeira década do século XXI por meio da integração da maioria dos pequenos proprietários com a indústria avícola com sede no município de Rolândia.

O município de Apucarana (figura 1) localiza-se na Mesorregião Norte Central Paranaense, conforme divisão do IBGE, apresentando uma extensão territorial de 558 Km² (IBGE, 2010).

Seu limite municipal faz divisa com os municípios de Arapongas, Sabáudia e Mandaguari ao norte; Londrina, Marilândia do Sul e Califórnia a leste; Rio Bom ao sul; e Cambira a oeste.

O município possui quatro distritos administrativos, são eles: Correia de Freitas, Vila Reis, Pirapó e São Pedro e quatro vilas rurais⁴, Vila Nova Ucrânia, Vila Volveno Bertoli, Manoel Piassa da Silva Sobrinho e Vila Terra Prometida.

Com relação às características do meio físico, o município está localizado no Terceiro Planalto Paranaense, com base de formação geológica Serra Geral composta por camadas de sucessivos derrames basálticos do Período Juro-Cretáceo, constituindo o solo chamado de “terra roxa”.

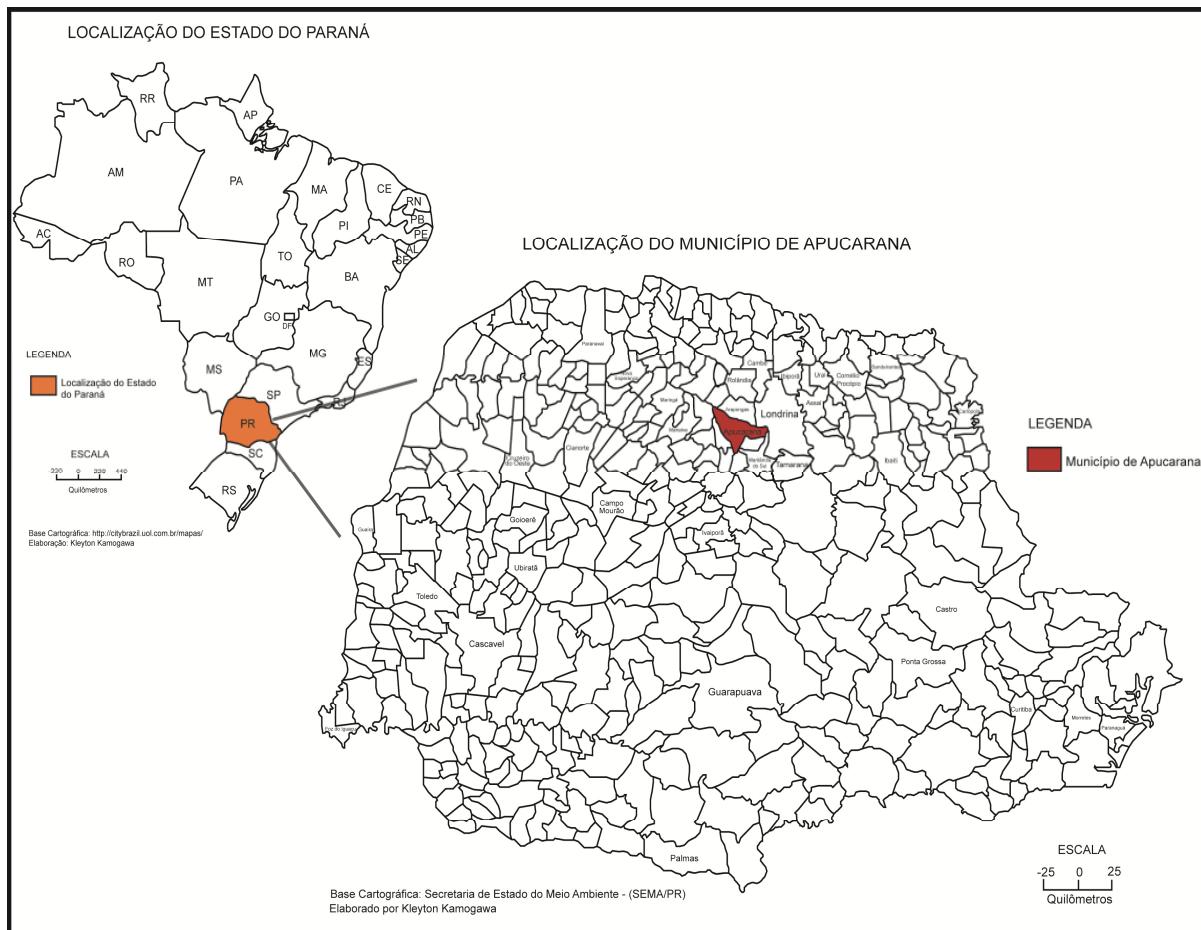
O município se localiza sobre três divisores de água, a bacia hidrográfica do rio Pirapó na face noroeste, na face leste a bacia hidrográfica do rio Tibagi e na face sul rios que pertencem à bacia hidrográfica do rio Ivaí.

Quanto a sua formação geomorfológica cabe ressaltar que devido à confluência desses três divisores de águas o relevo do município apresenta uma altitude a qual varia entre 550 metros até 850 metros.

Quanto ao processo de ocupação, deve-se à atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná que elevou Apucarana em 1938 a categoria de vila e posteriormente elevou como município no dia 28 de janeiro de 1944.

⁴ Programa Vila Rural criado no ano de 1995 pelo governador do Estado do Paraná Jaime Lerner. O objetivo desse programa é o fornecimento para o trabalhador rural uma área de 5.000 m² com uma casa de alvenaria de 44, 56 m², dotada de água encanada, energia elétrica e sistema sanitário. O primeiro projeto do Programa Vila Rural foi inaugurado em 1995 no município de Apucarana-PR – “Vila Nova Ucrânia”.

Mapa 1 - Localização da área de estudo-Município de Apucarana/PR



Durante esse processo de ocupação a cultura cafeeira foi responsável pela atratividade de grande quantidade de famílias, sendo que o trabalho utilizado para a cultura do café era caracterizado pelo regime de colonato.

Conforme Martins (1979, p.19),

o colonato caracterizou, [...] pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar.

Dessa forma o café era produzido em consórcio com outras culturas como arroz e feijão, para o consumo próprio como também para a comercialização do excedente.

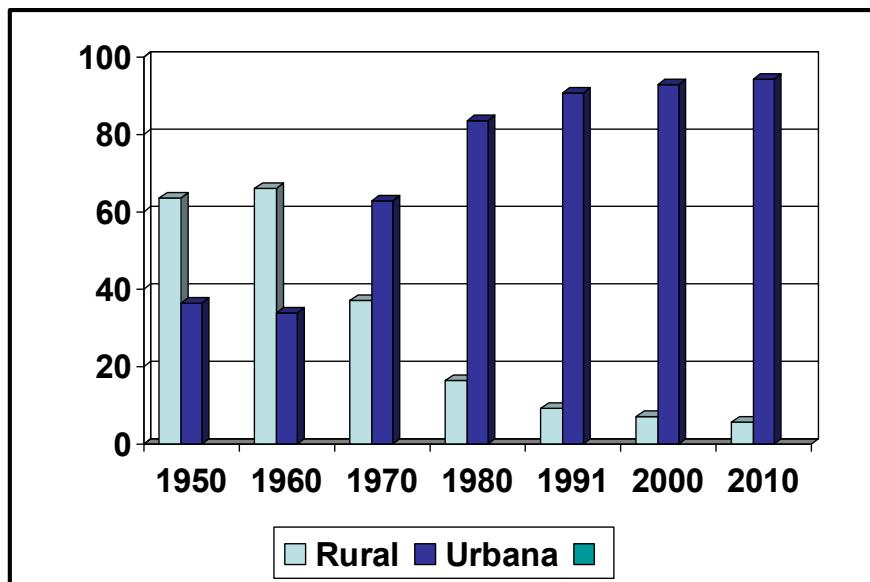
A rápida expansão e ocupação da região Norte do Estado entre as décadas 1950/1960 marcou um período de crescimento demográfico extraordinário, principalmente da população rural, em decorrência da mobilidade espacial dos migrantes que chegavam ao Estado.

O crescimento e a formação populacional do município foram marcados pela ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTP) via expansão econômica do café.

[...] sob a pressão de uma demanda consistente pelo café no mercado internacional, determinaram uma veloz apropriação territorial na Região, com o extraordinário crescimento da população rural, que perdurou até o final dos anos 60. Ademais, a alta densidade demográfica, fruto do módulo fundiário adotado e da intensiva ocupação de mão-de-obra pela cafeicultura, combinada com a grande fertilidade do solo e a elevada renda gerada pelo café na época, ocasionou o surgimento de um sólido mercado para o setor terciário, ensejando o crescimento ainda mais rápido da população urbana, o que possibilitou a estruturação de uma densa rede de cidades na Região. Foi nessa conjuntura de acelerada apropriação do espaço produtivo e excepcional crescimento demográfico que se completou a implantação do projeto de colonização que a Companhia levou a cabo no Norte do Paraná, e que resultou na venda de 41.741 propriedades rurais e 70.000 lotes urbanos, distribuídos pelas 63 vilas e cidades que fundou, aí incluída Apucarana. (APUCARANA, 2008, p.69)

Podemos observar no gráfico 1, os dados do IBGE com a evolução da população que no período 1950/60 foi marcado pela intensa ocupação da região Norte do Estado, a população rural do município era de 63,5% (20.898 habitantes) e 65,9% (43.585 habitantes) respectivamente. Esses dados demonstram a forte atração populacional ocasionada pelo crescimento econômico pautado no cultivo do café e das lavouras temporárias intercalares.

**Gráfico 1 - Proporção da população rural-urbana do município de Apucarana/PR
1950-2010 (%)**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Na transição das décadas de 1950 para 1960, a comercialização cafeeira para o exterior tornava-se cada vez mais difícil, e o seu cultivo no município passava por dificuldades como a diminuição da fertilidade do solo e as adversidades climáticas, conforme Apucarana (2008, p.71), “nos anos 50, a ocorrência de duas fortes geadas em 1953 e 1955 teve um efeito devastador sobre a cafeicultura da Região, afetando negativamente seu nível de atividade econômica [...]”.

Desta forma, desmotivados, muitos produtores aderiram à política de erradicação do café, a qual se intensificou, principalmente, no início da década de 1970, quando o preço da cultura da soja tornou-se mais atrativo para o produtor e concomitantemente à política de crédito do governo federal incentivando essa lavoura temporária.

A realidade demográfica do município, nas décadas posteriores, começa a se inverter, na qual em 1970 a população urbana alcançou 62,8% (43.573 habitantes), conforme o gráfico 1.

Esse período é marcado não só para o Estado do Paraná como em todo o Brasil, por uma fase de alteração da estrutura produtiva. Alteração essa marcada pela implantação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 onde o trabalhador do campo passava a ter a mesma lei trabalhista dos trabalhadores urbanos.

A ampliação da política do governo federal de erradicação do café em 1965 e 1967 (Tabela 1) ocorreu devido à superprodução e a baixa demanda pelo produto no mercado externo.

Ao mesmo tempo acontecia a transformação agrícola do país por meio da industrialização da agricultura e concomitantemente os efeitos climáticos que assolaram a região, devido das geadas, principalmente a de 1975, ocasionando êxodo rural.

Tabela 1 - Evolução das áreas plantadas (ha) das principais culturas (1950- 2008)

Ano	Café	Soja	Feijão	Trigo	Milho	Arroz
1950	47.396	-	-	-	-	-
1960	30.665	-	6.873	64	10.409	5.952
1970	6.798	571	4.046	575	8.209	6.883
1975	134.757	4.002	610	1.595	6.621	5.104
1980	6.285	4.309	1.109	2.227	7.720	1.183
1996	2.900	6.500	700	400	12.820	485
2008*	4.140	16.300	450	10.000	6.300	204

Fonte: Manosso, Fernando, 2005 p.50

*Dados IBGE. Adaptação: Rossi, Daniela O.

A substituição do café por pastagens e lavouras mecanizadas, provocou um êxodo da população rural, afetando significativamente as pequenas cidades da região, pois a atividade econômica principal da cidade era proveniente da economia cafeeira; com a sua erradicação e consequentemente a redução da população rural causou um forte recuo das demais atividades econômicas e do mercado de trabalho, criando uma área pouco atrativa para muitos de seus habitantes, que migraram para outras regiões do país ou outras cidades do próprio Estado.

Nas décadas posteriores a 1970 a população urbana cresceu sistematicamente; no ano de 2010 a população apucaranense contava com 120. 886 habitantes, apresentando uma taxa de urbanização de 94,4%. Desta forma os dados demonstram a consolidação no processo de urbanização do município e o esvaziamento da população rural.

2.2 A estrutura agrária de Apucarana: o uso da terra e a distribuição fundiária

Como foi abordado no primeiro capítulo, a formação do município de Apucarana se insere no processo de colonização do Norte do Paraná por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná e o seu desenvolvimento foi promovido pela introdução da cultura do café.

Apesar da geada de 1975 e a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde, verificou-se que a cultura do café ainda permanece com certa expressão econômica para o município, conforme os dados sobre o Perfil da Realidade Agrícola do município de Apucarana de 2009 da EMATER. Em primeiro lugar em ocupação de área (17.000 ha) se encontra a cultura de soja, esta introduzida na década de 1980, em segundo e terceiro encontra-se as lavouras de trigo e milho, respectivamente com 11.200 ha e 4.500 ha e a produção de café que antes era cultivada com técnicas tradicionais, a partir da década de 1990 devido ao avanço tecnológico, passa a ser cultivado no sistema adensado.

A pecuária do município encontra-se diversificada, porém o destaque em relação à quantidade produzida é o de gado bovino destinado ao corte com 11.260 cabeças, a produção de leite de 45.014 (em mil litros) sendo produzidos por 16.500 cabeças e o crescente aumento da avicultura. (EMATER 2009)

Conforme os dados da EMATER, a pecuária de corte e de leite se encontra, em sua maior parte, em propriedades com processo de produção ainda manual, como na ordenha e semiconfinamento na produção do gado de corte. A avicultura já se encontra com um maior uso tecnológico, devido às exigências da indústria no seu processo de produção.

A tabela de utilização das terras, (tabela 2) demonstra uma expressiva mudança entre o cultivo das lavouras permanentes, temporárias e das pastagens.

Tabela 2 - Utilização das terras (em hectares) do município de Apucarana/PR (1975 – 2006)

Ano	Área Total	Lavouras Permanentes	%	Lavouras Temporárias	%	Pastagens Naturais e Plantadas	%	Matas e Florestas naturais e Plantadas	%	Lavouras em descanso e Produtivas não Plantadas	%
1975	49311	14906	30,3	14323	29	14976	30,3	2583	5,3	2523	5,1
1980	47047 ⁽¹⁾	9237	19,63	15929	33,8	17780	37,8	3056	6,5	1045	2,2
1985	47132	6208	13,17	17525	37,2	18732	39,7	3664	7,7	1003	2,1
1995	46619	4434	9,5	15858	34	21185	45,4	4042	8,6	1100	2,3
2006	49700	8893	17,9	16033	32,2	13372	26,9	9240	18,6	2162 ⁽²⁾	4,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

(1) Inclusive terras inaproveitáveis.

(2) Inclusive o uso da terra para tanques, lagos, açudes, construções, benfeitorias, terras degradadas e inaproveitáveis.

Os dados da tabela 2 mostram as mudanças ocorridas na utilização das terras de 1975 a 2006, ou seja, um período de 30 anos. Observamos que as mudanças no uso da terra ocorrem a partir de 1980, após a geada de 1975 quando uma parcela significativa dos cafezais foram erradicados e substituídos pelas culturas temporárias, principalmente, com a produção de *commodities*. Por outro lado, nesse período ocorre um progressivo aumento das pastagens que em de acordo com o Censo Agropecuário de 1995 ocupava cerca de 45% da área utilizada pela agricultura.

Outro ponto que podemos salientar é o retorno da lavoura permanente, representados principalmente pela cafeicultura, após uma queda gradativa a partir de 1980 a 1995. Vale lembrar que a lavoura permanente, em 1975, representava 30% das terras utilizadas e chega em 1995 com apenas 9,5%.

Simultaneamente ocorre o incremento da tecnologia no campo, utilizando-se dos insumos e de máquinas que pode ser comprovado por meio de dados do ano de 1975 e de 1980 que de 404 tratores no total dos estabelecimentos aumentou para 1.208 respectivamente. E em 2006 a quantidade encontrada foi de 620 tratores. (IBGE, 1975, 1980, 2006).

O que se notou nos anos subsequentes é a manutenção da cultura temporária e da pastagem, mas como declínio da cultura permanente, isso explica a migração campo-cidade.

Vale verificar a situação fundiária dos estabelecimentos que de acordo com a tabela 3, em 1975, o número de estabelecimentos de até 0-50 hectares predominava nessa estratificação com 94,8%. Em 1980 houve uma

diminuição para 85%. Em 1985 houve um pequeno aumento para 89,2%. Em 1995 manteve-se em 88,1% e com pouca alteração em 2006 o número de estabelecimentos se manteve com 89 % nessa faixa fundiária.

Tabela 3 - Número e Área de Estabelecimentos por Grupos de Área Total (ha) e Percentual no município de Apucarana/PR (1975-2006)

ANO	Número e Porcentagem (Estabelecimentos e área)	Hectares							
		até 5	5 a 10	11 a 20	21 a 50	51 a 100	101 a 500	501 a 2000	TOTAL
1975	Nº estabelecimentos	627	710	730	444	83	49	6	2649
	% do total	23,6	26,8	27,5	16,7	3,1	1,8	0,2	100
	Área	2213	5344	10078	12983	5733	10045	5273	51669
	% do total	4,2	10,3	19,5	25,1	11,1	19,4	10,2	100
1980	Nº estabelecimentos	138	238	509	308	113	91	6	1403
	% do total	9,8	16,9	36,2	21,9	8	6,5	0,4	100
	Área	548	1860	7159	12077	7758	13913	5881	49196
	% do total	1,1	3,7	14,5	24,5	15,7	28,2	12	100
1985	Nº estabelecimentos	350	320	505	378	118	62	7	1740
	% do total	20,1	18,3	29	21,7	6,8	3,5	0,4	100
	Área	981	2497	7010	11496	8278	12806	5459	48527
	% do total	2	5,1	14,4	23,6	17	26,4	11,2	100
1995	Nº estabelecimentos	501	331	447	340	112	74	3	1808
	% do total	27,7	18,3	24,7	18,8	6,1	4,1	0,1	100
	Área	1276	2542	6253	10356	8049	15863	2981	46783
	% do total	2,6	5,3	13,2	21,8	17	33,5	6,3	100
2006	Nº estabelecimentos	463	349	480	344	105	78	5	1834
	% do total	25,2	19	26,1	18,7	5,7	4,2	0,2	100
	Área	1183	2677	6713	10648	7557	17879	3518	50173
	% do total	2,3	5,3	13,3	21,2	15	35,6	7	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Os dados significam a permanência da produção em pequenos estabelecimentos frente ao desenvolvimento do modo capitalista inserido no campo, e conforme Oliveira (2002, p.83) “tem-se o aumento e o predomínio do trabalho familiar camponês⁵ nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha.”

Em relação ao tamanho da área desses estabelecimentos, no ano de 1975, 40,74% da área total encontrava-se no estrato maior que 50 hectares. A partir da década de 1980 os estabelecimentos acima de 50 hectares passaram a

⁵ Nesse momento estamos considerando o camponês apenas como relação de trabalho familiar.

deter cerca de 55,9% da área total do espaço rural estudado, porém em número de estabelecimentos é menor, pois no ano de 2006, apenas 10,1% desses estabelecimentos se encontram acima de 50 hectares.

A partir do ano de 1980 ocorreu uma paulatina concentração fundiária no município. Sendo que neste ano 210 estabelecimentos ocupavam 55,9% do espaço rural e no ano de 2006 188 estabelecimentos ocupavam 57,6%.

Em síntese os dados da tabela 3 no ano de 2006 demonstram que 90% dos estabelecimentos de até 50 hectares estão distribuídos em 42,1% da área total do município, os quais nos apontam a predominância de pequenos estabelecimentos, entre os períodos pesquisados. Entretanto, houve uma diminuição no número de estabelecimentos entre os anos de 1975 para 2006 (2.649 estabelecimentos para 1.834, respectivamente), fato que podemos atribuir à erradicação da cafeicultura que foi substituída pela pastagem e soja/milho e soja/trigo.

Apucarana não segue o modelo de substituição da cafeicultura para o binômio soja/trigo, após a erradicação da cultura do café a cotonicultura é introduzida no município mantendo ainda os pequenos estabelecimentos e a mão-de-obra existente da cafeicultura.

Segundo os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006, o número de arrendatários aumentou de 166 para 275 e o de parceiros diminuiu de 396 para 115. O aumento do arrendamento deve-se aos proprietários de algodão e café, que no período de 1995-2006, foram para a cidade e arrendaram às terras para os sojicultores. Esse fato reflete a diminuição do sistema de parceria, pois, as lavouras de café e algodão utilizam muito desse sistema.

Com relação ao uso do solo, o município apresenta uma diversificação em termos de cultivos de produtos e pecuária, resultado de uma combinação de fatores, como a fertilidade do solo, o clima e o relevo favoráveis ao qual potencializam o desenvolvimento agropecuário.

De acordo com o Perfil da Realidade Agrícola do ano de 2009 do EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) o município de Apucarana apresentava os seguintes números. (quadro 1)

Quadro 1 - Culturas temporárias e permanentes em Apucarana (2009)

Cultivo	Nº de produtores	Área (ha)
Soja	340	17.000
Trigo	180	11.200
Milho	195	4.500
Café	515	4.140
Aveia	70	550
Arroz	100	40
Banana	21	60
Abacate	16	60
Laranja	12	36
Uva	10	10

Fonte:EMATER – Perfil da Realidade Agrícola

De acordo com Apucarana (2008), “no que se refere à fruticultura, a área cultivada no município, além de não ser muito expressiva, encontra-se em declínio, o que é lamentável, visto que tal atividade constitui uma boa alternativa para incrementar a renda dos produtores.” (p. 48)

Na representatividade da olericultura encontra-se a alface e couve-flor com 30 produtores cada em 21 ha ocupados, cenoura com 60 produtores e 20 ha e 20 produtores de beterraba ocupando uma área de 12 ha, porém em menor número conta com a produção de abobrinha, alho, feijão-vagem, chuchu, berinjela, tomate, repolho, pepino, pimentão, agrião, acelga.

Assim, Apucarana mostra-se bem diversificada com o predomínio de alguns produtos como podemos verificar nos dados apresentados.

Com relação à pecuária do município os destaques ficam para a bovinocultura mista (corte e leite) e o elevado crescimento da avicultura.

Aos dados sobre a pecuária suína do município, o que nos chamam atenção é que “reduziu-se de 5.570 animais em 2004 para apenas 300 em 2006” (Apucarana, 2008, p. 49) e em 2009 obteve um ligeiro aumento para 390 matrizes (Tabela 4) deduzindo desta forma que o rebanho atual “esteja sendo destinado apenas para o autoconsumo dos produtores, sem vinculação com o mercado.” (Apucarana, 2008, p. 49)

Tabela 4 - Criações de animais, número de produtores e número de cabeças em Apucarana (2009)

Criações	Nº de Criadores	Nº Cabeças
Bovinocultura de corte	85	11.260
Bovinocultura de leite	280	3.104
Bovinocultura mista	265	13.896
Bubalinocultura	1	14
Suinocultura	5	390
Caprinocultura	6	1.000
Ovinocultura	15	3.000
Apicultura (1)	6	420
Avicultura de Corte*	85	9.168.254
Sericultura	20	-

Fonte: EMATER - Perfil da Realidade Agrícola-2009

(1) Em apicultura, no número de cabeças, informar o número de colméias

* Os dados da avicultura de corte foram obtidos pela SEAB-2008.

A evolução da produção avícola, de acordo com Apucarana (2008), entre os anos de 2004-2006, baseados em dados da EMATER, obteve elevados índices de crescimento

A atividade pecuária está presente no Município com rebanhos expressivos de aves e bovinos. Com respeito à avicultura, o crescimento da população foi extraordinário, atingindo a 664,1% em apenas dois anos, permitindo concluir que a avicultura veio para ficar no conjunto das atividades pecuárias do Município. (APUCARANA, 2008, p.49)

De acordo com o técnico da EMATER local, o aumento da produção avícola no município só não foi maior devido ao elevado investimento na construção do aviário, pois para atender o mercado externo a estrutura tem que ser automatizada.

O tamanho das propriedades que possui a avicultura de corte integrada à indústria está em torno de 50 ha, e em sua maioria possuem outras atividades na propriedade como café, pecuária bovina, soja e trigo.

O município apresenta um quadro agrário diversificado, em especial, após a erradicação da cafeicultura. Há aqueles que optaram pela cultura de grãos e cereais além da pecuária, mas os estabelecimentos de porte menor (até 50 ha) a monocultura não é comum e a avicultura foi uma das alternativas no processo de diversificação de atividades.

3. A BIG FRANGO NO CONTEXTO DA AVICULTURA PARANAENSE

3.1 Considerações sobre a avicultura paranaense

A inserção do Brasil no comércio mundial exigiu maior valorização do produto exportado, fazendo com que houvesse uma integração entre a agropecuária e a indústria, o que fez crescer uma ampla procura por produtos industriais para elevar a produtividade, manter e exceder a produção de gêneros agrícolas, determinada pela demanda mundial.

Desta maneira a função da agricultura passou a ser comandada pelas regras ditadas pelo capital industrial, gerando, ao mesmo tempo, uma produção de *commodities* e matéria-prima e se tornando cada vez mais consumidora de produtos industrializados.

Conforme Sorj *et al* (1982), o surgimento da avicultura industrial no Brasil inicia-se no final da década de 1950, substituindo a avicultura comercial, inserida no bojo do processo da tecnificação agrícola brasileira e, segundo Elias (2007), vem se destacando dentro da indústria de alimentos por transformar matéria-prima em mercadorias padronizadas, atendendo a uma grande demanda de consumo de massa globalizado.

Sorj *et al* (1982) afirmam que a década de 1970 foi o período no qual o complexo avícola brasileiro cresceu aceleradamente, e, desde o princípio, existia a articulação entre empresas nacionais e estrangeiras na instalação do complexo avícola, principalmente com a importação de tecnologia dos países capitalistas avançados e a entrada de multinacionais no país.

Devido a essa internacionalização econômica, um dos determinantes externos foi a efetiva propagação de hábito alimentar da carne de frango na dieta do brasileiro, pois “O frango é, dentre os animais produtores de carnes para o consumo humano, aquele com maior capacidade de transformação de cereais para produzir carne no menor tempo possível”. (Sorj, *et al*, 1982, p.15).

Outro fato da introdução da carne de frango na alimentação é a “substituição à carne vermelha, tornando-se uma opção de alimentação mais acessível para amplas parcelas da população, pois compete com vantagem, em matéria de preço, com a carne bovina”. (ELIAS, 2002, p. 27).

É nesse contexto, marcado pela indústria avícola, que o Brasil encontra-se em 3º lugar em produção de frangos e 1º lugar em exportador de carne. (quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Produção mundial de carne de frango

PRINCIPAIS PAÍSES (1999 - 2007**)						
Mil toneladas						
Ano	EUA	China	Brasil	União Européia	México	Mundo
1999	13.367	8.550	5.526	6.614	1.784	47.554
2000	13.703	9.269	5.977	7.606	1.936	50.097
2001	14.033	9.278	6.736	7.883	2.067	52.303
2002	14.467	9.558	7.517	7.788	2.157	54.155
2003	14.696	9.898	7.843	7.512	2.290	54.282
2004	15.286	9.998	8.494	7.627	2.389	55.952
2005	15.869	10.200	9.200	7.736	2.498	59.092
2006*	16.162	10.350	9.336	7.425	2.610	60.090
2007**	16.413	10.520	9.700	7.530	2.724	61.162

Fonte: USDA / ABEF

* Preliminar ** Previsão

Fonte: ABEF, 2009

A evolução do Brasil na produção mundial de carne de frango ganhou destaque a partir do ano de 2004 quando se torna o terceiro produtor mundial, com 15,8% da produção em relação ao cenário mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, este com 26,8% e da China com 17,2% da produção mundial. (quadro 2)

Essa evolução é conquistada por meio do aumento do consumo da carne no mercado interno e no mercado externo, consequentemente no ano de 2004 o Brasil passa a ser o maior exportador de carne de frango. (quadro 3)

Quadro 3 - Exportação mundial de carne de frango

PRINCIPAIS PAÍSES (2000 - 2007**)						
Ano	Mil toneladas					
	Brasil	EUA	União Européia	Tailândia	China	Mundo
2000	907	2.231	774	333	464	4.856
2001	1.265	2.520	726	392	489	5.527
2002	1.625	2.180	871	427	438	5.702
2003	1.960	2.232	788	485	388	6.023
2004	2.470	2.170	813	200	241	6.055
2005	2.846	2.360	755	240	331	6.791
2006*	2.713	2.454	620	280	350	6.470
2007**	3.203	2.508	685	280	365	6.737

Fonte: USDA / ABEF

* Preliminar ** Previsão

Fonte: ABEF, 2009

Conforme Ferraz (2010),

o consumo mundial de carne de frango vem registrando robusto crescimento nos últimos 40 anos. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo mundial per capita de carne de frango cresceu de aproximadamente 2 quilos por pessoa por ano em 1970 para mais de 10,5 quilos em 2009. No Brasil, entre 1983 e 2009, esse consumo cresceu mais de 300%, enquanto o de carne bovina recuou e o de carne suína aumentou de forma bem modesta. (...) O fenômeno tem diversas explicações, mas seguramente o fator preço é o mais importante. Além de o custo dessa proteína ser baixo, o ciclo produtivo da carne de frango é curto, permitindo rápidos ajustes da oferta e impedindo explosões de preço. (FERRAZ, 2010)

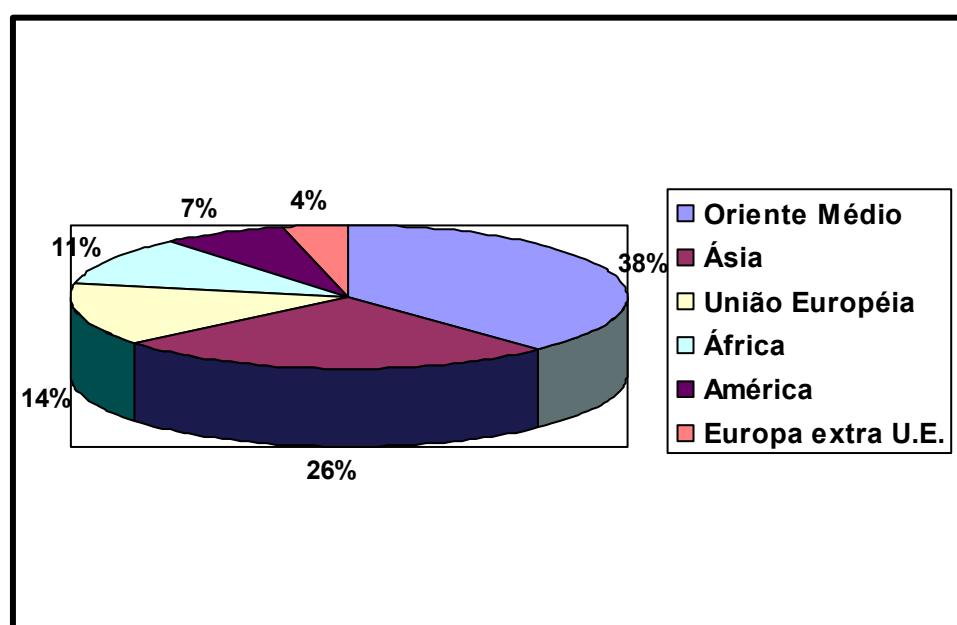
A evolução da exportação brasileira possui explicação de diferentes fatores, como relatamos anteriormente, um deles é o aumento do consumo mundial e nacional de carne, existe também fatores relacionados ao limite de produção de grãos dos países produtores de carne de frango e de acordos comerciais, como exemplifica a reportagem sobre a Malásia (2010)

Para Turra, quando o governo federal iniciou as conversas para abertura de mercado com os chineses, em 2009, a sacada de ouro foi notar que os países importadores teriam problemas em ampliar produção. "Eles [países importadores] têm dificuldade de produzir insumos, como, soja, milho e farelo de trigo", diz. Por outro lado, segundo o presidente da Ubabef, os problemas comerciais entre a China e os Estados Unidos acabaram refletidos no Brasil. "A guerra

política começou com os Estados Unidos barrando os pneus chineses. Como resposta a China recuou as importações norte-americanas e cortou cotas, o que abriu portas para o Brasil", comenta. (MALÁSIA, 2010)

Conforme Frazão (2009) "atualmente, 40% da produção nacional é exportada [...]." De acordo com o gráfico 2, os maiores importadores do mercado brasileiro são Oriente Médio (38%) e a Ásia (26%) que somam 64% do total exportado.

Gráfico 2 - Destino das exportações de carne de frango (2009)



Fonte: ABEF, 2009

Nota-se que o Oriente Médio é a área que mais importa carne de frango brasileira, especificamente a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, em que as indústrias abatem de acordo com os rituais islâmicos, atendendo as exigências culturais dessa sociedade.

Com 26% o restante da Ásia fica representada pelos países China (Hong Kong) e Japão, que de acordo com Malásia (2010), "o maior volume da carne brasileira até então absorvida pela China entrava no país via Hong Kong. Em 2009, Hong Kong comprou 428,3 mil toneladas de carne de frango do Brasil."

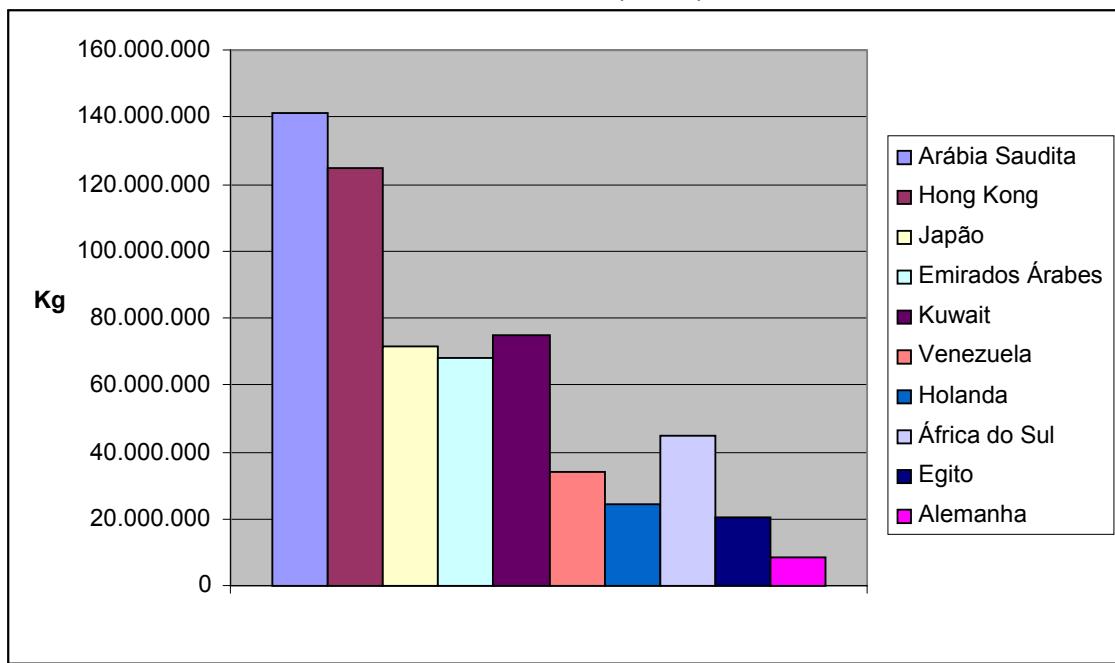
Com o mercado aberto à China a tendência é a ampliação da exportação para outros países da Ásia, "A carne de frango brasileira está prestes a ganhar as fronteiras da Malásia. Com os embarques à China em alta, o Brasil deve

também ampliar o comércio com outros países asiáticos, como a Indonésia." (MALÁSIA, 2010).

A expansão da produção avícola industrial no Brasil ganha destaque principalmente devido o aumento da produção paranaense. O Estado se destaca no cenário nacional e internacional, pois as indústrias avícolas vêm atendendo as exigências específicas de cada mercado consumidor, principalmente o externo.

O gráfico 3 nos informa sobre o volume exportado pelo Estado do Paraná sobressaindo a Arábia Saudita, Hong Kong, Japão, Emirados Árabes e o Kuwait, em ordem decrescente, que não foge as estatísticas de exportação do país ou seja, a representatividade do Oriente Médio e Ásia (gráfico2).

Gráfico 3 - Dez principais mercados consumidores da carne de frango do Estado do Paraná (2009)



Fonte: Sindiavipar (2009 , p. 24).

Conforme os dados da Sindiavipar (Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná), o Estado do Paraná exporta para 120 países nos cinco continentes (mapa 2). E, para exportação há necessidade, conforme BRASIL (2011),

[...] uma empresa interessada no mercado de exportação deve, primeiramente, obter registro do estabelecimento no Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Saúde, que atesta a regularidade sanitária, técnica e legal das instalações e etapas do processo de produção. [...] O Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIF) atesta a qualidade dos produtos

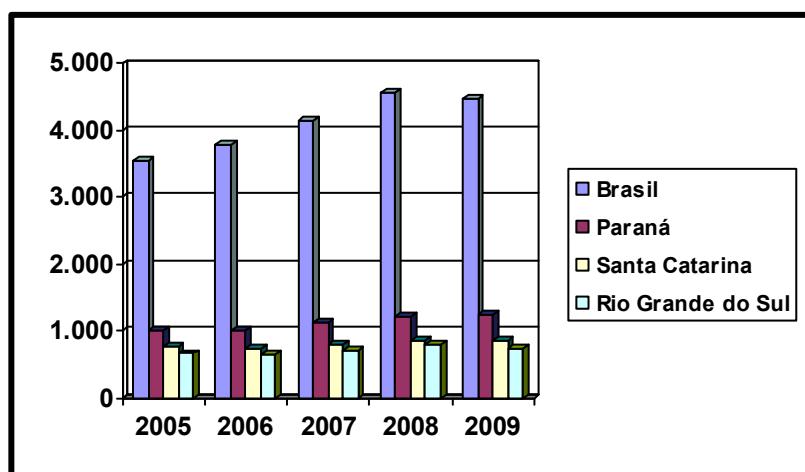
de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos ao mercado consumidor. O SIF atua junto a quase 4 mil estabelecimentos registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. (BRASIL, 2011)

E não apenas seguindo as normatizações referentes às exportações, o setor avícola do Paraná está presente em diferentes países devido a sua capacidade “de se adaptar as exigências culturais, de sanidade e qualidade de todo o mundo. [...] é investir em cortes específicos, respeitando padrões culturais religiosos de diferentes países”. (SINDIAVIPAR, 2010, p.29)

As habilitações para exportação para China e União Européia exigem das indústrias um cumprimento de normatizações tanto burocráticas, quanto sanitárias, como atestado de saúde pública, sanidade e bem-estar animal, para que as mesmas consigam atender e exportar para esses grandes mercados consumidores. (anexo 3)

O Estado do Paraná classificou-se como o maior produtor de frango de corte do Brasil no ano de 2009, de acordo com o gráfico 4, e em 2º lugar na exportação de frangos (gráfico 5), perdendo a liderança para o Estado de Santa Catarina (SINDIAVIPAR, 2009).

Gráfico 4 - Produção de carne de frango (em bilhões de cabeças abatidas)



Fonte: Sindiavipar

Mapa 2 - Países importadores de carne de frango do Estado do Paraná (2010)

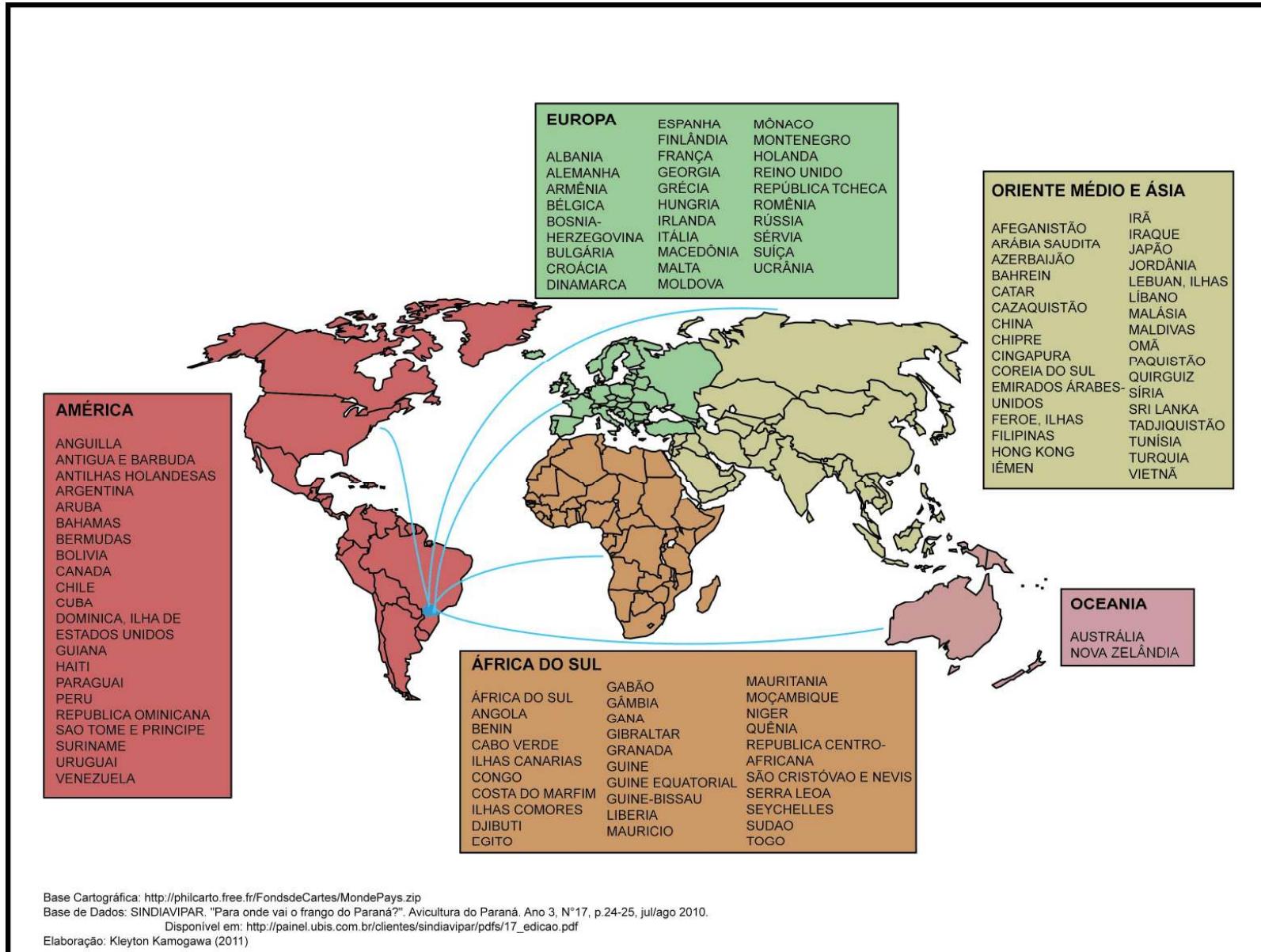
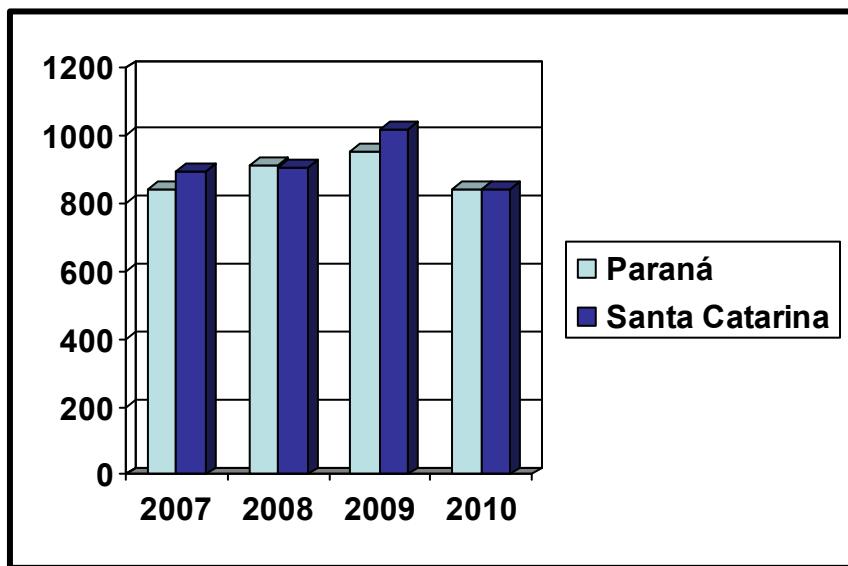


Gráfico 5 - Exportação de frango de corte 2007-2010 (bilhões/Kg)



Fonte: Sindiavipar

Conforme os dados do Sindiavipar (2009) é possível expressar o significado da produção paranaense. Essa mesma fonte subdividiu o Estado em quatro regiões sendo a de maior importância em número de abatedouros e de volume de produção a região Noroeste, seguida da região Nordeste. (tabela 5). Observa-se que a região Sudoeste conta com apenas cinco abatedouros, mas o volume de produção é proporcionalmente superior ao da região Nordeste.

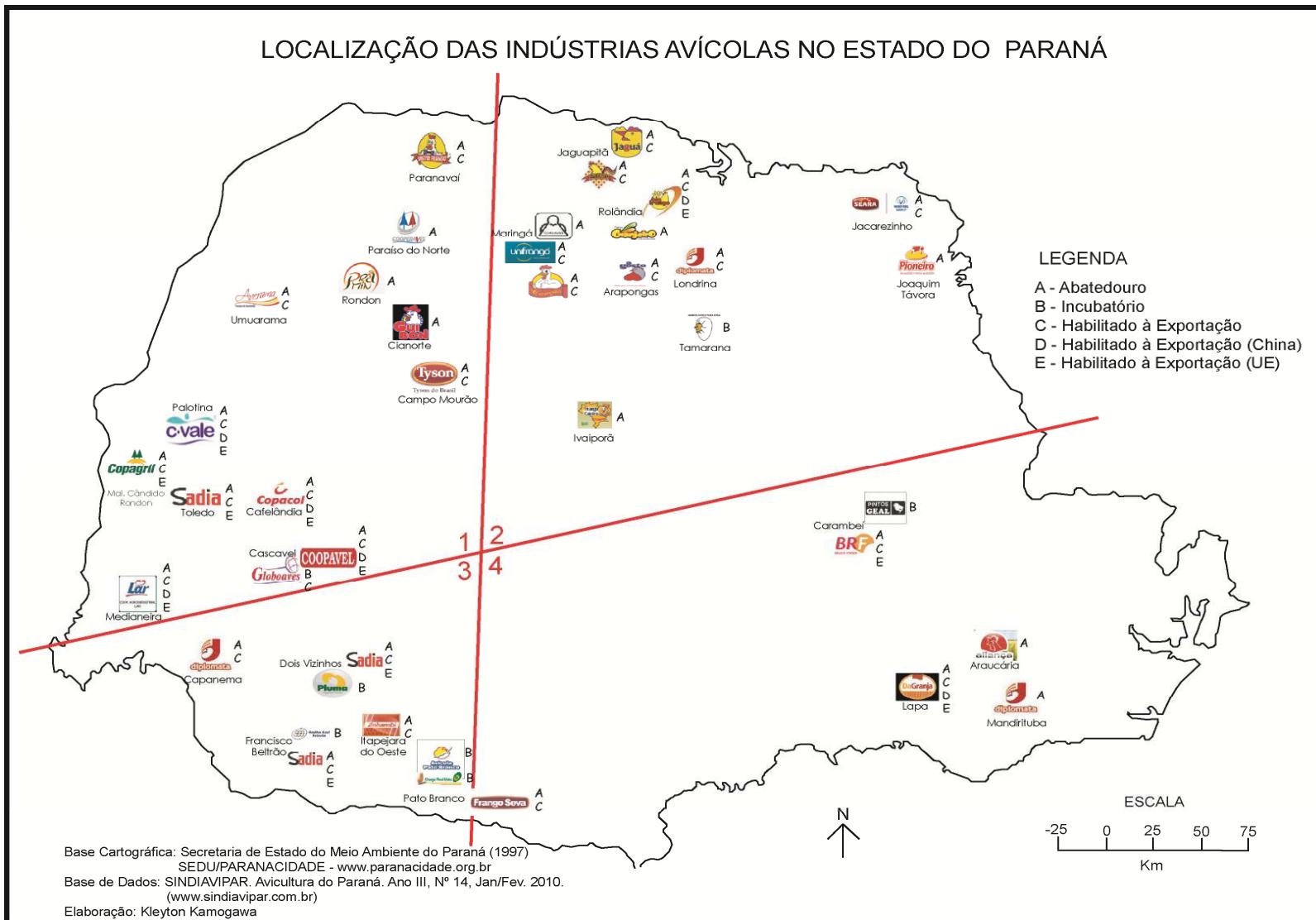
Para melhor visualizar a distribuição territorial das empresas do Estado do Paraná vale observar a figura 2.

A tabela 5 apresenta as quatro regiões em que está dividido o mapa do Paraná da figura 2 com o número de abatedouros, incubatórios e produção anual, divisões estas de acordo com a Sindiavipar (2009).

Tabela 5 - Número de empresas e volume da produção por regiões do Estado do Paraná PR (2009)

Nº	Região	Nº Abatedouro	Nº de Incubatórios	Produção Anual/Cabeças abatidas	%
1	Noroeste	13	1	488.736.930	38
2	Nordeste	11	1	340.644.328	27
3	Sudoeste	5	4	283.984.678	22
4	Sudeste	4	1	144.389.375	11
Total	-	33	7	1.257.755.311	100

Fonte: Sindiavipar, 2009, p.24



Mapa 3: Localização das indústrias avícolas no Estado do Paraná.

Fonte: Sindiavipar (2010, p. 24)

A região Noroeste apresenta a maior concentração de número de indústrias abatedoras e de produção anual, e apenas um incubatório, localizado no município de Cascavel. Porém, essa área é que mais apresenta indústrias habilitadas para exportação, sendo 11 indústrias com habilitação geral, quatro com habilitação para o mercado da União Européia e sete habilitadas para o mercado chinês. (mapa 3)

Destas 13 indústrias, cinco delas são cooperativas: C. Vale (município de Palotina), Copacol (município de Cafelândia), Copagril (município de Marechal Cândido Rondon), Cooperaves (município de Paraíso do Norte) e Lar (município de Medianeira).

A presença das cooperativas na região oeste do Paraná é justificada por Belusso (2007, p. 42), que as mesmas foram criadas em uma conjuntura onde “O apoio dos governos estadual e federal incentivava a criação de cooperativas como meio de viabilizar a substituição da agricultura colonial pelo binômio soja e trigo”.

A região nordeste é onde se localiza o município e a indústria avícola pesquisada, a Big Frango. É a segunda região em número de indústrias abatedoras e de produção anual, com aproximadamente com 340 milhões de cabeça/ano, apresenta oito indústrias com habilitação para exportação geral, e apenas a Big Frango com habilitações para exportação para a China e União Européia. Consta também com um incubatório no município de Tamarana.

Os municípios de localização dessas indústrias avícolas são Jaguapitã (Jaguafrangos e Avebom), Londrina (Diplomata), Rolândia (Big Frango e Granjeiro), Arapongas (Frango a Gosto) e Maringá (Unifrango, Coroaves e Frangos Canção). É interessante observar que essa região, mesmo tendo 11 abatedouros, somente a Big Frango tem habilitação para exportar para a China e à União Européia. As empresas do Noroeste e Sudoeste também estão habilitadas para o mercado chinês e europeu (União Européia).

A região Sudoeste apresenta cinco indústrias avícolas e quatro incubatórios. São sete empresas (Sadia, Diplomata, Anhembi, Pluma, Granja Real Ltda, Gralha Azul Avícola e Frango Seva) que possuem habilitações para exportação em geral e apenas as duas indústrias Sadia, (Dois Vizinhos e de Francisco Beltrão) possuem habilitação para a União Européia, mas nenhuma para o mercado chinês.

Vale destacar a indústria Sadia que foi criada em 1944 no oeste catarinense, com a instalação de um frigorífico, e sua expansão para o estado do Paraná ocorreu na segunda metade da década de 1960, conforme Espíndola (1999, p.198-199)

A crise econômica acelerou a falência de vários frigoríficos regionais. Um deles, o Frigorífico Pioneiro, instalado em Toledo, no Paraná, foi adquirido em 1967 pelo Grupo Sadia. [...] Entre 1970 e 1993, a Sadia desdobrou seu capital para: [...] Dois Vizinhos (1978 – aves), [...] Francisco Beltrão (PR) (1991 – aves) [...].

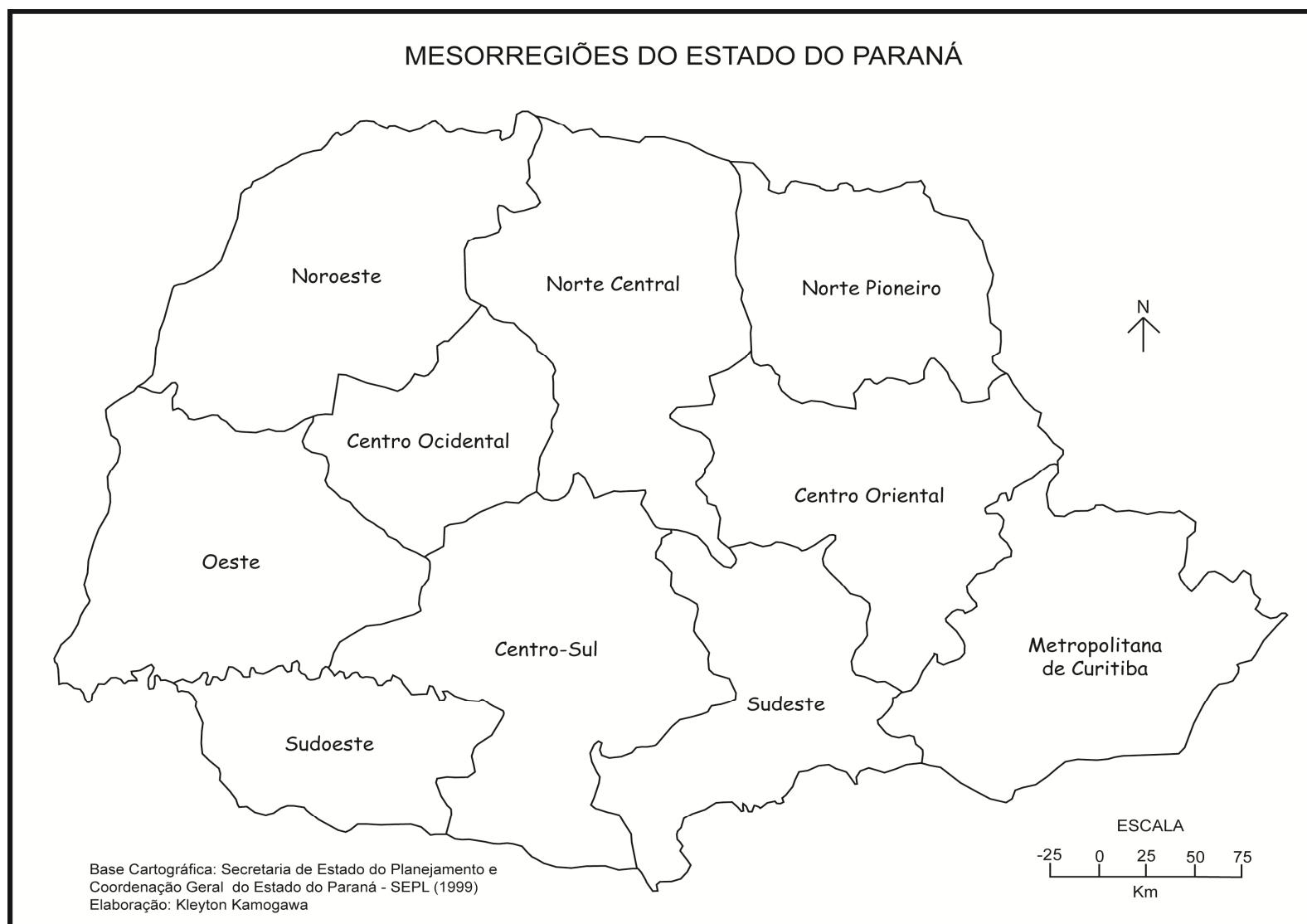
O deslocamento do capital industrial do Grupo Sadia para outros estados brasileiros foi decorrente de “(...) dois fatores – mercador consumidor e áreas fornecedoras de matéria-prima – foram responsáveis pelo deslocamento do grupo Sadia entre 1953 e 1970.” (Espíndola, 1999, p.198).

A região com menor número de indústrias avícolas, no total quatro e apenas um incubatório, é a Sudeste, mais especificamente Mesorregião Metropolitana de Curitiba, e a Mesorregião Centro Oriental, no município de Carambeí (Batavo e Perdigão). Três dessas indústrias apresentam habilitações para exportação em geral, duas habilitações para União Européia e apenas uma para a China.

Nas regiões um, três e quatro da mapa 3, encontramos a presença da empresa de maior representatividade do cenário produtivo nacional e internacional, a Brasil Foods (BRF) formada em 2009 a partir da fusão entre duas grandes concorrentes, a Sadia e a Perdigão. Conforme Frias

A nova companhia será a maior exportadora de produtos de carne processada do mundo. Será também a terceira maior exportadora brasileira, atrás da Petrobrás e Vale do Rio Doce, mas “a única que levará a marca brasileira para a mesa dos consumidores no mundo todo”, afirma [...] na nova empresa, aproximadamente 45% das vendas serão destinadas ao mercado externo, e 55%, ao mercado interno. (15/05/2009, p.B3)

No intuito de analisar a localização das indústrias avícolas em relação à estrutura fundiária do Estado do Paraná, foi utilizada a divisão das dez mesorregiões do Estado do Paraná (Mapa 4) elaborada pelo IBGE apresentando dados sobre o número de área e estabelecimentos agropecuários dessas mesorregiões (tabela 6).



Mapa 4: Mesorregiões do Estado do Paraná.

Fonte: IBGE

Tabela 6 - Número e Área de estabelecimentos Agropecuários e Grupo de área total das mesorregiões do Estado do Paraná- 2006																									
Mesorregiões	Grupo de Áreas (Hectares)																								
	Até 10				out/50				50-100				100-1000				1000-2500				Total				
	Nº Est	%	Nº Área	%	Nº Est	%	Nº Área	%	Nº Est	%	Nº Área	%	Nº Est	%	Nº Área	%	Nº Est	%	Nº Área	%	Nº Est	%	Nº Área	%	
Centro Ocidental	8.388	39,3	37.484	3,3	8.741	41	195.859	17,6	1.643	7,7	117.119	11	2.278	10,7	621.923	55,9	67	0,3	138.790	12,5	21.310	100	1.111.176	100	
Centro Oriental	8.437	44	32.094	1,9	6.245	32,5	140.934	8,5	1.315	6,8	92.647	5,5	1.905	9,9	562.198	33,8	224	1,1	831.681	50,1	19.174	100	1.659.553	100	
Centro Sul	14.599	35,3	61.635	3,2	18.845	45,5	394.975	20,5	2.549	6,1	180.448	9,3	3.185	7,7	863.034	44,7	189	0,4	427.609	22,2	41.368	100	1.927.700	100	
Metropolitana de Curitiba	17.739	58,2	65.787	8	8.537	28	185.556	22,7	1.170	3,8	81.864	10	998	3,3	255.144	31,2	76	0,25	227.690	27,9	30.458	100	816.040	100	
Noroeste	15.725	41,7	69.191	3,1	15.064	39,9	334.618	15	2.443	6,4	174.362	7,8	4.039	10,7	1.210.448	54,4	196	0,5	434.415	19,5	37.723	100	2.223.035	100	
Norte Central	24.606	45,3	104.184	4,3	21.118	38,9	464.974	19,4	3.640	6,7	259.108	11	4.522	8,3	1.246.512	52,1	138	0,2	315.626	13,2	54.272	100	2.390.405	100	
Norte Pioneiro	13.662	46	63.200	4,7	11.325	38,2	244.726	18,2	1.779	6	126.606	9,4	2.460	8,3	689.416	51,3	110	0,3	219.938	16,3	29.661	100	1.343.886	100	
Oeste	23.826	44,7	108.243	6,3	22.116	41,5	482.995	28,1	3.471	6,5	243.106	14	3.126	5,8	750.290	43,7	82	0,1	131.953	7,7	53.216	100	1.716.586	100	
Sudeste	18.432	46,7	83.507	7,4	16.109	40,9	364.307	38,3	2.174	5,5	148921	13	1369	3,4	346.619	30,7	90	0,2	184.850	16,4	39.390	100	1.128.202	100	
Sudoeste	20.099	45,2	100.229	10	19.994	45	412.778	42,5	2.119	4,7	145.862	15	1.230	2,7	268.703	27,7	19	0,04	42.400	4,4	44.479	100	969.951	100	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006.

Observamos que as mesorregiões que apresentam maior percentual de número de estabelecimentos até 50 hectares são: Sudoeste Paranaense, Sudeste Paranaense e Oeste Paranaense com respectivamente 90,2%, 87,6%, 86,2% e detendo o maior percentual em tamanho de área encontram-se as mesmas mesorregiões citadas acima com respectivamente 52,5%, 45,7% e 34,4%, utilizando a mesma estratificação fundiária.

Entre 50 a 100 hectares com maior percentual de número de estabelecimentos estão às mesorregiões Centro Ocidental Paranaense, Centro Oriental Paranaense e Norte Central Paranaense com respectivamente 7,7%, 6,8% e 6,7% e concentrando o maior percentual em tamanho de área está Sudoeste, Oeste e Sudeste Paranaense com respectivamente 15%, 14% e 13%.

Na estratificação fundiária acima de 100 hectares encontramos os seguintes percentuais quanto ao número de estabelecimentos. Noroeste, Centro Ocidental e Centro Oriental Paranaense com respectivamente 11,2%, 11% e 11%. E com relação ao maior percentual em tamanho de área estão Centro Oriental Paranaense com 83,9%, o Noroeste Paranaense com 73,9% e o Centro Ocidental Paranaense com 68,4%.

A partir desses dados entendemos que as mesorregiões de maior número de estabelecimentos de até 50 hectares, no caso o Sudoeste Paranaense e Oeste Paranaense, são regiões que estabeleceram o maior número de indústrias avícolas do Estado do Paraná, em especial a indústria alimentícia Sadia, a qual instituiu o modelo de integração na década de 1970 no Sudoeste do Paraná.

Os dados da mesorregião Norte Central Paranaense, a qual se localiza os municípios de Apucarana e de Rolândia apresentam semelhanças com o Sudoeste e Oeste Paranaense. O percentual do número de estabelecimentos de estratificação fundiária até 50 hectares, dessa mesorregião é de 84,2%, ocupando uma área de 23,7% do total.

Outra análise entre a localização das indústrias avícolas com relação à estrutura fundiária do Estado do Paraná seria a não presença dessas indústrias na área central do estado. Essa área é representada pelas mesorregiões Centro Ocidental e Centro Oriental Paranaense, as quais apresentam os menores percentuais de número e área dos estabelecimentos de estratificação fundiária de até 50 hectares e os maiores percentuais de número e área dos estabelecimentos de estratificação fundiária acima de 100 hectares.

Entendemos que as indústrias avícolas visando o pequeno e médio estabelecimento, pautada principalmente no trabalho familiar, para se utilizar do modelo de integração, instalam as unidades industriais estratégicamente nessas regiões, num raio até 150 Km dos produtores integrados, diminuindo o custo do transporte e a fragilidade do produto.

Segundo a divisão regional da Sindiavipar (2009) a área de maior expressão é a Noroeste, que conforme o IBGE envolve três mesorregiões: a Centro Ocidental, a Noroeste e a Oeste, que os dados da tabela 7 demonstram maior número de estabelecimentos de até 50 ha, principalmente na mesorregião Oeste. O mesmo ocorre com as mesorregiões Sudoeste e Norte Central Paranaense.

Nesse sentido, nota-se que as indústrias se implantaram nas mesorregiões com maior número de pequenos estabelecimentos (até 50 hectares) que são as mais viáveis para estabelecer o sistema de “parceria”/integração.

A nossa área de estudo, o município de Apucarana está localizada na Mesorregião Norte Central Paranaense e segundo a divisão regional da Sindiavipar, faz parte da região nordeste. Apucarana conta com a atuação de três indústrias avícolas: Big Frango, Frango A Gosto e Granjeiro, sendo que 88% da produção é destinada a primeira empresa citada. Segundo o supervisor técnico da Big Frango, o município é um dos maiores fornecedores da empresa.

Os dados da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Departamento de Economia Rural (SEAB/DERAL, 2009) relatam que Apucarana apresentou um aumento expressivo no número de aves produzidas para serem abatidas nos municípios Arapongas e Rolândia, municípios sedes das indústrias avícolas, sendo que no ano de 2000 foram abatidas 2.035.310 aves e em 2008 foram 9.168.254 de aves.

3.2 A indústria avícola Big Frango: produção e comercialização

A história da empresa Big Frango⁶ inicia-se na década de 1970, quando o atual presidente da empresa, iniciou suas atividades por meio da

⁶ A visão da empresa mostrada nesta pesquisa parte de dados coletados em jornais (pela internet), do site da empresa, de uma entrevista acessada pela internet do diretor do Grupo Big Frango e de uma conversa informal com um funcionário da empresa, pois a mesma não atendeu aos pedidos para a realização da entrevista. A função do entrevistado é de supervisor técnico, desta forma o mesmo não conseguiu fornecer todos os dados relevantes a essa pesquisa.

comercialização de ovos comprados em granjas de Curitiba e vendidos em supermercados e mercearias dessa cidade.

Percebendo o “filão” do mercado, investiu em uma pequena fábrica de rações para estimular a produção de ovos por pequenos produtores e, posteriormente, passou a estimular a produção de frangos entre produtores independentes. Assim, ocorreu o nascimento da empresa Agrícola Jandelle (nome fantasia Big Frango) com a compra de um pequeno abatedouro de aves no município de Rolândia.

A década de 1980, para a empresa Big Frango, foi caracterizada por dificuldades, tais como: pequena produção, custos elevados, crédito escasso, inflação elevada, acirrada competição, escassez e não especialização da mão-de-obra. Nesse período, conforme lembra Mizusaki (2009, p.79), houve grandes dificuldades para as atividades agropecuárias brasileiras, principalmente na década de 1980 “devido ao aumento dos preços de insumos, consequência da crise do petróleo.”

De acordo com Espíndola e Bastos (2005, p. 07), desde o fim da década de 1980, a economia brasileira e seus diferentes ramos produtivos passaram por fortes ajustes devido à abertura comercial, à queda no nível de empregos e à redução do saldo da balança comercial.

Conforme essa conjuntura, a empresa percebeu a necessidade de desenvolver estratégias no intuito de se manter competitiva. Assim, na década de 1990, a empresa Big Frango reorienta seus investimentos para a verticalização do sistema produtivo, com uma nova fábrica de rações, granjas de matrizes e incubatório. Seu antigo abatedouro, que possuía a capacidade de abate de 80.000 cabeças/dia, teria que ser responsável pela geração de recursos na construção de um novo abatedouro e ampliar sua produção, estruturando, deste modo, uma “nova Big Frango”.

Essa reestruturação industrial realizada na década de 1990, por muitas empresas no Brasil, passou por duas fases de mudanças políticas. De acordo com Espíndola e Bastos (2005, p.7), a primeira foi com o Plano Collor, no qual houve racionalização de custos através da reorganização da produção que proporcionou aumento da terceirização de atividades e de conteúdo importado.

A segunda mudança política foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Plano Real, após 1994, o qual manteve a racionalização dos custos.

De acordo ainda com Espíndola e Bastos (2005), consequentemente a essas mudanças, as empresas, em geral, lançam estratégias para se adequarem a este período, através do rebaixamento de custos como a dispensa de mão-de-obra e novos métodos gerenciais e organizacionais. Houve também a ampliação e/ou relocalização da capacidade produtiva, como redefinições patrimoniais, na busca de novos sócios para o estabelecimento de parcerias ou fusões entre as empresas.

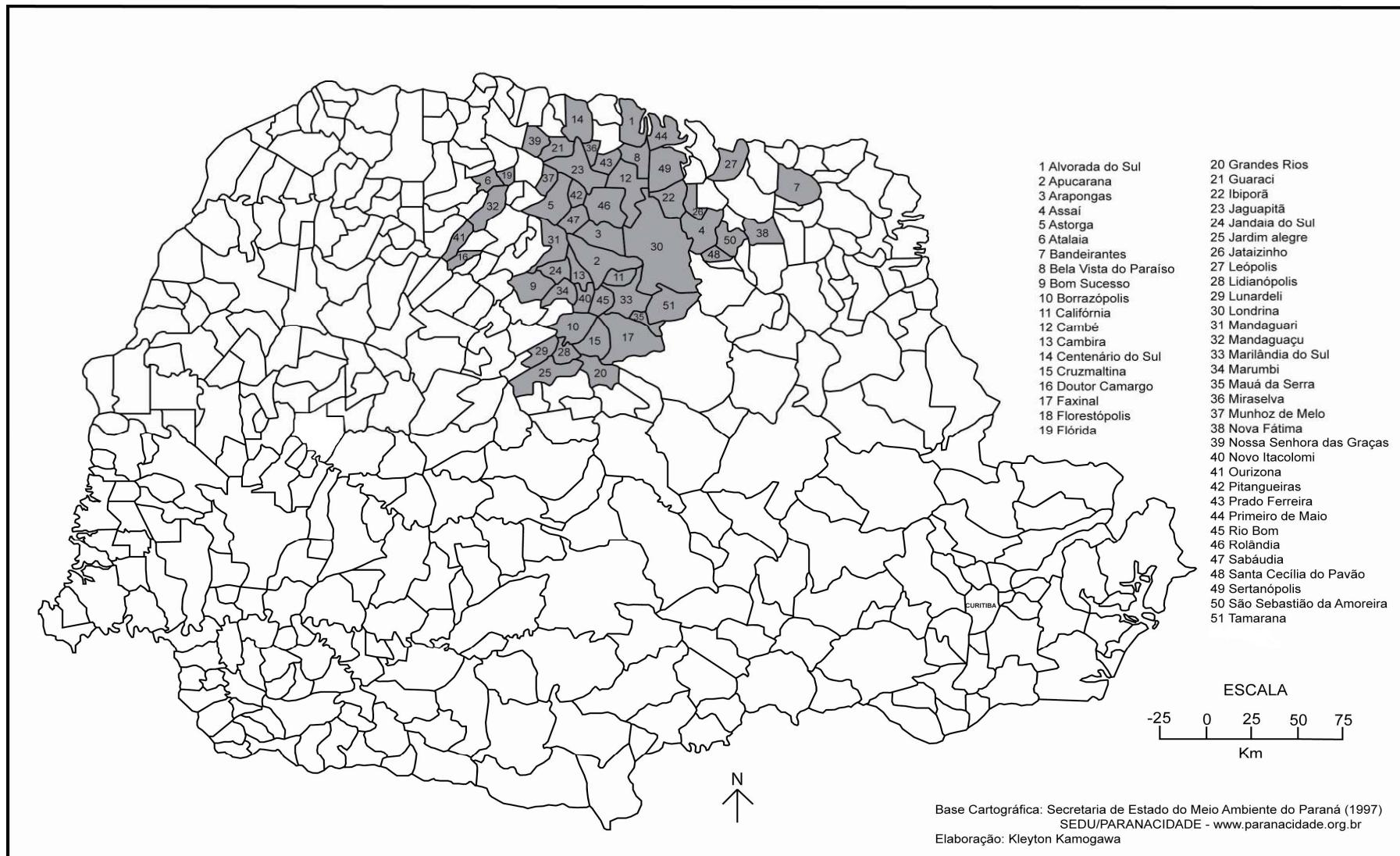
Inserido nessa conjuntura política do Brasil no final do século XX, e início do XXI especificamente em 2005, a empresa Big Frango passa por essa transformação, ampliando o seu limite de 160 mil abates/dia para 400 mil abates/dia, com exportações que absorvem 30% da produção da empresa. Atualmente a empresa conta com 1000 produtores de frango integrados distribuídos em 51 municípios do Estado do Paraná.

No mapa 5 pode-se visualizar a extensão atingida pela empresa na região Norte do Paraná.

Ao correlacionarmos o mapa 5, a qual delimita os municípios que possuem integrados à empresa Big Frango, com o mapa 3, que localiza as indústrias avícolas, percebemos que a atuação da empresa Big Frango se restringe em sua maioria na região Nordeste (divisão regional de acordo com a Sindaviapar), região onde se localiza a sede da indústria no município de Rolândia.

Salientamos que nessa região há outras indústrias abatedoras tais como em Arapongas, em Londrina em Rolândia e em Jaguapitã, mas a Big Frango se destaca nesses municípios pela sua capacidade de abate.

Apucarana foge a média de integrados avícolas de cada município (15), pois dos 85 produtores integrados, 75 possui contrato com a Big Frango. A localização do município, distante apenas 32 km, é um dos fatores que contribui para que a empresa insista no aumento da quantidade de aviários nos estabelecimentos de seus integrados.



Mapa 5: Territorialização da avicultura integrada à indústria Big Frango.
Fonte: Supervisor técnico da empresa Big Frango. (15/04/2011)

Os produtos oferecidos pela empresa Big Frango vão desde as carnes de frango, de suínos, de bovinos até de ovinos e ainda conta com a perspectiva no mercado de peixes.

No ano de 2005, lança no mercado a linha de produtos de frango temperado chamada de “Cheiro Verde” e os produtos tradicionalmente oferecidos como asas, coxas/sobrecoxas, coxinha da asa, frango a passarinho, frango inteiro, meio de asa, filé de peito, sobrecoxa, sassami⁷, coração, moela e fígado.

No caso dos cortes de frangos e os miúdos, a empresa oferece três opções de embalagens: podem ser acondicionados em bandejas, pacotes e embalagem “ziplock”, próprias para conservar alimentos mesmo depois de abertos, em que todos os cortes são ofertados “in natura” ou temperados (Linha Cheiro Verde), podendo ser resfriados e/ou congelados.

Além do frango, a empresa Big Frango insere no mercado produtos suínos, os quais levarão a marca Jandelle, ofertando cortes temperados na linha “Grill Cheiro Verde” (figura 1), além de uma linha de embutidos e industrializados (salsicharia e presuntaria). Nesse sentido a empresa investiu na compra de uma fábrica de embutidos com a possibilidade de produzir duzentas toneladas por dia e na aquisição de um frigorífico na cidade de Palmas-PR, com a capacidade de abate de 1.500 cabeças/dia.



Figura 1: Linha “Grill Cheiro Verde”, cortes de frango temperados, armazenados em embalagens do tipo “ziplock”.

⁷ Filé de peito de frango cortado em tiras.

Com relação à carne bovina, a empresa adquiriu, também no ano de 2010, um frigorífico na cidade de Santa Fé-PR, o qual não está em produção.

Assim de acordo com Espíndola e Bastos (2005, p.12), para o melhor atendimento do mercado consumidor e a fim de se manterem competitivas, “as empresas alteraram as linhas de produção, com a introdução de tecnologias para lançamentos de novos produtos, atendendo às especificações do cliente e propondo uma flexibilização do *mix* de produtos sob encomenda”.

Atualmente 70% produção é distribuída no território nacional, como os Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e principalmente o Paraná, e 30% segue atendendo o mercado exterior com suas diferentes culturas, como Japão, China, Irã, Iraque, países da Europa e América Latina.

Para atender um dos mais exigentes mercados externos, a Europa, a atenção tem de ser redobrada com relação aos programas de qualidade, para o melhoramento qualitativo da matéria-prima, neste caso, o frango.

Conforme as informações do supervisor técnico da Big Frango, um produto considerado de boa qualidade é quando uma ave não apresenta problemas na pele, chamados de “dermatose celulite”, ou seja, que a pele do frango não possua nem riscos nem cortes.

Outro ponto levantado relaciona-se à questão do uso de antibióticos, quando há ocorrência de problemas respiratórios, os quais devem ser apenas ministrados na fase inicial de criação do lote, para que não haja resíduos de medicamentos na carne.

Com relação à exigência do mercado japonês, a preocupação maior é com o chamado “calo nos pés”. O país é um grande consumidor de pés de frango, pois a população japonesa acredita que é um alimento afrodisíaco.

Quanto ao mercado do Irã e Iraque, as exigências são referentes aos tamanhos das aves, chamadas “grilher”, as mesmas têm que obter o peso de 1 Kg a 1,1 Kg, pois cada pessoa consome um frango por refeição.

Percebemos que, para atender as particularidades impostas pelos mercados consumidores externos, todas as exigências associam-se principalmente às formas de manejo do produtor avícola, padronizando os lotes de frangos. Assim, como aponta Oliveira (2005, p.34), “os agricultores, entretanto, são atingidos pela necessidade de mais investimentos, uma vez que agora são obrigados eles próprios

fazerem o controle de qualidade, além de se responsabilizarem pelos possíveis problemas”.

Desta forma, é durante o período de alocação e nos cuidados que o produtor deverá ter com a matéria-prima que se dará o resultado esperado, atendendo as exigências dos mercados consumidores e consequentemente um produto considerado de boa qualidade pela indústria.

A estrutura industrial da Big Frango (figuras 2 e 3) inclui a instalação da mais atual fábrica em funcionamento desde janeiro de 2002, no município de Rolândia-PR., com a manutenção de rigorosas normas de higiene e sanidade. A infraestrutura criada visa atender, diariamente, a meta de meio milhão de aves, porém atualmente está apta a abater em torno de 400 mil aves/dia.



Figura 2: Planta Industrial da indústria Big Frango no município de Rolândia-PR.
Fonte: www.bigfrango.com.br



Figura 3: Planta Industrial da indústria Big Frango no município de Rolândia-PR.

Fonte: www.bigfrango.com.br

A empresa possui também granja de matrizes de genética importada, uma central de incubação, sendo esta receptora dos ovos provenientes das matrizes. Em 21 dias são gerados os pintinhos que são encaminhados para as granjas. Atualmente a empresa produz nove milhões de pintinhos por mês. E por último a empresa possui a fábrica de ração com uma produção de 40 mil toneladas por mês. Toda essa unidade encontra-se localizada no município de Rolândia-PR.

Dentre as estratégias de reestruturação técnico-produtiva da empresa, percebe-se a necessidade constante de ampliação, ou seja, é preciso estender, com maior diversidade de produtos ofertados no mercado e da aquisição de novas empresas ou parcerias, de forma a relocalizar sua capacidade de produção. Tal afirmação tem sua validade conforme o relato do presidente da empresa Big Frango, Evaldo Ulinski, em uma entrevista para TV Gessuli Agribusiness, no evento AveSui 2010: “Ou nós consolidamos outras companhias e crescemos muito ou nós seremos consolidados”.

Em 2005, a empresa estava em 14º lugar no ranking nacional e atualmente encontra-se em 5º lugar. Para isso, a companhia conta com dez mil clientes e vinte mil pontos de vendas. Aproveitando essa estrutura já formada, a empresa ampliou sua diversidade de produtos no mercado, como foi visto no item anterior, e, consequentemente, teve um acréscimo no faturamento.

A indústria Big Frango contava no ano de 2006, com uma produção anual de 49.152.000 cabeças de frango abatidas. Após investimentos da soma de mais de R\$ 40.000.000 de recursos próprios em modernização tecnológica como linhas automáticas de cortes, aquisição de fábrica de ração, construção de novas granjas de matrizes, ampliação do incubatório e 300 novos produtores incorporados

ao sistema integrado, no ano de 2007 a empresa passou a abater 75.888.000 cabeças de frango (quadro 4).

Quadro 4 - Os cinco maiores abatedores de frango do Estado do Paraná (2007)

Indústrias Avícolas	Números de cabeças abatidas/ano
Sadia	338.145.621
Jandelle (Big Frango)	75.887.785
Perdigão	70.261.287
Copacol	69.889.540
Dagranja	59.138.063
Total	613.322.296

Fonte: www.bigfrango.com.br.

Com este crescimento de 54,4%, a empresa saltou do 7º para o 2º lugar entre as empresas do Paraná; e de 14º para o 5º lugar entre as maiores do Brasil. As exportações também cresceram neste período, passando de 27.230 toneladas para 41.884 toneladas, crescimento de 53,8%, colocando a Big Frango entre as 10 maiores empresas exportadoras do país.

Dentre as aquisições recentes da empresa incluem-se um frigorífico bovino em Santa Fé (PR), um frigorífico de suínos na cidade de Palmas (PR) e a construção de um novo abatedouro em Primavera do Leste (MT), uma estrutura industrial similar à já existente no município de Rolândia.

O formato de produção vislumbrado pela empresa é à entrada de empresários como produtores avícolas e a instalação de condomínios avícolas. Conforme uma reportagem de Ribeiro (2011, p.8) do Jornal de Londrina, esse modelo está atraindo profissionais de diferentes áreas de atuação.

O projeto de cinco amigos prevê a construção de 12 aviários com capacidade para 60 mil aves cada [...]. O investimento necessário pode chegar a R\$ 350.000,00. [...] a área onde serão construídas as granjas já foi comprada. Tem 24 hectares e custou R\$ 300.000,00."

Essa notícia nos faz entender que o capital industrial está cada vez mais exigente e para tanto, os produtores de pequeno porte com aviários de 12.000 frangos no sistema manual é algo que poderá desaparecer no decorrer dos próximos anos.

Perante toda a reestruturação do processo produtivo da empresa, houve a necessidade de maior tecnificação na fase do manejo, para atender a demanda. Para construção de novos aviários há uma exigência de serem totalmente automatizados e, os que ainda funcionam de forma manual sejam readaptados para semi-automáticos.

3.3 - Nível técnico e manejo dos aviários

Destacamos, no item anterior, a ampliação da produção da indústria Big Frango, e, esse aumento produtivo consequentemente vem acompanhado de mudanças técnicas, pois as mesmas interferem na capacidade produtiva que se adeque às exigências dos mercados consumidores bem como se manter competitivas e visando o aumento do seu rendimento.

Essas mudanças técnicas na avicultura industrial também interferem nas relações de trabalho, ou seja, conforme Mizusaki (2009, p.208) “Dessa forma, não é o tempo da primeira natureza quem dita o ritmo de trabalho, mas o do frango reproduzido conforme o ritmo imposto pela biotecnologia.”

O produtor avícola se encontra engajado em um ritmo produtivo aos moldes de qualquer tipo de indústria, pois o mesmo se encontra inserido em estruturas, métodos, sistemas de trabalho padronizados, elaborados com certo rigor de manejo a ser seguido, mediante a fragilidade que a produção de lotes de frangos exige.

Diante dessas alterações técnicas, observamos certas vantagens para o avicultor, pela diminuição de tempo de trabalho dentro do barracão um lote, e a menor interferência de agentes externos, como as doenças, proporcionando um maior rendimento ao final de cada fase de alojamento.

Para desenvolver a atividade, o avicultor precisa construir um aviário de acordo com as especificações da empresa, porém para um entendimento de um modo geral em um aviário é necessário as seguintes características: um aviário com dimensões variando entre 100 X 12m, 130 x 10m ou 150 x 14m. Equipamentos

como comedouros, bebedouros, exaustores, silos nebulização, cortinas internas e externas e acessórios (canos carregamento/batedor de cama/comedouros infantis).

Para tornar mais objetivo o quadro 5 apresenta os equipamentos utilizados em um aviário em cada nível técnico, ou seja, manual, semi-automático e automático.

É importante salientar que todos os equipamentos são adquiridos pelo produtor além da construção dos barracões. Nesse sentido dependendo de nível tecnológico da granja o produtor deverá ter uma maior ou menor capacidade de endividamento.

Essa estratégia de maior tecnificação, imposta pela indústria, visa melhorar a qualidade do seu produto, racionalizar a produção através da redução de desperdício de ração, de contaminação da água, ampliar a capacidade de alojamento dos frangos, e para atingir essas estratégias a empresa alega que a estrutura automatizada melhora a conversão do frango, aumentando desta forma o rendimento do integrado.

Quadro 5 - Equipamentos utilizados nos diferentes níveis técnicos de aviários

Equipamentos do Aviário	Manual	Semi-automático	Automático
Comedor	Tipo tubular com capacidade para 20 kg de manejo manual para o abastecimento	Pratos individuais com abastecimento por meio de sistema mecânico ou Tipo tubular com capacidade para 20 kg de manejo manual para o abastecimento	Pratos individuais com abastecimento por meio de sistema mecânico
Bebedor	Tipo perpendicular com manejo de limpeza manual	Tipo nipple. Sistema de abastecimento fechado, dispensando o uso de higienização ou Tipo perpendicular com manejo de limpeza manual	Tipo nipple. Sistema de abastecimento fechado dispensando o uso de higienização.

Ventilação	A média de distribuição no aviário é para cada 900 aves 1 ventilador. Seu uso é por meio de mecanismo elétrico com manejo por painéis elétricos.	A média de distribuição no aviário é para cada 900 aves 1 ventilador. Seu uso é por meio de mecanismo elétrico com manejo por painéis elétricos.	Uso de exaustores concentrado na extremidade frontal do aviário e seu funcionamento ocorre por força negativa, ou seja, aspirando o ar de dentro do aviário para o lado externo.
Cortina	O manejo das cortinas é realizado manualmente	O manejo das cortinas é realizado manualmente	As cortinas se mantêm fechadas todo o período do lote, dispensando o manejo manual.

Fonte: Trabalho de campo, informações obtidas nas propriedades visitadas.

Data: 23/07/2010

A avicultura industrial atual absorve cada vez mais o uso de tecnologias, seja no processo de industrialização da matéria-prima, seja na produção/criação nas unidades produtivas integradas.

4. AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE PRODUTOR FAMILIAR E O CAPITAL INDUSTRIAL

A reestruturação produtiva industrial tornou-se necessária para se manterem competitivas dentro de um contexto de forte concorrência mundial. Conforme Elias (2007), essas transformações causaram impactos nos espaços agrícolas, por meio de lugares selecionados para a produção, os quais necessitavam se (re) organizar, para atender a necessidade de fluidez das empresas agrícolas, provocando desta forma as especializações produtivas do território ocasionando transformações no campo na relação de produção.

O vínculo entre a empresa e o produtor deu-se de forma bastante característica no Centro-Sul do país, onde a produção mercantil, baseada no trabalho familiar, alcançou destacado papel devido ao modelo de colonização e das condições propícias à sua instalação.

As unidades de produção familiar foram recriadas e mantidas pelo capital industrial avícola, pois o produtor realiza um trabalho com maior qualidade, por meio da maior participação das famílias por ser o dono dos meios de produção, e que desse trabalho resultará o seu rendimento que Silva e Antonello (2009, p.5), consideram “como agentes de serviços fornecedores de matéria-prima.”

Uma das maneiras de manter o trabalhador familiar vinculado à empresa é fazê-lo se sentir parte integrante da mesma, sendo considerados como

“parceiros” do capital industrial. Essa chamada “parceria” dá a conotação de existir uma integração social, que na realidade está se reproduzindo uma espécie de “subcontratado” da indústria, subjugando o trabalhador por meio da perda de poder de decisão para atender as exigências da indústria

Nesse meandro de dominação do processo produtivo, o capital industrial promove a sujeição da renda da terra, a qual deveria ser convertida totalmente para o pequeno proprietário, mas durante o processo produtivo essa renda será transferida para a indústria.

E uma das formas de expropriar essa renda é por meio do tempo gasto para se reproduzir uma mercadoria, como afirma Marx (1996, p.304) “o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador.” E o tempo gasto do trabalhador determina o valor de uso dessa mercadoria.

Portanto, a indústria avícola se utiliza do meio de produção do produtor familiar - a terra e a infra-estrutura do aviário - sem que a mesma precise imobilizar capital utilizando-se da mão-de-obra familiar, elaborando apenas um contrato com direitos e deveres de ambos.

Assim, no caso de sistema de integração nota-se que o produtor familiar, mesmo sendo dono do meio de produção ele perde sua autonomia, passa a ser subjugado por decisões que são impostas, por ser uma exigência da indústria, para que a mesma se mantenha competitiva no comércio nacional ou internacional.

A localização das indústrias avícolas no Paraná e o sistema de “integração” são explicados, principalmente pela distribuição fundiária formada por pequenos e médios estabelecimentos, a presença da força de trabalho familiar, e a produção de milho e soja.

Essas características se encontram presentes no município de Apucarana tornando-o atrativo para a indústria avícola se inserir e implantar o sistema de “integração” com os produtores, garantindo assim, num primeiro momento, a produção da matéria-prima para a ração e mão-de-obra para o manejo das aves.

Outra característica importante é a proximidade do município de Apucarana, a acessibilidade das vias para os estabelecimentos avícolas⁸ e as

⁸ As conservações e acessibilidade das estradas são exigências da empresa integradora, ficando a cargo da prefeitura ou do produtor avícola.

rodovias que integram os dois municípios (Arapongas e Rolândia) os quais estão localizados as três indústrias abatedoras que atuam em Apucarana.

Enfatizamos Rolândia por ser possível visualizar por meio da legenda do mapa 2⁹, que a proporção dos produtores avícolas vinculados a indústria Big Frango é maior do que os integrados à indústria Frango A Gosto e Granjeiro.

Com relação às outras duas indústrias atuantes no município, a empresa Granjeiro também está localizada no município de Rolândia instalada em 1988. Possui um abatedouro com capacidade de abate de 80.000 cabeça/dia e uma fábrica de ração, que abastece o mercado nacional e, a partir de março de 2010 a indústria foi habilitada para exportar 25% da sua produção. Os principais destinos são o continente asiático e africano, o Oriente Médio e os países do MERCOSUL.

Apenas para o mercado externo, a indústria criou uma nova marca, a Galli Alimentos e conforme a Granjeiro

uma estratégia de comunicação desta nova marca estimulará um novo posicionamento da empresa, numa combinação entre a identidade corporativa, imagem perante o mercado e a proposta de valor materializada por meio de nossos produtos. No mercado interno, continuará a marca Granjeiro, com visual e vigor renovados. (SINDIAVIPAR, 2010, , p.27)

Já a indústria Frango A Gosto, está localizada no município de Arapongas, possui uma capacidade de abate de 56.000 cabeças/dia. No ano de 2002 começou a fazer parte do Grupo Unifrango Agroindustrial¹⁰.

Em 2004 a Frango A Gosto foi habilitada para exportar cortes e miúdos “in natura” para os países da lista geral e do MERCOSUL.

Mesmo com o crescimento produtivo nesses últimos anos das indústrias Frango A Gosto e Granjeiro, a empresa Big Frango continua sendo maior em termos produtivos com o abate de 400 mil cabeças/dia, e por meio desse crescimento houve um maior número de produtores integrados a essa mesma indústria.

⁹ Mapa elaborado com dados georeferenciados de cada estabelecimento que possui aviário fornecido pela SEAB. A justificativa da SEAB de possuir as coordenadas geográficas deve-se ao fato de que se houver alguma forma de contaminação por doenças, por exemplo, o estabelecimento deve ser localizado e isolado, no intuito de conter a proliferação dessa doença.

¹⁰ Empresa com sede no município de Maringá, formada pela fusão de 19 empresas agrícolas que atuam desde a compra de insumos até a comercialização dos produtos no mercado interno e externo.

MAPA 6 - INSERIR

Uma das formas de maior adesão de integrados à Big Frango são as estratégias de encaminhar técnicos para influenciar o maior número de produtores a integração, ao aumento do número de barracões e também estimular a inserção de tecnologias, caso o produtor utilize ainda o manejo manual.

Com relação à localização dos estabelecimentos que possuem aviários, ao analisarmos o mapa 2 nota-se a distribuição quase por igual das granjas por toda a extensão territorial do município de Apucarana, porém há uma ligeira concentração nas áreas leste, oeste e norte do município, em contrapartida a área sul se apresenta menos concentrada.

Nessa distribuição dos aviários do município, encontramos grupos de três a quatro estabelecimentos avícolas localizados na mesma estrada, que pode ser explicado, por meio das entrevistas realizadas, de que a indústria em questão, ao dar início ao processo de instalação numa pequena propriedade favoreceu o máximo possível de bons implementos e na assistência técnica, para que esse novo produtor obtivesse bons resultados, fato que indiretamente, influenciaria na adesão de outros proprietários.

O mapa revela a distribuição de aviários no município e de salientar que por meio dos dados e entrevistas realizadas 55% dos estabelecimentos contam com dois aviários. Segundo os avicultores, deve-se ao fato de já terem investido na estrutura necessária, terem o domínio do manejo, e mais a possibilidade de empréstimo bancário para a construção de mais um avário, os levaram a almejar um maior rendimento.

4.1 O produtor e as relações sociais de produção

Apucarana, objeto de nosso estudo, conta com 85 produtores e destes entrevistados 21%, cujo número de questionários aplicados em maior ou menor quantidade foi proporcional ao nível de concentração que o mapa de distribuição dos aviários apresentava.

Nesse sentido, encontramos estabelecimentos localizados em áreas de relevo mais acidentado (porção leste) e menos acidentado nos extremos oeste e sul do município como podem observar nas fotos 1 e 2. Notamos que nas áreas mais íngremes o avário está localizado em meio às vertentes ao contrário do segundo que está instalado num relevo plano com visibilidade maior do horizonte.



Foto 1: Porção leste relevo mais acidentado

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 23 jul. 2009.

Foto: Daniela Rossi



Foto 2: Porção oeste relevo menos acidentado

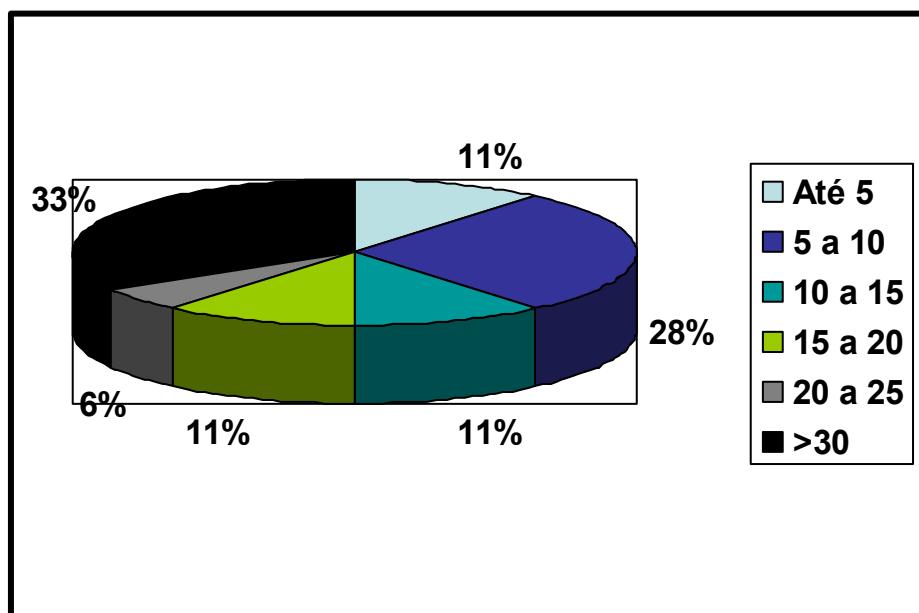
Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 12 set. 2009.

Foto: Daniela Rossi

O tamanho dos estabelecimentos variaram de 25 a 60 hectares como podemos observar no gráfico 6. Observa-se também, que o número de

estabelecimentos de 5 a 10 hectares é relevante com 28% do total dos entrevistados.

Gráfico 6 - Área da propriedade dos avicultores integrados entrevistados (ha).



Fonte: Pesquisa *in loco* (Meses de Abril, Julho, Agosto e Outubro de 2010).

Comparando a realidade fundiária em número de estabelecimentos do município em 2006 com a dos 18 entrevistados verificamos que a distribuição é semelhante, pois há a predominância de estabelecimentos de estratos de até 20 hectares (tabela 7).

Tabela 7: Número de Estabelecimentos por grupo de área (IBGE 2006/Trabalho de Campo 2010)

Tamanho	Apucarana (2006)*	Propriedades analisadas (2010)**
0-20 ha	70,30%	61,10%
20-50 ha	18,70%	27,70%
>50 ha	11%	11,20%
Total	100%	100%

Fonte: *Censo Agropecuário – 2006 IBGE

** Trabalho de Campo - 2010

Observamos que oito propriedades foram adquiridas após o ano de 2000, cinco durante a década de 1990 e três apenas anteriores a essa década.

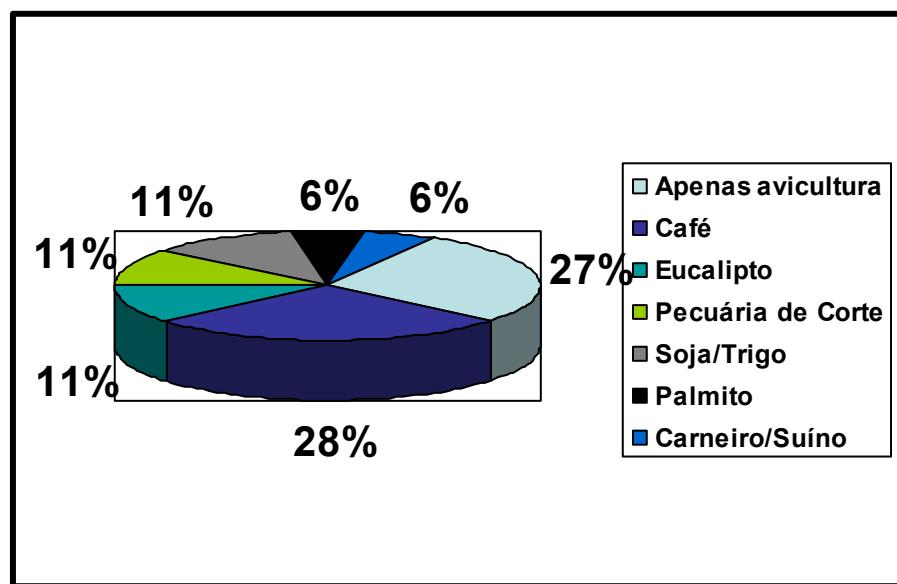
Quanto à propriedade da terra, todos os entrevistados são proprietários de terra, três deles receberam por meio de herança, o restante, que significa maioria, foi adquirida por compra. Observamos que existe uma relação entre o tipo de força de trabalho com a propriedade da terra, que de acordo com Oliveira (1990, p.70)

[...] na propriedade familiar estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertence ao próprio trabalhador, é *terra de trabalho*, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra). (grifo nosso)

Vale destacar que essas propriedades contam com outras atividades além da avicultura. (gráfico 7)

Na faixa de até 25 hectares encontramos café, palmito (foto 3), eucalipto e como atividade criatória gado de corte, carneiro e suínos. Na faixa superior entre 26 a 60 hectares estão presentes a produção de soja e de trigo (foto 4) e a pecuária bovina de corte.

Gráfico 7 - Atividades agrícolas encontradas nas propriedades dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa *in loco* (Meses de Abril, Julho, Agosto e Outubro de 2010).



Foto 3: Propriedade de 15,9 hectares que além do cultivo de palmito conta com área de banana.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 23 jul. 2009.

Foto: Daniela Rossi



Foto 4: Propriedade de 60 hectares localizada a oeste do município. Observa-se o cultivo de trigo e no primeiro plano a placa identificando o nome da indústria integradora Big Frango.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 12 set. 2009.

Foto: Daniela Rossi

Desta forma 73% dos produtores avícolas possuem outra fonte de renda além da avicultura (gráfico 7), porém, 89% afirmam que a granja é a fonte principal de renda.

Com relação às máquinas e implementos 13 propriedades não possuem trator, porém quando necessário para a avicultura e na produção de grãos, contratam máquinas terceirizadas. Notamos que quando há a possibilidade do produtor adquirir alguma tecnologia, a mesma está sendo investida na produção avícola, por meio de empréstimos bancários.

Para acessar esses financiamentos para ingressar na atividade avícola, o empréstimo só será liberado se a propriedade tiver um tamanho igual ou maior a um módulo fiscal¹¹, o qual será dado de garantia para requerer o empréstimo, que terá oito anos como prazo de pagamento.

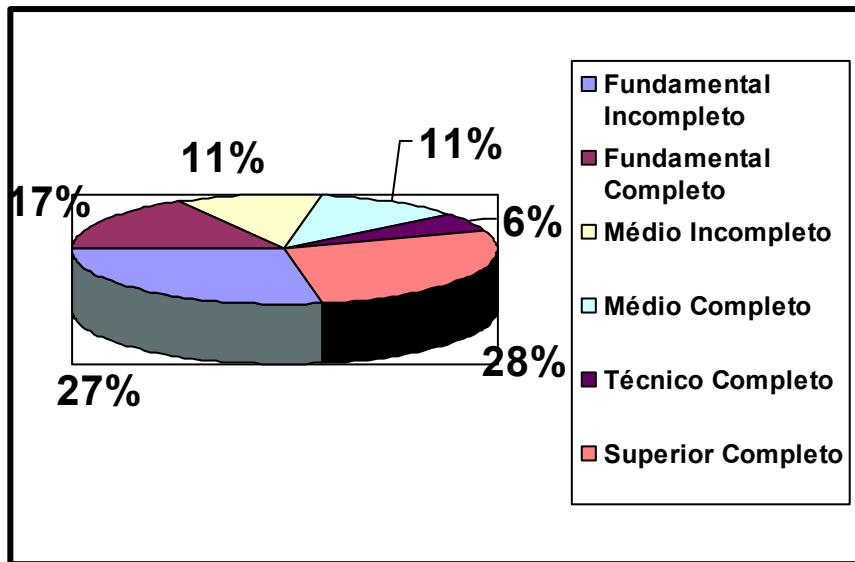
Conforme um dos entrevistados, atualmente o investimento em apenas um aviário totalmente automatizado, fica aproximadamente R\$ 250.000,00. Um investimento considerado elevado pela unanimidade dos entrevistados. E de todos os entrevistados, apenas cinco não utilizam financiamentos, 11 fizeram ou ainda possuem financiamentos para a construção dos aviários e/ou para a implantação de equipamentos tornando os aviários de um sistema manual pra semi-automático.

Quanto ao nível de instrução dos produtores pesquisados (gráfico 8) predominam os de nível superior completo (28%) e os de fundamental incompleto (27%), sendo que a faixa etária dos proprietários está entre 32 até 67 anos.

Vale salientar que há uma relação na forma de envolvimento na avicultura entre os de nível superior que não trabalham diretamente na produção, apenas investiram e possuem força de trabalho contratada, e os que não terminaram o ensino fundamental que são os produtores que sempre trabalharam e tiram seu sustento do campo.

¹¹ “O conceito de módulo fiscal é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.” O modulo fiscal do Município de Apucarana corresponde a 16 hectares. Fonte:<www.incra.gov.br/portal/index.php>.

Gráfico 8 - Nível de instrução dos produtores avícolas entrevistados



Fonte: Pesquisa *in loco*. (Meses de Abril, Julho, Agosto e Outubro de 2010).

Apesar desses contrastes notamos que o nível de instrução dos avicultores entrevistados não é baixo se considerarmos que 27% ingressaram ou concluíram o ensino médio.

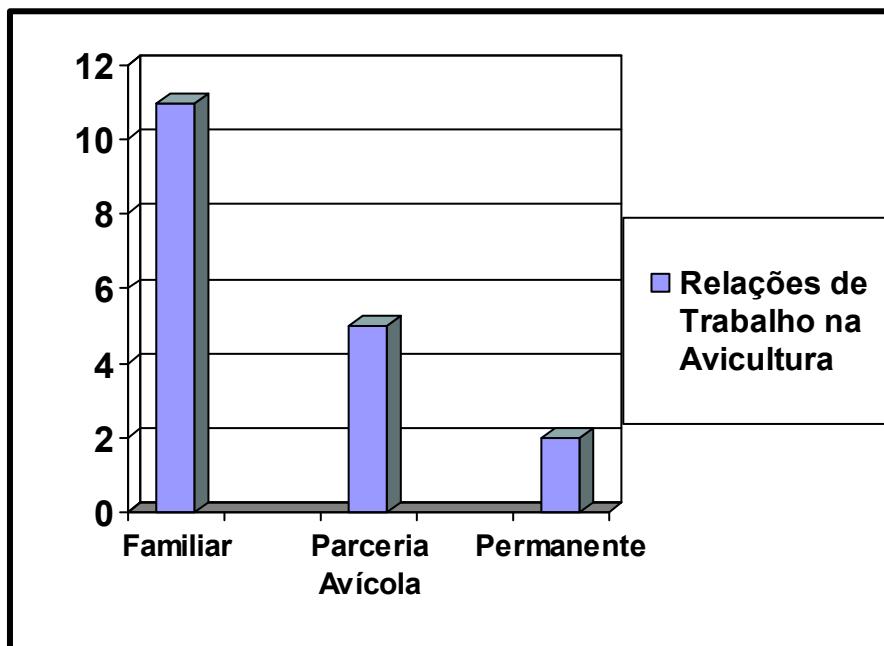
Dentre as características do perfil do produtor integrado, apenas 38,8% dos entrevistados sempre foram trabalhadores do campo, dos 61,2% restantes 33,3% atuavam em diferentes ramos de atividades como os entrevistados 6 e 15 que emigraram para trabalhar no Japão e Suíça, respectivamente, e com as economias de anos de trabalho, voltaram e decidiram implantar a avicultura. O entrevistado 14 é engenheiro civil, mas não atua na profissão, sua força de trabalho e da sua família está na avicultura.

Os outros 27,9% implantaram, mas não trabalham na atividade, utilizam as relações de trabalho de porcentagem e/ou assalariado. Esses proprietários avícolas estão envolvidos com outras atividades, como contador, comerciante, técnico agrícola, administrador.

Quanto às relações de trabalho predominam o trabalho familiar, a parceria agrícola, e em menor proporção, o permanente. Das 18 propriedades entrevistadas em 11 delas se utilizam do trabalho temporário, quando a atividade do campo exige.

É importante observar que as propriedades analisadas desenvolvem outras atividades além da avicultura cujos dados refletem essa realidade.

Gráfico 9 - Tipos de relação de trabalho nas propriedades avícolas entrevistadas



Fonte: Pesquisa de Campo, Abril, Julho e Agosto de 2010.

Com relação à força de trabalho familiar utilizada na avicultura 11 propriedades entrevistadas utilizam a sua mão-de-obra familiar. Já cinco produtores contratam uma família para trabalhar apenas no aviário e paga-se uma porcentagem do valor bruto final da produção recebido pela indústria avícola. Normalmente, o contrato está em torno de 20% a 30% (gráfico 9).

Nesse caso, observamos uma relação social não-capitalista (família) cujo contrato de trabalho é de parceria, mais conhecido como porcentoиро, pois o rateio está entre 20 a 30% o que significa que o proprietário da granja fica com a maior parte da renda pelo fato de participar com todos os meios de produção

Durante a aplicação dos questionários conseguimos ter acesso a um desses contratos (anexo 4), o qual consta como parceria avícola, quando o parceiro avicultor é o dono da propriedade, e do aviário e o parceiro criador é a família contratada para utilizar a sua força de trabalho no trato das aves até o descarte.

O contrato consta como dever do parceiro avicultor o fornecimento dos pintainhos, de rações e vacinas para criação e engorda e do transporte. Porém, o mesmo pode ter acesso permanente nas instalações, e se desejar, acompanhar o processo de engorda das aves.

Quanto ao dever dos parceiros criadores, obrigam-se cuidar e zelar pela manutenção técnica dos equipamentos e das instalações conforme recomendação dos técnicos da indústria avícola, visando sempre o melhor resultado da produção; caso essa cláusula não seja contemplada, o parceiro avicultor terá o direito de rescindir o contrato por justa causa e ser restituído pelas perdas e danos que o parceiro criador vier a causar.

O que se observa que esse tipo de parceria difere daquelas em que os custos e ganho são divididos entre as partes. Trata-se apenas de um contrato de pagamento pela força de trabalho familiar a ser utilizada no processo produtivo. Esta é uma forma do proprietário não se obrigar ao pagamento individual por meio de registro em carteira no qual estão embutidos os encargos sociais.

A força de trabalho assalariada permanente ocorre em combinação com o trabalho familiar e/ou com os “porcenteiros”, e, em uma unidade, não se relacionava à avicultura, e sim, vinculado à pecuária e na produção de palmito.

Já em 11 propriedades é a família do integrado que desenvolve as atividades e, portanto, se insere na lógica das relações não-capitalistas, como explica Mizusaki,

a circulação da produção camponesa é expressa na produção mercantil simples, através da fórmula $M - D - M'$, segundo a qual a venda de uma mercadoria, que tem como resultado o dinheiro, serve para adquirir outra mercadoria. [...] na economia camponesa, a renda não pressupõe salário. [...] o cálculo é feito em função da dedução do GM (Gasto em Material) de RB (Renda Bruta), não incluindo aí o salário. (MIZUSAKI, 2009, p.290, grifo nosso)

Da mesma forma Tavares dos Santos (1978) explica que o camponês realiza a produção simples de mercadoria, é um produtor direto, o qual detém a propriedade dos meios de produção e trabalha com estes meios de produção, e desta combinação, o mesmo se apresenta como “vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias” (SANTOS, 1978, p.69). E este como produtor direto de mercadorias vende para comprar, no intuito de satisfazer suas necessidades individuais e produtivas.

Quanto à jornada de trabalho, há uma variação de horas/dias gastos na produção, pois, esta depende do nível tecnológico do aviário, da quantidade de mão-de-obra empregada e quantidade e capacidade dos barracões (quadro 6).

Quadro 6 - Nível tecnológico do aviário e a jornada de trabalho

Avicultor	Nível Técnico dos Aviários	Número de barracão por unidade produtiva	Quantidade de mão-de-obra utilizada	Horas gastas de trabalho diário
1	Automático	1	1	24
2	Semi- automático	1	2	4
3	Semi- automático	1	2	24
4	Semi- automático/ manual	2	2	24
5	Semi-automático/automático	2	3	24
6	Manual	1	2	24
7	Semi- automático	2	1	24
8	Automático	1	1	24
9	Semi- automático	2	2	24
10	Semi- automático	2	3	6
11	Manual	1	2	24
12	Semi- automático/ manual	2	4	3
13	Semi- automático	2	1	6
14	Automático	1	3	24
15	Semi- automático	2	2	3
16	Manual	2	3	24
17	Semi-automático	1	1	24
18	Automática	2	1	8

Fonte: Pesquisa *in loco*, 2010.

Notamos que existe ainda uma boa parcela dos produtores no manejo de aviários semi-automáticos e manuais, porém, a exigência das empresas avícolas perante as novas instalações de aviários, é que sejam construídos automatizados, e para os que ainda permanecem manuais, há uma pressão das empresas para torná-los semi-automáticos por meio de adaptações tecnológicas.

Pelo quadro 6 podemos observar que mais da metade dos entrevistados (61,1%) estão com aviários semi-automáticos e dentre eles 18% conta também com uma unidade manual. Salientamos que ainda existem três produtores no sistema manual e um deles (produtor 16) possui dois aviários.

Esse tipo de aviário depende de uma dedicação maior do avicultor, pois os equipamentos de alimentação, água e temperatura são todos manuais (foto 5).



Foto 5: O sistema manual é representado principalmente pelos comedores e bebedores de abastecimento manual e com relação a adequação da temperatura interna do aviário, realizada pela abertura e fechamento manual das cortinas laterais.
Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 08 abr. 2009. **Foto:** Daniela Rossi.

Antes da chegada do lote de pintinhos, o aviário deverá estar preparado para o recebimento, com áreas cercadas e delimitadas para uma quantidade certa de pintinhos, com os comedouros e bebedouros abaixados e abastecidos, pois a ração é entregue um dia antes da chegada dos pintinhos. (foto 6)

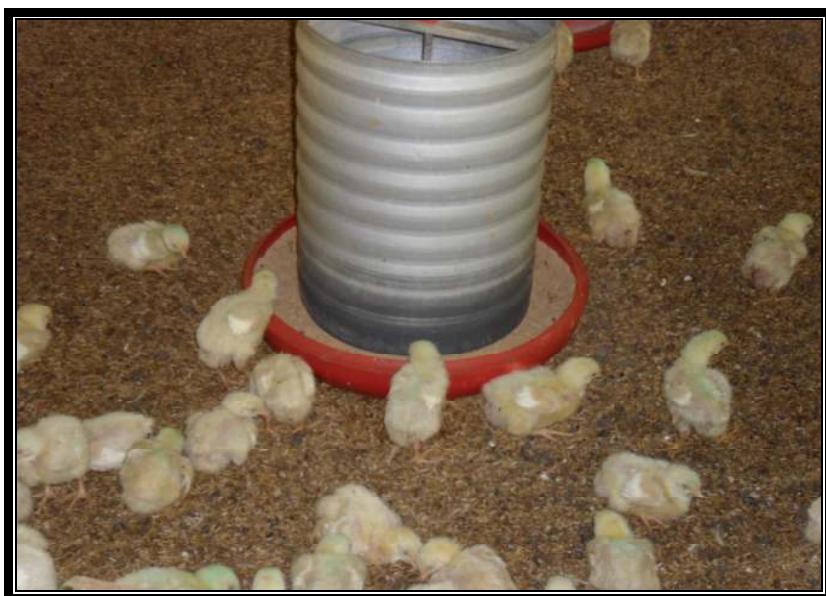


Foto 6: Comedor Manual.
Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 23 jul. 2010. **Foto:** Daniela Rossi.

Com relação à temperatura durante o período de alocação dos pintainhos, a maior dificuldade, conforme os entrevistados, se encontra no período de inverno, a atenção deverá ser redobrada, pois a diminuição da temperatura durante os períodos iniciais de criação causam sérios problemas de saúde e mortalidade, consequentemente comprometendo todo o lote, diminuindo assim o rendimento financeiro para o produtor integrado.

A atividade de alimentação das aves requer um dispendioso trabalho quando o manejo é realizado em aviários manuais, exigindo maior número de mão-de-obra ou maior tempo de trabalho.

Inicialmente há a necessidade do uso de comedouro infantil do tipo tubular, e também com o chão do aviário recoberto por papelão e por cima deste, espalhado um pouco de ração, para o estímulo do consumo nos três primeiros dias. O tipo de ração oferecido é adequado a cada fase de crescimento das aves e a quantidade consumida aumenta proporcionalmente conforme o crescimento (quadro 7).

Quadro 7 - Tipo de ração para cada fase de crescimento das aves

Tipo de ração	Fase de crescimento (dias)
Pré-inicial	7 a 9
Inicial	10 a 21
Engorda I	22 a 30
Engorda II	31 a 42
Abate (final)	43 a 49

Fonte: Supervisor Técnico da Big Frango. Out. de 2010

Na fase pré-inicial cada mil pintainhos consomem 150 gramas/dia de ração, na fase final um frango come de 150 a 200 gramas de ração por dia.

Os bebedouros são postos no chão e a água colocada com regador no primeiro dia, no segundo dia já são pendurados nas válvulas e mangueiras.

Com relação à água, a mesma tem que ser de boa qualidade, pois é considerada a principal via de contaminação, desta forma a utilização do cloro é um excelente sanitizante para a desinfecção de bactérias.

Quanto ao manejo das aves, a mão-de-obra na fase inicial requer um cuidado maior em relação ao aquecimento, sendo ideal manter a temperatura estável sem oscilação, tanto para maior quanto para menor temperatura, consequentemente o tempo de trabalho tem que ser de vinte quatro horas.

Após a fase de aquecimento, a qual varia dependendo da estação do ano (principalmente verão ou inverno) os cuidados continuam voltados para a temperatura, e também com o ambiente e o bem estar das aves, pois quanto maior o cuidado maior será a conversão da ração em carne, o objetivo maior da criação.

Com relação ao manejo dos bebedores pendiculares eles devem ser lavados e abastecidos diariamente gastando em média duas horas para essa parte do trabalho.

Posteriormente há a necessidades de outras atividades como a aberturas dos casulos (chamados também de pinteiros), de acordo com o crescimento das aves retira-se o invólucro para aumentar o espaço (foto 7), fechamento de pratos de ração e revirar a cama de frango com o objetivo de manter a cama seca.

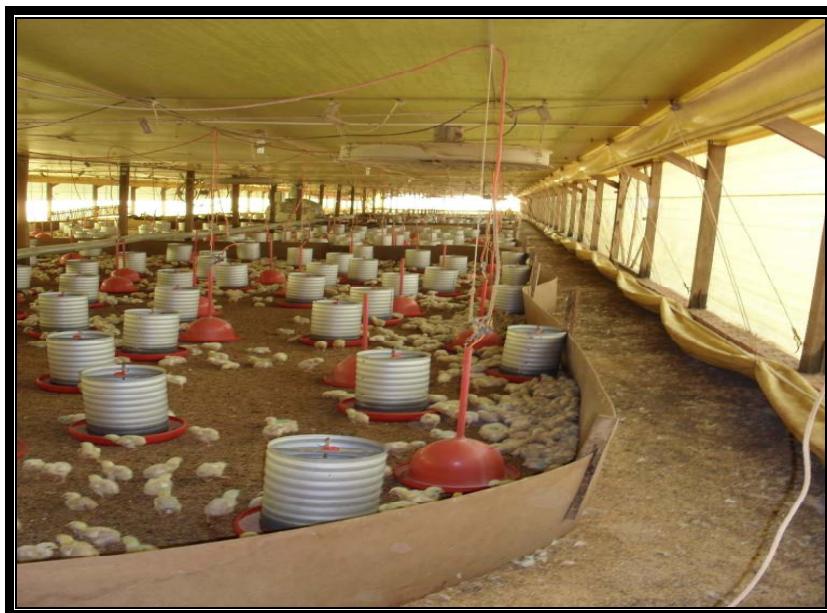


Foto 7: Na fase inicial os pintinhos ficam concentrados em casulos, que posteriormente são abertos, adaptando-se a fase de crescimento das aves.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 23 jul. 2010. **Foto:** Daniela Rossi.

Esse tipo de barracão manual requer maior tempo de trabalho e atenção com relação à temperatura, alimentação, água e higiene, em torno de três horas diárias em média, sendo que em um aviário de dimensões 100 metros X 12 metros comporta aproximadamente 15.000 aves, as quais consomem em torno de 85.000 Kg de ração durante todo o período de alojamento até o abate.

Quando foi perguntado quanto tempo se utilizava no trabalho da granja, o produtor 16, respondeu “*Tem dia que gasta bastante, mas tem dia que não*

gasta, como vai fazer agora, é difícil calcular.... pelo menos um tem que ficar, que nem, tá dois (filhos) na roça e eu vou ficar aqui na granja, cuidando da granja, quando eu saio então alguém fica aqui na granja pra cuidar da granja, um só vai o dia todo aí."

Quanto às granjas semi-automáticas operadas pela maioria dos avicultores, praticamente a metade (45%) conta com dois aviários. Isso significa que é possível desenvolver a atividade com o mesmo número de pessoas, mesmo com uma unidade a mais, como pode ser observado no quadro 6. A demanda de mão-de-obra entre os que possuem um e dois aviários é a mesma, que varia de uma a duas pessoas.

As estruturas dos aviários semi-automáticos possuem diferenciações, pois pode ocorrer dos comedouros e bebedouros serem automatizados, mantendo o sistema de ventilação com a abertura e fechamento de cortinas. As fotos 8 e 9 apresentam um aviário com automatização dos comedouros apenas, e de bebedouros do tipo pendular, ou seja manejo manual.

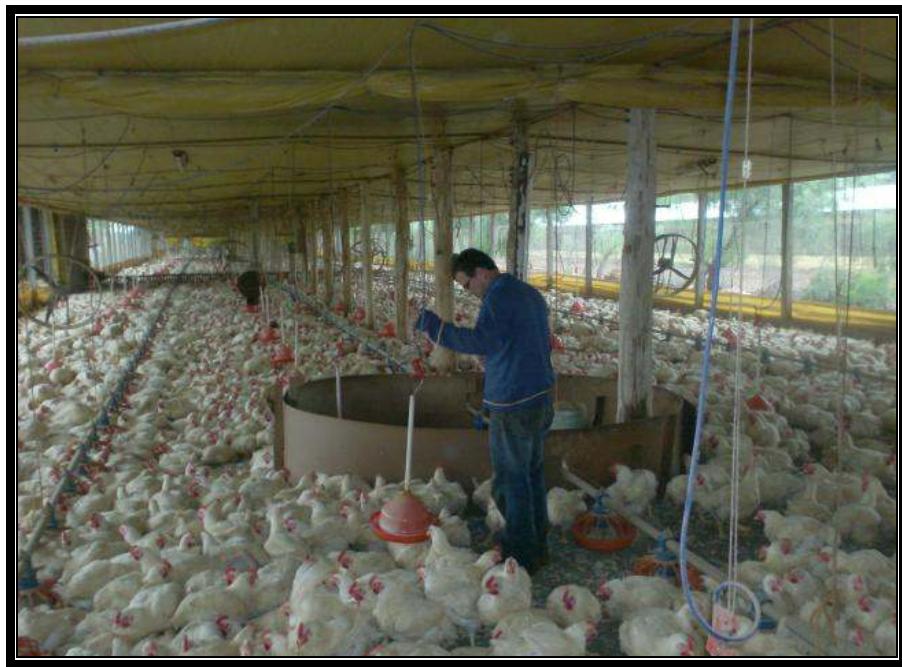


Foto 8: Aviário de nível técnico semi-automático, representado apenas pelo comedor automático.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 29 mai. 2008. **Foto:** Daniela Rossi.

Com relação a esse tipo de barracão o manejo, na fase inicial, é o mesmo que o barracão manual. A diferença consiste na diminuição do tempo de

trabalho em que se leva para abastecer os comedores tubulares e/ou os bebedores pendulares.



Foto 9: Comedouro automatizado.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 23 jul. 2010. **Foto:** Daniela Rossi.

No caso dos bebedouros não serem automatizados, os mesmos continuam sendo lavados e abastecidos manualmente. O sistema de ventilação é o mesmo do manual, estabilizando a temperatura através de ventiladores individuais, que cada um atende 900 aves.

Há também o trabalho de abertura ou fechamento das cortinas manuais conforme a temperatura ambiente do aviário e/ou externa.

Em relação aos aviários automáticos o quadro 6 nos mostra que são apenas 28% do total de 18 produtores. Sendo que um deles mantém juntamente com um aviário semi-automático. Nota-se que a demanda de mão-de-obra é menor em relação aos outros sistemas.

A exceção do produtor 14, que possui apenas 1 aviário automatizado, o qual comporta de 24 a 28 mil frangos e, desta forma utiliza três pessoas, sendo o marido a esposa e um trabalhador temporário.

Nesse tipo de barracão a automatização é total, ou seja, tanto os bebedores, comedores e a climatização do ambiente são realizados automaticamente.

O manejo da fase inicial é o mesmo dos outros dois tipos de barracões com relação aos cuidados necessários, apenas se difere no sistema de água por meio do nippel (foto 10).



Foto 10: Bebedor automatizado do tipo nippel.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 29 mai. 2008. **Foto:** Daniela Rossi.

A distribuição da ração é conduzida pelos comedores automáticos, dispensando o abastecimento manual.

O sistema de ventilação é feito através de exaustores na parte frontal do aviário (foto 11), dispensando a abertura e fechamento das cortinas laterais, pois permanecem fechadas constantemente, criando um ambiente climatizado, diminuindo o “stress” das aves sofrido por barulhos ou movimentos externos e tornando o ambiente interno do aviário totalmente independente dos fatores climáticos externos.



Foto 11: Aviário com sistema de exaustores. Com capacidade de alojamento de 24 a 28 mil frangos, com tamanho de 13X136m.

Fonte: Pesquisa *in loco*. **Data:** 29 mai. 2008. **Foto:** Daniela Rossi.

O tempo de trabalho é mais intenso apenas no início do alojamento, após sair do aquecimento, o tempo gasto é em média de duas horas a quatro horas diárias por pessoa, deixando mais tempo livre para as outras atividades de manutenção do aviário.

A densidade de aves por metro quadrado nesse tipo de barracão automatizado faz aumentar em torno de duas aves, que depende da empresa integradora, dos critérios técnicos e levando em consideração a estação do ano, pois no verão a densidade de aves por metro quadrado é menor que no inverno.

As integradoras não admitem mais a construção de barracões manuais, a exigência em uma nova instalação é que os mesmos sejam automáticos. Essa exigência vem ratificar a estratégia por parte das indústrias avícolas, que no intuito de racionalizar sua produção, impõe aos produtores o uso de equipamentos no processo de produção para que seu custo se reduza, alcançando uma melhor qualidade de aves.

Essa absorção tecnológica serve para que ocorra uma maior racionalização do capital, pois na fase do processo de produção requer uma velocidade gradativamente maior, conforme as suas especificidades, para que se resulte em uma ampliação do capital.

Ainda em relação à demanda de mão-de-obra e a jornada de trabalho da mesma em diferentes tipos de aviários é importante salientar que as respostas dos avicultores variam muito em relação às horas gastos.

Notamos que a maioria declarou a necessidade de 24 horas de trabalho que podemos interpretar como horas de monitoramento. Somente para elucidar melhor a questão do tempo de trabalho, o quadro 8 demonstra (para aviários de 15 mil frangos) que o maior tempo despendido está no sistema manual reduzindo pela metade as horas do semi-automático e automático. Observem também, que a fase inicial é o que demanda maior número de horas, pois na fase intermediária e final ocorre uma grande diferença entre o manual e o automático.

O quadro 8 apresenta o tempo gasto em horas de trabalho para cada nível técnico de aviário, em um barracão que comporte 15 mil frangos.

Quadro 8 - Tempo de trabalho gasto nos diferentes níveis técnicos de aviários

Tempo gasto (horas) com manejo	Estação do ano	Manual	Semi-automático	Automático
Fase inicial	Verão - 10 dias	24 horas alternadamente; 1h 30 min trabalhando e 30 min de descanso.	12 horas	12 horas
	Inverno – 20 dias	24 horas alternadamente- 1h 30 min trabalhando e 30 min. Descanso.	12 horas	12 horas
Fase intermediária e final	Verão/Inverno	8h/dia	6 hs/dia	2hs/dia

Fonte: Pesquisa *in loco*. Entrevista com os produtores. Data: 23 jul. 2010

Dentre os três níveis de automação o mais rudimentar, sistema manual, é o que absorve maior tempo de trabalho

A explicação para a jornada de trabalho no aviário, mesmo sendo totalmente automatizado, as horas de trabalho, nesse caso, dentro do barracão são poucas, porém o trabalhador tem que estar monitorando constantemente, e dessa forma ele não pode deixar a propriedade e consequentemente os aviários, sem alguma pessoa cuidando.

O produtor 14 respondeu: “... *granja tem que ser vinte quatro horas, por isso tem que ter o pessoal que cuida a noite e de dia.. não tem feriado... só que é assim a atividade que não tem que ficar lá direto.*”

Uma das razões que o capital industrial prefere se instalar na circulação deve-se a essa demanda de trabalho e de monitoramento que são necessários no processo de produção salientando que a dedicação dispensada pelo trabalhador familiar.

A inserção tecnológica no processo produtivo da matéria-prima está presente no formato de aviários utilizados, e essa mudança técnica ocasionou uma alteração nas relações de trabalho, conforme explica Misuzaki (2009, p.208),

verificamos que as mudanças técnicas ocorridas no sistema de produção na avicultura criaram a possibilidade de se alterarem não somente a capacidade produtiva, mas também as relações de trabalho. [...] Introduziu, também, novas relações de produção fora do aviário – com a família, com outros avicultores, com o grande capital e seus representantes, com os técnicos e veterinários que prestam assistência técnica, com os apanhadores de frango. [...] o avicultor passou a vivenciar um trabalho que, embora seja considerado ‘leve’ pelos avicultores, tem exigido deles, dedicação integral [...].

Dessa forma aferimos que esse elemento de produção está de certa maneira relacionado com o poder financeiro de cada produtor, pois quanto mais automatizado for o aviário, menos tempo se gasta de trabalho, porém como foi respondido pelo produtor, considera-se necessário a presença constante de pelo menos uma pessoa no aviário.

É recente a inserção e expansão dos aviários nas unidades produtivas, pois o ano de instalação dos entrevistados foi entre 1994 a 2009. Essa recente inserção vem de encontro com o período de reestruturação organizacional e tecnológica das indústrias, perante o crescimento da produção e consequentemente para a sua manutenção no forte mercado concorrencial nacional e internacional.

4.2 As relações entre o produtor e a indústria avícola

De acordo com Oliveira (2001 p. 477), “a industrialização da agricultura revela, então, que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura.”

No item anterior foram analisadas as formas que o capital industrial sujeita o avicultor por meio de diversas exigências no processo de instalação e manejo dos aviários que reflete na jornada de trabalho dos membros da família, seja ele proprietário ou “parceiro” (porcento).

São produtores vinculados a Big Frango que monopoliza o território em mais de 80% dos estabelecimentos do município dedicados a essa atividade (mapa 2).

O modelo de integração em Apucarana entre produtores e indústria avícola é o já instituído desde o início da década de 1970.

Conforme Sorj *et al* (1982, p.65)

[...] o elemento básico para a explicação da formação da agricultura de integração, seja contratual ou não, está nas condições macrosociais e históricas, de onde emanam as condições concretas e imediatas para as diferentes estratégias e arranjos entre integradoras e integrados. E os elementos básicos resultantes do tipo de formação histórica da agropecuária no Sul do Brasil foram a preexistência de uma massa de produtores rurais com determinadas condições de produção em quantidade superior às necessidades imediatas do capital integrador [...]

Nesse sentido, a existência no município de Apucarana, de pequenos proprietários rurais, com base no trabalho familiar favoreceu o desenvolvimento do sistema de integração avícola, além da proximidade da unidade industrial (Big Frango) que fica em torno de 35 a 60 Km de distância.

Porém, com relação à indústria Big Frango foi verificado que devido a sua grande expansão produtiva a partir do ano de 2006, atualmente a distância máxima de localização das granjas integradas está num raio de 150 km.

De acordo com as informações do supervisor técnico da empresa Big Frango, não há necessidade dos produtores estarem localizados em uma área específica do município, apenas o fator avaliado pela empresa é apenas o local que será instalado o aviário, o qual necessariamente deverá ser em uma área de acesso fácil.

Dos entrevistados 56,25% possuem contrato de exclusividade redigido pela empresa e assinado por eles. Porém, nenhum deles tinha ou sabia

onde estavam esses contratos, pois apenas tinham o conhecimento dos direitos/deveres firmados com a indústria¹².

As especificações do contrato sobre direitos e deveres dos produtores integrados e da indústria, constam que a empresa fornece pintainhos, ração e assistência técnica, enquanto os produtores devem se responsabilizar por todo o processo de produção da matéria-prima, a fim de obter qualidade superior. Além disso, toda infraestrutura material e de força de trabalho despendidos para a produção do frango é de responsabilidade do proprietário da unidade produtiva.

Fica claro que para o capital industrial essa parceria é extremamente vantajosa, pois, não se obriga a imobilizar o capital para a aquisição de terras e a necessária infra-estrutura para tal como também, ficam livres de obrigação trabalhistas sujeitando o trabalho familiar no desenvolvimento do processo produtivo.

Para melhor entender o processo de monopolização do território por meio da sujeição da renda da terra pelo capital industrial verificam na área em estudo a questão dos preços pagos pela empresa.

Os preços são definidos pelo cálculo do fator de conversão. Entretanto, para entendermos esse mecanismo há que se observar uma série de cuidados no manejo das aves que irão refletir no preço final.

O manejo da criação de frango envolve uma série de cuidados, tais como: a verificação e a manutenção da temperatura adequada para cada fase de crescimento da ave, principalmente nos primeiros dez dias de alojamento. Neste período, o produtor deve permanecer praticamente 24 horas no aviário. É preciso atentar para o acionamento de ventiladores, nebulizadores, abertura e/ou fechamento das cortinas, quando necessário, para a manutenção da temperatura e a verificação dos fornos a fim de que não falte lenha.

Além disso, é necessário observar constantemente a quantidade de ração armazenada, avisando a indústria integradora com um dia de antecedência, para o reabastecimento do silo; Deve também ficar atento para que não falte água, caso ocorra algum defeito na captação da mesma.

Diariamente, o produtor deve recolher as aves mortas dentro do aviário, levando-as para a composteira, cobrindo-as com cama de frango e cal, eliminando o risco de contaminação do lote de aves. É necessário revolver a cama

¹² Não conseguimos ter acesso a nenhum contrato que foi realizado entre a empresa e o produtor integrado, os mesmos alegaram que sabiam o teor principal com relação aos direitos e deveres.

de frango para que ela se mantenha “fofa”, não comprometendo o aparecimento de calos nos pés das aves. Essas são as principais atividades realizadas diariamente pelo produtor (foto 12).



Foto 12: Composteira – processo de descarte dos resíduos da produção avícola. Utiliza-se a cama de aviário, carcaças, fonte de carbono e água. Depois de realizado o processo de compostagem o material pode ser utilizado como adubo. A composteira deve estar localizada próxima ao aviário. **Fonte:** Pesquisa *in loco*.

Nesse período, podem ocorrer perdas (mortes dos pintinhos) ocasionadas por diversos motivos, como infarto, caso não se mantenha a temperatura ideal na fase final do alojamento; a falta de energia, principalmente no caso do aviário automatizado, resulta na falta de abastecimento de ração, água e manutenção ideal da temperatura; a falta de sanitização da água, que é a principal via de contaminação das aves.

Os motivos citados anteriormente, caso não resultem em mortes, podem provocar a condenação da pele do frango. Se o lote for comprometido acima de 3,5% com os riscos e cortes na pele, há um desconto de R\$ 0,01 por frango. Quando a condenação fica entre 2,0% e 3,5% não ocorre nenhum desconto. Caso se o lote abatido estiver com menos de 2% de comprometimento da pele, a empresa paga para o produtor R\$ 0,01 a mais por frango. Conforme o supervisor técnico da

indústria Big Frango, na maioria dos lotes ocorre o segundo tipo, ou seja, não há desconto nem prêmio.

Na realidade, o que se observa é o total monitoramento da empresa em relação ao estado das aves no momento da comercialização. Os descontos significam as sanções aplicadas pelo descuido do produtor, mas há que se considerar que essas aves serão aproveitadas de diversas formas no processo da industrialização e, portanto, não acarretando em prejuízo à empresa.

Nesse sentido. Podemos lembrar as palavras de Tavares dos Santos (1981, p.112) de que

o capital industrial organiza um controle indireto do processo de trabalho camponês, expresso em “contrato de produção” que impõem condições, para plantio, trato e comercialização de alimentos ou matérias-primas produzidas pelos pequenos produtores.

A captura é outro momento delicado para o comprometimento da qualidade da matéria-prima, deve ser feita com muito cuidado, limitando cada espaço do aviário num processo chamado “chiqueiro”, coletando o frango pelo dorso e acondicionando sete aves por caixa, que serão transportadas pela empresa.

Caso a carne apresente algum hematoma, por falta de cuidados no momento da captura, o preço do mesmo poderá ficar comprometido. Todos os cuidados elencados são exigências da empresa para que o produtor produza frango da melhor qualidade sem correr o risco de sofrer algum desconto no preço final.

Um fato a ser considerado é a despesa que o produtor tem na tarefa da captura dos frangos. Atualmente essa atividade é realizada por uma equipe de contratados pela empresa e o produtor necessita desembolsar R\$0,01/frango. Essa é mais uma forma de se apropriar da renda do produtor a qual, no passado, era realizada pelos membros da família ou então no sistema de troca de dias de serviços, em que não havia a remuneração para essa atividade.

O frango permanece no aviário até 49 dias. Quem decide pelo momento do abate é a indústria. Assim, o peso do frango pode variar dependendo do período do abate e do destino desse lote, ou seja, vai depender do país para onde será exportado, uma vez que cada um tem um determinado tipo de exigência, principalmente em relação ao peso. Verificamos que, o produtor integrado encontra-

se subordinado à indústria, que por sua vez está sujeito às exigências do mercado internacional.

O preço pago por frango é determinado pela empresa, através de uma tabela de conversão, ou seja, é o total de ração consumida no final do lote dividido pelo total de número de aves abatidas. Trata-se do consumo médio de ração por cada frango, mas o cálculo não é simples, conforme foi relatado pelo técnico da indústria de abate.

Num barracão de 1200 m comporta 16.000 pintinhos¹³, considerando a mortalidade de 4% até o final da alocação (cerca de 49 dias) a remessa a ser entregue à indústria será de 15.380 frangos que consumiu 82.944 toneladas de ração ou seja, 5,4 Kg/frango.

O peso médio do frango desse lote ficou em torno de 3 kg. Dividindo os 5,4 kg do consumo de ração por frango por 3 kg do peso médio final de cada ave, significa que cada frango consumiu 1,8 kg de ração para produzir 1 kg de carne. Na tabela de pagamento da indústria Big Frango, essa conversão de 1,8 kg equivale ao preço de R\$ 0,45 por frango ao produtor.

Com relação aos custos dos produtores integrados, percebemos a existência de realidades bastante diferenciadas entre um e outro, principalmente quanto aos cuidados no trato das aves como, por exemplo, com a perda de ração no momento do abastecimento dos comedores. Com isso, existe uma diferenciação no desempenho e na remuneração do produtor integrado de cada lote.

A planilha de investimentos e de custos elaborada para maio de 2009 foi obtida durante o trabalho de campo por um dos produtores, o que permite elucidar a realidade da avicultura para os que nela pretendem integrar-se. (quadro 9)

¹³ Nesse caso, foram considerados frangos machos que consomem mais ração que as fêmeas.

Quadro 9 - Investimentos e custo médio da Região Sudoeste/PR para maio de 2009¹⁴.

PARÂMETROS	VALORES				
Tamanho do aviário	100 x 12m	100 x 12m	125 x 12m	125 x 12m	125 x 14m
Sistema de alimentação	Manual	Automático	Manual	Automático	Automático
Idade de abates (dias)	30	30	30	30	30
Intervalo entre os lotes (dias)	12	12	12	12	12
Intervalo entre os lotes p/ limpeza (dias)	28	28	28	28	28
Tamanho do aviário de 125 x 12 m (m)	1.200	1.200	1.500	1.500	1.750
Valor das instalações novas (R\$)	85.921	85.921	100.193	100.243	114.944
Valor dos equipamentos novos (R\$)	78.487,73	89.068,54	87.201,63	100.236,9	118.439,2
Investimento total no projeto (R\$)	164.408,7	174.989,5	187.394,6	200.479,9	233.383,2
Número de lotes ano	8,31	8,31	8,31	8,31	8,31
Salário (R\$/mês)	530	530	530	530	530
Encargos sociais (%)	23	23	23	23	23
Provisões (%)	34,29	34,29	34,29	34,29	34,29
Alojamento (aves/lote)	20.400	20.400	25.500	25.500	29.750
Aves p/metro quadrado	17	17	17	17	17
Mortalidade (%)	3	3	3	3	3
Quantidade de aves entregues por lote (cab)	19.788	19.788	24.735	24.735	28.858
Valor recebido por frango entregue - R\$/cab	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Resultados finais	R\$/lote	R\$/lote	R\$/lote	R\$/lote	R\$/lote
Custos variáveis do produtor	3.727,17	3.764,99	4.265,86	4.315,80	4.956,06
Custos fixos do produtor*	1.751,16	1.893,62	2.011,30	2.158,80	2.520,40
Custo operacional do produtor*	4.866,42	5.008,31	5.579,61	5.729,57	6.609,48
Custo total do produtor	5.478,33	5.658,61	6.277,16	6.474,60	7.476,46
Receita com a entrega dos frangos	4.947,00	4.974,00	6.183,75	6.183,75	7.214,38
Receita com venda da cama	450,00	450,00	539,11	539,11	635,38
Consumo de frangos	48,29	48,29	48,29	48,29	48,29
Receita total p/lote	5.445,29	5.445,29	6.771,15	6.771,15	7.898,05
Saldo sobre custo variável	1.718,12	1.680,30	2.505,29	2.455,35	2.941,99
Saldo sobre o custo operacional	578,87	436,98	1.191,54	1.041,58	1.288,57
Saldo sobre custo total	-33,04	-213,32	493,99	296,55	421,59
Saldo sobre custo variável - R\$/mês	1.189,80	1.163,61	1.734,91	1.700,33	2.037,33
Saldo sobre custo operacional R\$/mês	400,87	302,61	825,14	721,29	892,33
Saldo sobre custo total - R\$/mês	-22,88	-147,72	342,09	205,36	291,95
Valor por ave p/cobrir custos variáveis	0,163	0,165	0,149	0,151	0,148
Valor por ave p/ cobrir custo operacional	0,221	0,228	0,202	0,208	0,205
Valor por ave p/cobrir custo total	0,252	0,261	0,230	0,238	0,235

Fonte: GIROTTI, DIGIOVANI, MONTEIRO, MOREIRA - FAEP, p.66, 2010.

* Custos Fixos é a soma dos custos das Depreciações (R\$1.139,25) com (R\$ 611,91)

*Custo Operacional é a soma dos Custos Variáveis com os custos das Depreciações.

Os custos das Depreciações e a Remuneração sem Capital não constam, pois é apenas um resumo da planilha elaborada pela FAEP.

¹⁴ Essa planilha foi elaborada por consultores da FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) por meio de dados informados por alguns produtores avícolas e é destinada a região Sudoeste do Paraná, mas aplicável ao norte do Estado.

A planilha consta com especificações de vários tamanhos e sistemas de alimentação dos aviários e apresenta os investimentos e custos para a produção de 20.400 até 29.750 aves, porém são resultados que representam a média da realidade dos produtores. Explanaremos os custos, os investimentos e a receita do produtor avícola a partir de dois tipos de tamanho do aviário e de alimentação que constam na planilha. Os exemplos são os aviários de tamanhos 100x12m com sistema de alimentação manual e 125x14m com sistema de alimentação automático.

Os investimentos totais, expostos na planilha, para as instalações e equipamentos foram R\$ 164.408,70 e R\$ 233.383,20.

Com relação aos custos totais, os quais são adicionados os custos variáveis e os custos fixos do produtor por lote, a soma está em R\$5.478,33 e R\$7.476,46, respectivamente para cada tipo.

A receita total por lote, somando o valor da entrega dos frangos, da venda da cama e do consumo de frangos apresenta o valor de R\$5.445,29 aviário de 100x12m manual e o último exemplo (aviário de 125x14m automático) R\$7.898,05.

A receita total para o produtor seria de R\$5.445,29 e R\$7.898,05 por lote e o preço por cabeça de frango para cobrir os custos totais seria de R\$ 0,252 e R\$ 0,235. Neste caso, o preço a ser pago por cada frango seria de R\$ 0,25 para ambos, mostrando que a defasagem no primeiro é de R\$ 0,02 e no segundo exemplo um saldo positivo de R\$0,015 por ave, auferindo um pequeno rendimento.

Observando os valores por aves para cobrir os custos totais especificados na planilha, têm-se R\$ 0,252 o valor apresentado pela indústria Big Frango em relação ao custo total por ave é de R\$ 0,15 a R\$ 0,18. As especificações da indústria avícola contam apenas com gastos de mão-de-obra, lenha e energia, porém os custos apresentados na planilha vão além dessas três variáveis.

Esse prejuízo fica escamoteado, pois a depreciação dos equipamentos, barracões, remuneração de capital de giro e do capital investido não são contabilizadas pelo produtor. Esse deveria ser o dinheiro reservado para eventuais consertos e/ou aquisições de equipamentos, porém o valor referido acaba sendo inserido nas despesas da sobrevivência familiar. Desta forma, caso o avicultor necessite alterar o nível tecnológico ou repor equipamentos depreciados, o único recurso é buscar uma linha de crédito e financiar os equipamentos e/ou, ampliar o número de barracões.

A presença do capital financeiro se faz necessário, uma vez que o custo de um aviário é elevado e fica difícil para o produtor arcar com recursos próprios. Desta forma, há uma dependência do crédito bancário e, conforme Martins (1991) é por meio dos juros que se transfere parte da renda do produtor ao capital financeiro.

No levantamento no município de Apucarana, encontramos 66% dos produtores dependentes de financiamentos para a construção de aviários e na aquisição de equipamentos para elevar o nível técnico dos pré-existentes. Desses, 66% estão envolvidos apenas com a atividade agrícola, e o rendimento proveniente da avicultura mesmo associada a alguma cultura, não é suficiente para a construção de mais barracões ou para a compra de equipamentos. Já os 34% restantes utilizaram recursos próprios para a construção dos aviários, recursos esses que não vieram da atividade agrícola.

Os valores da planilha demonstram o quanto à avicultura está dependente do capital financeiro para obter e instalar todos os equipamentos necessários. Conforme Graziano da Silva (1984) em seu livro “O que é questão agrária”, ao abordar sobre a industrialização da agricultura e a extrema especialização da produção, relata o exemplo da avicultura de postura, evidenciando que quem ganha com isso são os “(...) donos das indústrias de ração, de gaiolas, de chocadeiras... O pequeno produtor, que cria os pintinhos e vende ovos, esse não.” (p.17), pois o capital industrial é que sai ganhando com a tecnologia exigida e o produtor cada vez mais endividado.

Mesmo diante de toda essa realidade, encontramos nos entrevistados 61% de satisfação com a implantação do aviário, pois alegam que mesmo fazendo um elevado investimento, podem obter uma renda fixa a cada bimestre.

Dos 18 entrevistados seis deles possuem a intenção de implantar mais aviários, outros seis irão investir na automatização, quatro não tem intenção de investir e dois não souberam responder.

Entretanto há também os insatisfeitos com a atividade como o entrevistado 17 que mantém apenas um aviário semi-automático, em troca da cama de frango para a produção da lavoura temporária que é o foco do seu rendimento. Sua vontade era de sair da integração e não mais produzir, pois de acordo com o

produtor, “*a granja só dá para pagar o salário do empregado, só dá para manter a granja, sobra pouca coisa*”.

O entrevistado 1 que mantém um aviário automatizado está em fase de preparação para a instalação de mais três aviários, mas irá trocar de integradora, tendo assumido contrato com uma cooperativa, a Cocari (Cooperativa Agropecuária e Industrial) município de Mandaguari-PR. De acordo com o produtor, a cooperativa paga por frango um preço melhor que a indústria que está atualmente integrado, no Granjeiro.

Assim, se expressou “*cooperativa é o seguinte, hoje tem auditoria da receita federal todo ano dentro das cooperativas, então os cara tem que andar certo... o lucro que dá eles tem que na verdade procurar dividir, direcionar para investimento e eles tem que devolver pro produtor, (...) isso aí já é estatuto da cooperativa, se eles não pagam, chega no fim do ano (...) a empresa tá com um lucro grande, e não foi direcionado para investimento, eles já tem que fazer o rateio pros cooperados, né (...) então compensa eles pagar um pouco mais agora, do que sobrar e depois ter que ratear para o produtor .*”

A renda média dos produtores entrevistados em 2010, e que alojava entre 22.000 a 28.000 frangos foi de R\$ 1.500,00 a R\$1.800,00 ao mês. Sua remuneração perante o preço pago pelo frango é usada apenas para a sobrevivência desse pequeno produtor. Foi verificado que a remuneração pela produção não é suficiente para a manutenção, ampliação dos aviários, e, sim, somente para a reprodução da força de trabalho, conforme explica Oliveira

É assim, que a riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos, barateiam a reprodução da força de trabalho industrial e urbana, permitindo que os salários sejam comprimidos, o que possibilita diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalistas na cidade. Mas o processo de apropriação da renda da terra pelo capital no caso brasileiro não se restringe aí, ele atua no sentido de subordinar toda a atividade produtiva não-capitalista, e mesmo dentre as capitalistas, subjuga a dos setores mais frágeis e também alguns setores mais sólidos da economia. Esses mecanismos ficam mais claros na ação do capitalismo monopolista no campo. (OLIVEIRA, 2010, p.7)

Salientamos que a transferência da renda da terra do produtor avícola para a indústria ocorre por meio da conversão, na apanha; na condenação de pele (dermatose celulite); na demora do pagamento do lote, do valor considerado

baixo por frango, em torno de R\$ 0,28 a 0,45¹⁵; no trabalho não remunerado e, se houver financiamento de qualquer ordem, essa renda também é transferida para as instituições financeiras.

A situação analisada é predominantemente de produtores que utilizam a força de trabalho familiar seja de forma direta, seja em forma de porcentagem. Entretanto, como afirmamos anteriormente, a Big Frango está em processo de expansão de sua planta industrial (anexo 5) e para tanto há que se manter o processo de monopolização do território exigindo cada vez mais, maior investimento do produtor e sujeitando o mesmo para se apropriar de parte da renda da terra para a reprodução ampliada do capital.

¹⁵Dados coletados no trabalho de campo (2010) com os avicultores de Apucarana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação da produção na avicultura de tradicional a mecanizada é um exemplo da inserção da produção nacional num mundo comandado pela economia mundial, economia esta que busca espaços singulares para se reproduzir.

Nesta singularidade, no caso da avicultura, o capital tentará se reproduzir escolhendo específicos territórios que atendam suas necessidades de âmbito social e econômico tal como no município pesquisado.

Acompanhando historicamente a ocupação da colonização do Norte do Paraná, onde localiza o município estudado, o “uso” do território foi pautado pelas seguintes perspectivas: uma de influência natural, econômica e política, sendo o solo e o clima fatores importantes para a ocupação e o desenvolvimento da produção cafeeira, e a fragmentação e formação de pequenas propriedades agrícolas, devido à especulação imobiliária criada pelas companhias colonizadoras.

Desta forma o município apucaranense foi um território ocupado e construído a partir do processo de migração, principalmente de grupos familiares, trazidos pela expansão da agricultura cafeeira e a especulação imobiliária das companhias colonizadoras do final da década de 1930.

De acordo as transformações da economia mundial e acompanhando essa reestruturação, a inserção tecnológica de meados do século XX, fez com que os setores da economia brasileira se modificassem e atingissem as relações sociais, as materializações dos espaços e consequentemente a organização e uso territorial.

Essas modificações foram sentidas no município pesquisado, por meio da crise da economia cafeeira e a inserção do pacote tecnológico, liberando assim, a mão-de-obra rural para a área urbana e, desenvolvendo com maior extensão fundiária a cultura temporária, com o binômio soja/ trigo. Mesmo assim manteve uma diversificação na produção agrícola, como exemplo a pecuária de corte, de leite e de aves.

Vale lembrar que o incremento das cooperativas que se direcionaram no setor de transformação industrial foi e é significativo no estado e em especial no Norte do Paraná. Já a avicultura de corte está presente no sistema de cooperativas, mas predomina sob o sistema de integração que ganhou espaço na

economia paranaense sendo considerado um dos maiores exportadores de carne do país.

Parte dessa reprodução do capital industrial se pauta nas unidades de produção familiar que permitiram a implantação do modelo de “integração”.

Desta forma a produção agrícola de trabalho familiar se insere no modo de produção capitalista, contraditoriamente sendo monopolizada pelo capital industrial.

Na área de estudo o padrão dos produtores é a utilização da força de trabalho familiar, mas encontramos uma singularidade no bojo da relação de trabalho da avicultura, ou seja, além do trabalho familiar do proprietário do aviário há também, a contratação de famílias por meio de parceria agrícola por avicultores vinculados em outros setores da economia. Este fato nos mostra que parte da renda deste avicultor é destinada ao parceiro criador e também, apropriada pelo capital industrial por meio de preços baixos. Na atual tendência de profissionais de outras áreas se envolvendo neste setor é possível que o contrato de parceria agrícola passe a vigorar com mais freqüência.

Os avicultores entendem que o sistema de integração não é um sistema de parceria, pois reconhecem que não são pagos devidamente por todo investimento e trabalho, porém, ainda é um mecanismo que ainda esta mantendo o produtor no campo pela certeza de uma renda bimestral. Outro ponto, é que nessa atividade pode-se disponibilizar apenas um a três membros da família, propiciando que os demais desenvolvam outras atividades dentro ou fora da propriedade.

Outro ponto de reivindicação por parte dos produtores à indústria avícola é uma maior transparência quanto aos preços praticados e as, perspectivas ou tendências da empresa no contexto do mercado nacional e internacional, para que os produtores também se organizem, perante a uma crise econômica conjuntural.

A tendência observada na avicultura do município é que os produtores pretendem se manter enquanto tiverem a capacidade de elevar o nível tecnológico, e por outro lado, a inserção daqueles com acesso ao capital, seja via instituição financeira ou de recursos advindos de suas atividades profissionais tanto individualmente quanto em formato de condomínios. Para o técnico da empresa ainda há o interesse da expansão dos atuais avicultores integrados, mesmo aqueles

que desenvolvem em pequenos aviários, mas com capacidade de se modernizar paulatinamente.

Em relação à participação de avicultores em condomínios ainda não há na Big Frango, mas estão abertos para esse segmento. Para os produtores que não conseguem, ou não querem se modernizar, a atividade poderá se tornar inviável, pois durante as entrevistas no campo detectamos que há uma tendência dos produtores não desejarem que seus filhos se reproduzam como força de trabalho na propriedade, afirmando que a melhor opção é o estudo para prepará-lo para outra profissão.

Dessa forma, a mão-de-obra ficará mais escassa, havendo a necessidade de diminuir o porte do aviário o que consequentemente afetará a sua renda e não consiga mais se manter.

As singularidades encontradas na pesquisa são os produtores fornecedores capitalistas sem tradição na agricultura e as relações de trabalho estabelecidas que não decorrem da sua unidade familiar e sim via contratação de famílias para desenvolver atividades na avicultura.

Com relação aos benefícios para o município, além da arrecadação tributária, a geração de emprego no campo o papel da avicultura tem atraído outros empreendimentos tais como a matéria de MAIA (2011, p.4) sobre a implantação do Centro de Armazenagem e Distribuição de Apucarana pelo grupo Unifrange Agroindustrial que congrega empresas de abate não somente do norte, mas também do oeste paranaense (anexo 6). A Big Frango que está em Rolândia não faz parte desse grupo mantendo a sua própria estrutura de comercialização.

Há que se observar que Apucarana está estrategicamente localizada no eixo Londrina-Maringá tendo um papel importante tanto na prestação de serviços da administração quanto no apoio logístico regional.

A monopolização do território pelo capital avícola trata-se de uma relação de poder por meio das regras estabelecidas no contrato e não em relação à abrangência territorial, haja vista que as placas identificando a vinculação de ambos significam a presença do capital industrial naquele território.

REFERÊNCIAS

APUCARANA, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento. Apucarana.** 2008. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/orgao/ideplan>> Acesso em 25 set. 2010.

Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF). **Exportações Brasileiras de carne de frango 2009.** Disponível em: <<http://www.abef.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Disponível em: <<http://www.aviculturaindustrial.com.br/PortalGessulli/WebSite/Home>>. Acesso em 06 de out. 2010.

BELUSSO, Diane. **A cooperativa C.Vale e as perspectivas dos produtores integrados à agroindústria em Palotina – PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Maringá: Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2007. Disponível em:<http://www.pge.uem.br/pdf/dbelusso.pdf> . Acesso em: 22 maio. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Requisitos Sanitários.** Disponível em: <www.agricultura.gov.br/animal/exportacao/requisitos-sanitarios>. Acesso em: 29 mai. 2011.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Ijuí, Rio Grande do Sul: Vozes, 1982.

CUNHA, Fábio César Alves da. **A metrópole de papel:** a representação “Londrina metrópole” na institucionalização da região metropolitana de Londrina. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2005.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura no Brasil.** Revista Geo UERJ, Rio de Janeiro: UERJ, nº 12, p. 23-32, ago-dez 2002.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Org). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

Instituto Paranaense de Assistência Técnica – EMATER. **Perfil da realidade Agrícola do município de Apucarana/PR,** 2009.

ESPÍNDOLA, Carlos José; BASTOS, José Messias. **Reestruturação agroindustrial e comercial no Brasil.** Cadernos Geográficos: Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosófica e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. Santa Catarina: Imprensa Universitária, nº 9, mar. 2005.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil:** o caso Sadia. Chapecó: Editora Grifos, 1999.

FERRAZ, José Vicente. **Consumo de carne de frango no país sobe 300% em 26 anos.** Disponível em: http://www.unifrango.com/ler_noticias.php?noticia=NDMz. Acesso em: 06 out. 2010.

FRAZÃO, Marcelo. Setor Avícola organiza comitê de sanidade. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 nov. 2009. Caderno de Economia.

FRESCA, Tânia Maria. **A Rede Urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FRIAS, Maria Cristina. União Sadia-Perdigão criará Brasil Foods. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 mai. 2009. Caderno Dinheiro, p. B3.

GIROTTI, Ademir Francisco; DIGIOVANI, Luiz Antônio; MONTEIRO, Fabrício Amorim; MOREIRA, Tânia. **Avicultura de corte:** custos da produção. Curitiba: Sistema FAEP, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 9º ed. 1984.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. EdUFF: São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo Agropecuário:** Paraná. Censos econômicos de 1975. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

_____. **Censo Agropecuário:** Paraná. IX recenseamento geral do Brasil – 1980. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, 1983, 1984.

_____. **Censo Agropecuário:** Paraná. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>> Acesso em: 05 mar. 2010

Indústria Avícola Big Frango. Disponível em:< <http://www.bigfrango.net/empresa>> Acesso em 22 jul. 2010.

MAIA, Ricardo. Mesmo na crise, a avicultura paranaense segue investindo. **Folha de Londrina**. Londrina, 3 de set.2011. Folha Economia p.4.

Malásia e Indonésia são novos destinos do frango brasileiro. Disponível em:<www.avisite.com.br/clipping/maisnot.asp?codnoticia=15012&codCategoria=3&Mes=6&Ano=2010>. Acesso em: 06 out. 2010

MANOSSO, Fernando César. **O estudo da paisagem no município de Apucarana-PR:** as relações entre as estruturas geoecológicas e a organização do

espaço. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, 2005.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola:** a quem beneficia. *Lua Nova Revista de Cultura*. São Paulo: nº 23, mar. 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1991.

_____. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, K. **O Capital:** Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, vol. I, 1996.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MÜLLER, Lecocq Nice. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná.** Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan/jun. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes: In ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2001

_____. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Campo-Território:** revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, ago. 2010. Disponível em:<<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissu.php>> Acesso em 15 de Nov. 2010.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. **A Doux/Frangosul e sua atuação no Brasil.** Boletim do Deser, nº 145, ago. 2005, p.26-45. Disponível em <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em 28 set. 2010.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso paranaense. 2^a ed. Curitiba, IPARDES, 2006.

RIBEIRO, Cassiano. Condomínios Avícolas: avicultura aberta a investidores. *Jornal de Londrina*, Londrina, 13 set. 2011. Caderno Geral, p.8.

SEAB/DERAL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Departamento de Economia Rural, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (org). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Patrícia Paula; Antonello, Ideni Terezinha. A territorialização dos complexos agroindustriais avícolas e a sua formação em rede: o caso Big Frango. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária.** 2009, São Paulo, p.1-15. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_PP.pdf> Acesso em 08/10/2009.

SINDIAVIPAR. Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná. Revista eletrônica, n°.17, ano III, jul/ago 2010, p.29 Disponível em: <http://www.sindiavipar.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2011.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e agroindústria:** Transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho:** estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A reprodução subordinada do campesinato.** In: Ensaios FEE, Porto Alegre, n.2, ano 2, p. 109-117 . Disponível em: <<http://http-revistas.fee.tche.br>>. Acesso em: 25/10/2011.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. **Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial.** Geografia Londrina, v.9, n. 2, p. 129-136, jul/dez. 2000

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pillati. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno.** Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, n. 7, Curitiba, 1968.

ANEXOS

ANEXO 1

Trabalho de Campo – Questionário com os Integrados da Agroindústria Avícola.

Nome da propriedade Bairro: distância da cidade.....km

Distância da agroindústria ao qual é integrado.....Km

Nome do entrevistado.....

Data:...../...../.....

- I. Observar e anotar: localização da casa, descrever a topografia da propriedade, existência de matas naturais, ciliar, como é o abastecimento de água (poço, rio, etc) e fornecimento de energia elétrica, as condições da moradia, equipamentos domésticos, benfeitorias da propriedade.
-
.....
.....

1. Característica da propriedade.

1.1- Qual é a área da propriedade?.....

1.2- O sr. é proprietário? ()sim () não . Desde quando?.....

1.3-A propriedade foi adquirida por () herança () compra () outros?

.....

1.4-Essa área () aumentou () diminuiu? Porque?

.....

1.5- Tem outras propriedades além desta? () sim () não quantas? Onde?

.....

1.6- O senhor mora na propriedade? () sim () não Caso negativo:
porque?.....

1.7- Arrenda terras de outros? ()sim () não porque?

1.8- Sempre trabalhou no campo?.....

2. Perfil da família

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Escolaridade	Local de nascimento	Local de trabalho e função

3 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO-

3.1- Quando o Sr. optou pela implantação da granja?

Porque?.....

3.2- A granja é a atividade principal realizada na propriedade? Caso positivo

Porque?.....

3.3- O que o Sr. possui outra atividade na propriedade além da granja?Caso

positivo, tabela.

Tipos de cultura	Área ocupada	Destino (estado, município)	Valor médio da comercialização	Período da safra
Horta				
Pasto	Área	Número de cabeças	Destino	Preço /cabeça
Mata (ciliar e reserva legal)	Área	_____	_____	_____

3.4 Sempre cultivou essas culturas? () sim () não Porque escolheu estas culturas/atividades?.....

3.5- Sr. Procurou pela empresa avícola ou a empresa o procurou?.....

3.6- Quantos barracões, qual o tamanho e a quantidade de frango que comporta?.....

3.7- Existe o uso de equipamentos (automatizados) no processo produtivo da granja ou é totalmente manual?.....

3.8- Existe alguma diferença de manejo dependendo do destino da produção?.....

3.9- Qual o período da “safra”? É o ano todo?.....

3.10-Recebe orientação técnica? () Não () Sim. Por que?
..... De quem?

4.Relação Produtor-Agroindústria

4.1- Qual foi o investimento feito por você na implantação da granja?.....

4.2- Foi feito financiamento? Onde? Banco ou indústria?
Porque?.....

4.3-Qual investimento a empresa ofereceu?.....

4.4- Possui contrato? Quais são os direitos e deveres?.....

4.5 Qual a obrigação da empresa com o produtor?.....

4.6- A empresa oferece assistência técnica satisfatória?.....

4.7- E sobre a ração? Quantas vezes por semana entregam na propriedade?

4.8- a cama de frango você vende ou utiliza na propriedade? Porque?

4.9- Você está satisfeito por ter implantado a granja? () Não () Sim. Por que?.....

4.10- como você descreveria sua relação com a indústria?

4.11- A renda obtida pela granja mantém seus gastos ou você complementa com outra fonte de renda?

5. Características relacionadas com outras atividades da propriedade (se houver).

5.1- Que tipo de maquinários/instrumentos são utilizados? Trator()
pulverizador costal () pulverizador mecanizado () instrumento de irrigação ()
colheitadeira() GPS () .Outros:

a) a pulverização é () costal quais culturas () mecanizada quais culturas?

a) como adquiriu essas máquinas? () financiamento () recursos próprios () outros

5.2- Utiliza (marcar X em caso afirmativo):

()adubos ()inseticida ()calcário ()herbicida ()fungicida
 ()pesticida ()inseticidal

a) Utiliza sementes transgênicas? () sim () não qual? Porque?

.....
 5.3- Onde compra os equipamentos e os insumos utilizados?

.....
 5.4-. Tem introduzido novas tecnologias nas últimas safras? () sim () não Quais?

.....
 5.5- Tem enfrentado alguma dificuldade para produzir? ()Sim ()Não. Por que?.....

5.6- Qual é o tipo de solo da sua propriedade? Quanto custa um hectare de suas terras?..

5.7- Infra-estrutura: Possui: () água ()encanada () outra forma de captação –qual:

() energia elétrica ()TV ()Geladeira ()Fogão ()máq. de lavar () aparelho de som () automóvel () moto () computador () antena parabólica () outros:

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO:

6.1- O senhor trabalha com a mão-de-obra familiar? () sim () não Quantas?.....

6.2- Quantas pessoas trabalham na granja?.....

6.3- Utiliza o sistema de troca de dias de serviço (mutirão)? Em que tipo de trabalho?

6.4- O senhor trabalha com: parceiros () qual é a percentagem? Para que tipo de cultura?

6.5- Contrata mão-de-obra temporária? Sim() Não() Quantos? Para que?..... Em que época?.....

- 6.6-Tem assalariados fixos ? () sim () não quantos? Residem na propriedade? () sim () não
- 6.7- Necessita de mão-de-obra qualificada? ()sim () não para que tipo de atividade?
- 6.8- Tem dificuldade em encontrar mão-de-obra no município? () sim () não Porque?
- 6.9-Quanto tempo é gasto do dia para o trabalho na granja?.....

7 - COMERCIALIZAÇÃO:

- 7.1- O senhor é integrado de qual agroindústria avícola?.....Onde está localizada essa agroindústria?.....
- 7.2- O Sr. sabe o destino da produção do frango? Mercado interno ou externo?.....
- 7.3- Quem transporta a produção? () próprio () paga frete quanto custa?
.....
- 7.4-Qual o preço pago por frango?..... Está satisfeito com o preço? Caso negativo. Quanto deveria ser?.....
- 7.5- O pagamento da produção como e em quanto tempo é feito pela agroindústria?.....
- 7.6- Que tipo de incentivo que o governo tem dado ao produtor?
.....
- 7.7-Quem determina o preço da produção?.....
- 7.8- Faz financiamento? .() sim () não Para que?
Caso negativo: porque?.....
- 7.9- Quais os impostos pagos ao governo? (*colocar imposto e valor*).....
- 7.10- Já teve algum grande prejuízo na produção do frango? Caso positivo: qual foi?

8- OPINIÕES E PERSPECTIVAS

- 8.1- De modo geral, o Sr.está satisfeito com o que tem obtido em sua propriedade. (Caso principal a granja)? Por que? .
- 8.2- Pretende continuar no mesmo ramo ? () sim () não. Por que?
.....

8.3- Como o Sr. vê a atuação governamental em relação ao setor agrícola? O que precisa ser feito?

.....
8.4. Tem a intenção de melhorar algo na propriedade? Caso positivo: quais?

.....
8.5. Pretende que seus filhos permaneçam na propriedade? Porque?

.....
8.6. Na sua opinião, o que falta no município ou região para um melhor desenvolvimento agrícola?

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO COM A EMPRESA BIG FRANGO

Histórico: Caracterização da indústria

1) Com relação ao processo de implantação da empresa Big Frango:

a) Em que ano foi criada? É apenas um proprietário ou não?

b) Quais foram os motivos para a implantação dessa unidade industrial?

c) Havia algum incentivo do governo para tal tipo de empreendimento?

d) Porque a cidade de Rolândia foi escolhida para implantação da empresa?

2) A empresa é composta por quais estruturas? (se possível, favor descrever a infra-estrutura existente)

a) A empresa tem produção própria dos pintinhos?

b) Onde se localiza a granja?

c) Qual é a capacidade de produção dos mesmos?

d) Todas as estruturas se localizam na cidade de Rolândia? Qual é a área construída da indústria?

e) Quando a empresa sentiu a necessidade de aumentar sua planta industrial? Porque?

f) Além da unidade produtiva instalada em Rolândia, existe outra unidade adquirida pela empresa? Caso afirmativo, em que ano e em que localidade?

3) Quando a empresa iniciou a produção, qual era a capacidade de abate de frangos? E atualmente?

4) Dessa produção atual, quantos % atende o mercado interno e quantos % atende o mercado externo?

a) Quais as exigências dos países importadores?

b) Há preferências para alguma parte específica do frango? Sim () não(). Porque?

5) Quais os estados brasileiros que comercializam com a empresa?

a) Quais as exigências do mercado interno?

b) Há preferência específica para algum estado brasileiro? () sim () não. Quais?

6) Além da produção de frangos inteiros, cortes, miúdos, frango temperado, existe outra diversidade de produtos? () sim () não, quais?

Relação Indústria-Produtor

1) Qual o número de integrados e de municípios no total a empresa trabalha?

a) Quais os municípios que fornecem frango?

b) Há uma distância máxima de localização das granjas? () sim () não. Qual é porque?

c) Quais são as exigências da empresa para um produtor tornar-se um integrado?

d) Qual é a vantagem da empresa em trabalhar com o sistema de integração?

e) Quais são os direitos e deveres da empresa junto aos produtores?

f) Quais são os direitos e deveres do produtor integrado junto à indústria?

3) É oferecido algum benefício por parte da empresa aos integrados no momento da adesão?

4) Durante o processo produtivo, qual a assistência é oferecida pela empresa aos integrados?

a) Quantas vezes por semana a empresa entrega ração para os produtores?

b) O frete é cobrado para transportar os frangos?

c) Quem faz a captura dos frangos? () produtor () indústria? Porque?

- d) O frango é descartado com quantos dias de idade?
- e) Qual valor aproximado pago por cada frango aos integrados?
- f) Poderia explicar como se faz o fator de conversão?

Mercado

- 1) Quais são as perspectivas do mercado de frango?
- 2) Os países estrangeiros estão aumentando ou diminuindo seus pedidos? Porque?
- 3) Está havendo adesão de novos países junto à Big Frango?
- 4) E o mercado interno? Como está?
- 5) No município de Apucarana, qual é o número de integrados?
 - a) Os produtores estão localizados em alguma área específica do município? Caso positivo: Onde? Porque?
 - b) Qual é a quantidade de produção (aves) no município de Apucarana?
 - c) Há perspectivas de incluir mais produtores de Apucarana? () sim () não, porque?

ANEXO 3
CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO
PARA A CHINA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
 SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
 DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA
DIVISÃO DE CONTROLE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL - DCI

CIRCULAR N°252/2003/DCI/DIPOA

Brasília, 22 de Abril de 2003

Do: Chefe da Divisão Controle do Comércio Internacional - DCI, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA

Ao: SIPA

Assunto: Encaminha o modelo de Certificado para exportação de carnes de aves e seus derivados para a República Popular da China.

Foi assinado pela Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA – do MAPA e pela Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena – AQSIQ – da República Popular da China, um Protocolo referente ao comércio de produtos de origem animal entre Brasil e China.

Nesse Protocolo, ficou estabelecido que « a China compromete-se a aprovar a importação de carne de aves e animais biungulados do Brasil para serem **cozidas e reprocessadas para reexportação** até que sejam finalizados os procedimentos legais relevantes e a assinatura dos protocolos de inspeção e quarentena para exportação de carnes do Brasil à China ».

Assim, somente após a finalização dos procedimentos legais será autorizada pela China a exportação para livre venda em território chinês.

A fim de possibilitar a exportação de carne de aves nas condições descritas no parágrafo anterior, encaminhamos em anexo o modelo de Certificado, avaliado e aprovado pela AQSIQ, que deverá acompanhar os produtos exportados para a República da China.

O Certificado em anexo **somente** poderá ser utilizado pelos SIF's dos estabelecimentos exportadores que realmente tenham implantado o plano APPCC, tendo sido autorizados individualmente a fazê-lo pelo SIPA, que deverá dispor de comprovação documental quanto à implantação do APPCC em cada estabelecimento exportador. Os estabelecimentos que já houverem sido autorizados pelo SIPA, conforme as orientações da Circular N° 175/2003/DCI/DIPOA (exportação para a Arábia Saudita) ficam também autorizados a utilizar o Certificado para a China.

Os estabelecimentos brasileiros autorizados a exportar carnes de aves para ser cozida e reprocessada para reexportação pela China são aqueles habilitados à Lista Geral de exportadores, localizados em qualquer Estado brasileiro. Entretanto, salientamos que a habilitação dos estabelecimentos que serão autorizados a exportar carne para consumo na China após a finalização dos procedimentos legais ainda está sendo negociada com a AQSIQ, não tendo sido definida até esse momento.

É fundamental que os estabelecimentos que desejam exportar para a China obtenham, através dos importadores chineses, uma Licença de Importação do governo chinês. Sem essa autorização, a internalização dos produtos exportados não será permitida pela China.

Lembramos que, nas exportações para Hong Kong, deve continuar ser utilizado o Certificado de Lista Geral, e que as exportações para Taiwan ainda não estão autorizadas, estando sendo realizadas gestões junto ao Serviço Veterinário daquele país.

Essa Circular anula a de N° 395/2002/DCI/DIPOA.

Para a confecção dos modelos foi usado o programa "Microsoft Word", fonte "Times New Roman" tamanho 10 para o cabeçalho, subtítulo e texto, e tamanho 14 em negrito para o título e número; configuração para papel A4 (210 x 297 mm); margens (frente em português): superior 1,5 cm; inferior 1,5 cm; esquerda 2,5 cm e direita 1,5 cm; margens (verso em chinês/inglês): superior 1,5 cm; inferior 1,5 cm; esquerda 1,5 cm e direita 2,5 cm.

O carimbo datador deve estar em conformidade com o modelo divulgado através da Circular N°116/2002/DCI/DIPOA, de 16/03/2002, e ser aplicado no campo especificado do certificado de modo que fique bem legível.

A numeração do certificado deve ser composta de 3 (três) seqüências de números, separadas por barra, iniciando-se com o número em ordem crescente do certificado com 4 (quatro) dígitos, seguida do número do SIF, sem zero a esquerda, e do ano de emissão composto apenas pelos dois últimos algarismos, conforme instruído pela Circular N°123/2000/DCI/DIPOA.

A aplicação dos carimbos (numerador, datador e do inspetor veterinário) deve ser feita com tinta de cor azul. A assinatura do Certificado Sanitário também deve ser feita com tinta de cor azul.

Atenciosamente,



MARCELO VIEIRA MAZZINI
Médico Veterinário, CRMV N°2040.
Chefe da Divisão de Controle do Comércio
Internacional - DCI/DIPOA/SDA/MAP

Cópia para: VIGIAGRO, DPB/MRE.
MVM(DCI)/mcc.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
 SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
 DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA
DIVISÃO DE CONTROLE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL - DCI
 SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF

CERTIFICADO SANITÁRIO

**PARA CARNE DE AVES E SEUS DERIVADOS DESTINADOS
À REPÚBLICA POPULAR DACHINA**

Nº.....

I. IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

NATUREZA DO PRODUTO	NÚMERO DE PEÇAS OU VOLUMES	PESO (EM KG)

Temperatura de armazenamento e transporte:.....

Período de produção:.....

II. PROCEDÊNCIA DOS PRODUTOS

Nome, endereço e número de controle veterinário do estabelecimento de abate:.....

Nome, endereço e número de controle veterinário do estabelecimento de processamento:.....

III. DESTINO DOS PRODUTOS

Os produtos acima indicados foram expedidos de (local de expedição):.....

Para (local de destino):.....

Pelo seguinte meio de transporte⁽¹⁾:.....

Número do lacre:

Nome e endereço do exportador:.....

Nome e endereço do destinatário:.....

(1) Para os aviões indicar o número do vôo, para os barcos o nome e para os containers o número.
Modelo conforme Circular Nº 252 /2003/DCI/DIPOA.

CERTIFICADO SANITÁRIO (CONTINUAÇÃO)
Nº.....

IV. CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA

O veterinário oficial abaixo assinado certifica que:

- a) São derivados de aves provenientes de áreas onde não há registro de ocorrência de Influenza Aviária e da doença de Newcastle.
- b) São derivados de aves provenientes de propriedades onde nos últimos 6 meses não houve casos clínicos de cólera aviária, doença de Marek, tuberculose aviária, doença de Gumboro, varíola aviária, micoplasmose aviária, tifo aviário, pulorose, clamídiose aviária.
- c) Procedem de animais abatidos em matadouros autorizados, sob controle oficial e que foram submetidos à inspeção *ante e post-mortem*, em conformidade com os regulamentos brasileiro e chinês.
- d) Foram manipulados sob condições higiênicas e sob controle do Serviço de Inspeção Federal, com base no sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, sendo declarados, com base em análises microbiológicas, como inócuos, seguros e aptos para o consumo humano e não contaminados por microrganismos patogênicos relevantes para a Saúde Pública.
- e) Os produtos não contêm resíduos de medicamentos veterinários, pesticidas, metais pesados e/ou outras substâncias não permitidas ou que tenham excedido aos limites de tolerância estabelecidos pelo Programa de Controle de Resíduos Biológicos em Carnes do Brasil e aprovado pela República Popular da China.
- f) Não foram transportados através de zonas sob restrição devido à incidência de doença infecto-contagiosa.

CARIMBO OFICIAL⁽¹⁾

Nome e assinatura do Veterinário
 Oficial⁽¹⁾

Local e data

(1) Usar tinta de cor azul para a aplicação do número do certificado, dos carimbos e da assinatura.
 Modelo conforme Circular Nº 252 /2003/DCI/DIPOA.



巴西联邦共和国 / FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

农业畜牧食品供给部 / MINISTRY OF AGRICULTURE, LIVESTOCK AND SUPPLY - MAPA

畜牧保护办公室 / SECRETARIAT OF ANIMAL AND PLANT HEALTH - SDA

动物产品检疫司 / INSPECTION DEPARTMENT OF ANIMAL PRODUCTS - DIPOA

国际贸易监控处 / INTERNATIONAL TRADE CONTROL DIVISION - DCI

联邦检疫中心 / FEDERAL INSPECTION SERVICE – SIF

向中华人民共和国输出禽肉及禽肉产品

ANIMAL AND PUBLIC HEALTH CERTIFICATE

卫生证明 / TO EXPORT POULTRY MEAT AND POULTRY MEAT
PRODUCTS

TO PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

编号 / Nr.....

I. 产品证明 / IDENTIFICATION OF PRODUCTS

产品种类 / KIND OF PRODUCT	件数或装箱数 / NUMBER OF PIECES OR PACKAGES	重量(单位:公斤) / WEIGHT IN KG

存放及运输温度 / Temperature of storage and
transport:.....

生产日期 / Period of
production:.....

II. 原产地 / ORIGIN OF PRODUCTS

屠宰场名称,地址及官方兽医编号 / Name, address and veterinary control number of approved
slaughterhouse:.....

.....

加工厂名称 , 地址及官方兽医编号 / Name, address and veterinary control number of approved processing establishment:.....
.....
.....

III. 目的地 / DESTINATION OF PRODUCTS

产品发出地 / The products will be sent from (place of expedition):.....

到达地 / To (place of destination):.....

运输工具 / By the following means of transport⁽¹⁾:.....

铅封号 / Number of seal:

出口商名称及地址 / Name and address of consignor:.....
.....

进口商名称及地址 / Name and address of consignee:.....
.....

(1) 航空运输注明航班号 , 海运注明船号 , 集装箱运输注明箱号 / Indicate the name for ship, the flight number for plane and number for container.

Modelo conforme Circular N° 252 /2003/DCI/DIPOA.

SANITARY CERTIFICATE (CONTINUATION)
Nr.....

IV. 卫生证明 / SANITARY CERTIFICATION

官方兽医检疫人员证明如下 : / The Official Veterinary Inspector certify that:

- a) 输出的禽肉产品来自于巴西境内无禽流感疫情和新城疫发生记录的地区 / The products are derived from poultry originated from areas with no outbreaks of Avian Influenza and Newcastle disease.
- b) 输出的禽肉产品来自于过去6个月内未发生禽霍乱，马立克氏病，禽结核，传染性法氏囊炎，禽痘，禽支原体病，禽伤寒，鸡白痢和鹦鹉热疫情记录的农场 / The products are derived from poultry originated from farms where in the last 6 months there weren't clinical cases of Fowl Cholera, Marek's disease, Tuberculosis, Infectious Bursal Disease, Fowl Pox, Avian Mycoplasmosis, Fowl Typhoid, Pullorum disease and Chlamidiosis.
- c) 根据巴西和中国的相关规定,产品是在官方兽医监督下生产并已实施过宰前宰后检验检疫 / The products were derived from poultry slaughtered in authorized slaughterhouses under official veterinary control and submitted to an ante-mortem and post-mortem veterinary inspection, and fulfills both Brazilian and Chinese rules.
- d) 产品在符合卫生的条件下由联邦检验检疫中心监督，并建立在HACCP质量保证体系的基础上生产的，产品经微生物分析已被证实安全无害，适于人类食用且没有被危害公共健康的致病微生物感染 / The products were handled under hygienic conditions, under Federal Inspection Service control, based on Hazard Analysis and Critical Control Points system, found to be fit for human consumption after microbial analyses, and are not contaminated by pathogenic microorganisms of Public Health relevance.
- e) 产品无任何含有兽物,农药,重金属元素等有害物质的残留物或其他有毒，有害物质的残留量不超过巴西肉类生物残留方案所规定的并经中国政府认可的限量 / The products do not contain any veterinary drugs, pesticides, heavy metals and/or other substances residues not allowed or exceeding permitted limits established by Brazilian Program of Biological Residues in Meat and approved by the People's Republic of China.
- f) 产品在运输过程中未经过由于发生传染病疫情而被限制的地区。/ The products were not transported through restricted zones where infectious diseases may occur.

公 章 / OFFICIAL STAMP ⁽¹⁾

官方兽医姓名及签字 /

Name and signature of Official
Veterinary ⁽¹⁾

日期及地点 / Place and date

(1) 证明编号，公章及签字应使用蓝色墨水 / Blue ink must be used for the stamp and the signature.

ANEXO 4

Modelo conforme Circular Nº 252 /2003/DCI/DIPOA.

Contrato de Parceria Avícola

Pelo presente instrumento particular, de um lado o Sr. , brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob nº residente e domiciliado no município , denominado no presente ato de **PARCEIRO AVICULTOR** e de outro lado o Sr. , brasileiro, casado, criador, portador da cédula de identidade RG nº , e seu conjunto familiar, , brasileira, casada, criadora, portadora da cédula de identidade RG nº , e , brasileira, solteira, criadora, portadora da cédula de identidade RG nº , conhecedores dos procedimentos técnicos para a criação de aves, residentes e domiciliados no município de , aqui denominados de **PARCEIROS CRIADORES**, fica justo e contratado o seguinte:

1) O PARCEIRO AVICULTOR do imóvel rural arrendado, constituído pelo lote de terra nº , com área de hectares, cadastrado no INCRA son o nº , denominado Sítio , situado na Gleba , município de , cede em PARCERIA, NESTA DATA, AOS PARCEIROS CRIADORES, **com capacidade para 30.000 (trinta mil) cabeças de aves, edificados sobre este imóvel, onde trabalha com sua família, composta de 03 membros.**

2) O prazo de vigência deste contrato é de 03 (três) anos, a iniciar-se em e a findar-se em , podendo ser renovado caso haja acordo escrito entre as partes.

3) O PARCEIRO AVICULTOR se obriga a entregar aos PARCEIROS CRIADORES, na propriedade, pintos de um dia, para serem criados e acabados até a idade de 40 a 54 dias, conclusão essa que poderá variar de acordo com as necessidades de demanda do mercado.

4) O PARCEIRO AVICULTOR, para o fim de criação e terminação das aves, fornecerá as rações e vacinas necessárias para a criação e engorda das mesmas.

5) Os PARCEIROS CRIADORES, por sua vez, obrigam-se a cuidar, zelar, manter dentro dos padrões recomendáveis, pelas técnicas e orientações ministradas por técnicos especializados e habilitados indicados pela empresa que o parceiro avicultor firmou contrato, devendo os parceiros criadores manterem os

equipamentos e instalações em condições sanitárias a serem observadas objetivando um melhor resultado.

PARÁGRAFO ÚNICO. O não atendimento da parte inicial desta cláusula por parte dos Parceiros Criadores facultará ao Parceiro Avicultor direito de rescindir com justa causa o presente contrato, respondendo àqueles pelas perdas e danos que causar.

6) Uma vez completado o período de criação e engorda das aves, respeitada a partilha prevista na cláusula 09, a parte pertencente ao Parceiro Avicultor lhe será entregue pelos Parceiros Criadores, cujo transporte correrá por conta daquele.

7) É facultado ao Parceiro avicultor acompanhar a criação e engorda das aves, para que lhe é assegurado livre e permanente acesso as instalações nas quais o plantel está sendo terminado.

8) Os **PARCEIROS CRIADORES** se confessam capazes de arcar com os encargos do presente contrato ou de conseguir meios necessários para tal.

9) Os **PARCEIROS CRIADORES** não poderão subparceirar, vender, ceder, sem expresso consentimento do **PARCEIRO AVICULTOR**, por escrito. Do resultado obtido na criação e engorda das aves até idade retro referida, os Parceiros Criadores terão direito a título de participação na parceria, a uma percentagem nos lotes de frango que saem para o abate e receberão sua parte logo que venha o pagamento da empresa agregada, mediante recibo. A percentagem é de **20% (vinte por cento) e 80% (oitenta por cento)** ao Parceiro Avicultor,

10) Os **PARCEIROS CRIADORES** se comprometem a conservar os recursos naturais existentes na propriedade, tais como: aguadas, pomares e florestas naturais.

11) As despesas e os encargos trabalhistas porventura assumidos para a execução da parceria, ficam a cargo dos **PARCEIROS CRIADORES**.

12) O inadimplemento das obrigações assumidas por qualquer das partes dará lugar facultativamente a rescisão de contrato.

13) Findo o prazo contratual e não havendo renovação ou prorrogação, os **PARCEIROS CRIADORES** obrigam-se, independentemente de outras notificações ou aviso judicial ou extrajudicial, ficando desde já notificado, a desocupar, sob pena de não o fazendo, suportar as devidas cominações legais e responder pelas perdas e danos e despesas a que vier dar causa pela omissão,

ficando eleito o foro de para dimirir qualquer questão ou dúvida oriunda deste instrumento.

E, por estarem, assim de pleno e comum acordo, depois de haverem combinado, contratado, lido, conferido, achado justo e certo, dando tudo por bom razo, firme e valioso, as partes assinam o presente contrato em três vias de iguais teor e forma, juntamente com as testemunhas participantes e presentes nesta data.

Apucarana-PR, 21 de Abril de 2002

Parceiro Avicultor

Parceiro Criador

Testemunhas

ANEXO 5

27/08/2011

Norte do PR deve ter mais 300 novos aviários até o ano que vem

Ampliação do Grupo Big Frango busca gerar um acréscimo de 20% a 30% na produção

Trezentos novos aviários deverão ser implantados no Norte do Paraná até o segundo trimestre de 2012. Esse crescimento faz parte do plano de expansão do Grupo Big Frango, divulgado na tarde de ontem para cerca de 20 produtores integrados. Valter Bampi, diretor agropecuário do Grupo, estima que o aumento do número de aviários deve gerar um acréscimo de 20 a 30% na produção.

Ele também afirma que em abril de 2012, espera-se que os aviários já estejam funcionando, com frangos alojados. O Grupo Big Frango conta, atualmente, com mais de mil avicultores integrados distribuídos em 60 municípios da região. "Nessa primeira reunião, vamos convidar produtores que já trabalham com o Grupo para ampliarem sua escala de produção", declara Bampi. **Saiba mais na matéria de Mariana Fabre.**

Leia mais:

Big Frango lança programa de fomento florestal para avicultura

Redação FolhaWeb

ANEXO 6

Crise não afeta avicultura paranaense

Grupo Unifrango Agroindustrial segue investindo e deve concluir primeira fase do Centro de Armazenagem e Distribuição de Apucarana ainda este ano

O Grupo Unifrango, composto por 17 empresas ligadas à avicultura, entre abatedouros e exportadoras, deve concluir no final deste ano a primeira ala do Centro de Armazenagem e Distribuição, que está em fase de construção no município de Apucarana, região Norte do Estado. Com um investimento de R\$ 26 milhões neste primeiro bloco, a Unifrango tem como meta armazenar em cada espaço 8,4 mil toneladas de frango. O empreendimento compreende três blocos, de 7 mil metros quadrados cada um, que deverão estar concluídos até 2013.

Mesmo com a crise econômica em alguns países, cerca de 50% do total armazenado em cada espaço deverá ser voltado para o mercado externo. Segundo Domingos Martins, presidente do grupo Unifrango e também do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), esses países estão redefinindo seu conceito de consumo, optando por cortes menos nobres.
Saiba mais na reportagem de Ricardo Maia.